

O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?

Núcleos muralhados: património e desenvolvimento urbano
(1930 - 1970)



Diana de Oliveira Martins

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Sob a orientação do Professor Doutor Adelino Gonçalves
Departamento de Arquitetura — FCTUC

Coimbra, Junho 2016

O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?

Núcleos muralhados: património e desenvolvimento urbano
(1930 - 1970)

Ao Professor Doutor Adelino Gonçalves, pelo entusiasmo e dedicação com que orientou este projeto, e pelo seu inestimável contributo,

À Câmara Municipal de Elvas e ao Duarte Fernandes Pinto, pela disponibilização das imagens aéreas que ilustram este trabalho,

À Joana Cruz Dinis, pelas informações e disponibilização de inúmeras peças documentais do Arquivo Histórico da DGT para acesso online no site da organização,

Aos amigos e professores no Brasil e em Portugal, pela motivação e aprendizagem,

À minha mãe e ao Felipe, pelo amor e apoio constantes,

o meu mais profundo e sincero agradecimento.

Resumo

Esta dissertação dedica-se à análise da produção urbanística nacional entre as décadas de 1930 e 1970, período em que esteve vigente o decreto-lei que em 1934 criou a figura do Plano Geral de Urbanização, e centra-se no caso específico de cinco núcleos murallhados portugueses. É avaliada a consideração urbanística que mereceram estes territórios, tendo em conta a fragmentação física a que estavam sujeitos devido à presença de uma cintura defensiva, à qual somavam-se questões relacionadas ao valor patrimonial que lhes era atribuído.

Num período em que o conceito de património urbano começava a ser formado, ensaiavam-se estratégias que respondessem à necessidade de planear o desenvolvimento dos aglomerados e, simultaneamente, de salvaguardar os tecidos históricos. Frequentemente estas intenções conduziam a uma fragmentação concetual caracterizada pelo binómio conservação *vs.* desenvolvimento, em detrimento de uma visão global da cidade no sentido de um planeamento integrado.

Face à degradação física e aos desequilíbrios urbanos comuns às áreas antigas em Portugal e à escassa produção científica referente ao urbanismo recente, o contributo deste estudo assenta na análise crítica das propostas urbanísticas elaboradas no século passado para aglomerados de pequena e média dimensão, assim como na avaliação da influência que tiveram no desenvolvimento dos casos de estudo selecionados. O estudo das experiências de planeamento no passado recente é essencial para uma compreensão melhor dos problemas que hoje afetam muitas vilas e cidades portuguesas, tal como para o desenho de políticas de reabilitação urbana consistentes e que contemplem os imparáveis processos de evolução inerentes à vida urbana.

Palavras-chave: Plano Geral de Urbanização; Urbanismo; Elvas; Trancoso; Almeida; Óbidos; Valença do Minho.

Abstract

The purpose of this essay is to analyse the national urban production between the 1930s and 1970s, the period during which was in force the legislation that gave rise to the General Urbanization Plan in 1934, and focuses on the specific case of five historic walled towns in Portugal. It assesses how urban planning was conducted on these territories, taking into account the physical fragmentation to which they were subjected by the presence of a defensive wall, as well as the key issues related to the protection of their heritage value.

At a time when the concept of urban heritage was being formed, a variety of strategies regarding the need to plan the development of these territories while simultaneously safeguarding the historical fabrics was being discussed and implemented. These often conflicting intentions led to a conceptual fragmentation of the ancient city, in detriment of a global view of the territory towards a more integrated approach to urban planning.

Given the physical deterioration and urban imbalances often associated with ancient territories in Portugal, as well as the scarce scientific literature regarding the recent urban development of portuguese cities, this study's contribution lies on the critical analysis of a few urban plans elaborated in the last century for historic villages, and on the evaluation of how much influence they had on the development of the selected case studies. The acknowledgment of planning experiences conducted in the recent past is essential for a better understanding of the problems currently affecting many portuguese cities, as for the design of consistent rehabilitation policies, especially if we aim for them to regard the unstoppable evolution processes that are an inherent part of urban life.

Keywords: General Urbanization Plan; Urbanism; Elvas; Trancoso; Almeida; Obidos; Valença do Minho.

Abreviaturas e acrónimos

AU	Anteplano de Urbanização
CSOP	Conselho Superior de Obras Públicas
DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGSU	Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGT	Direcção-Geral do Território
EN	Estrada Nacional
JAЕ	Junta Autónoma das Estradas
MOP	Ministério das Obras Públicas
PGU	Plano Geral de Urbanização
PU	Plano de Urbanização
ZEP	Zona Especial de Protecção
ZNA	Zona <i>non ædificandi</i>

Sumário

	Nota Inicial
15	Contexto Temático
19	Introdução
	I. Planeamento urbano em Portugal
25	Dos Planos Gerais de Melhoramentos aos Planos Gerais de Urbanização
33	Influências estrangeiras e percursos
	II. A cidade como património
39	O património urbano e a conservação integrada
45	A realidade portuguesa
	III. Casos de estudo
55	Considerações iniciais
60	Elvas
74	Trancoso
86	Almeida
110	Óbidos
132	Valença
159	Considerações finais
169	Referências bibliográficas
177	Créditos fotográficos

Contexto temático

Esta dissertação de mestrado foi desenvolvida no âmbito da linha de investigação *Urbanística e Forma Urbana* subordinada ao tema *O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização? (1930-1970)*, apresentada no ano letivo 2014-2015 ao Seminário de Investigação em Arquitetura do Mestrado Integrado em Arquitetura do Departamento de Arquitetura da FCTUC.

O universo de casos de estudo é constituído pelas vilas e cidades médias e o objetivo comum das dissertações desenvolvidas no âmbito deste tema é criar contributos para escrever e desenhar a história recente do urbanismo em Portugal. Para esse fim, apresentam uma avaliação da influência que os planos e/ou estudos urbanísticos tiveram no desenvolvimento de cada núcleo urbano, ou seja, através da identificação e representação do que foi executado e/ou adotado daqueles instrumentos, tanto ao nível do espaço físico, como ao nível da organização económica e social de cada caso. A designação do tema tem, pois, um sentido metonímico pois não diz respeito apenas à figura de *Plano Geral de Urbanização* criada pelo Decreto-Lei n.º 24802, de 21 de Dezembro de 1934, mas a todos os planos e estudos urbanísticos que as

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

Câmaras Municipais elaboraram para controlar e/ou promover o desenvolvimento dos seus territórios. O período de análise corresponde ao período de vigência deste decreto que, com poucas alterações no quadro jurídico do planeamento urbano, se manteve vigente até à década de 1970.

Numa primeira fase dos trabalhos conducentes à elaboração das dissertações, foram desenvolvidos e aprovados 4 projetos com temas e matrizes de análise específicos. A dissertação da Diana Martins é a segunda a ser apresentada. Tal como para as demais e outras que possam vir a ser elaborados no âmbito deste tema, a base de dados digital do Arquivo Histórico de Instrumentos de Gestão Territorial, disponibilizada em 2009 pela então Direção-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, foi fundamental para desenvolver a sua investigação. De facto, este espólio constitui o principal fundo de fontes primárias, reunindo peças desenhadas, peças escritas e outros documentos relacionados com a elaboração e a apreciação dos planos. Porém, embora a quantidade de informação assim disponibilizada seja enorme, não é suficiente para validar as análises em causa muitos casos. Por isso, a investigação desenvolvida em cada dissertação inclui naturalmente consultas bibliográficas da história recente de cada lugar, bem como a consulta (possibilitada) de fontes documentais de arquivos municipais.

A investigação necessária para escrever e desenhar a história recente do urbanismo em Portugal, é complexa e representa um grande desafio. Esta dissertação constitui mais um contributo e a ela se deverão juntar mais.

Coimbra, 9 de Junho de 2016

Adelino Gonçalves

Prof. Auxiliar

Introdução

No âmbito da linha de investigação lançada na disciplina Seminário de Investigação em Arquitetura no ano letivo de 2014/2015, esta dissertação tem como tema geral e principal ‘*O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?*’, referente às propostas de planeamento para centros urbanos portugueses elaboradas entre as décadas de 1930 e 1970. É a partir deste período que se generaliza a prática do urbanismo em Portugal, e esta questão busca clarificar a influência que aqueles instrumentos de planeamento tiveram no desenvolvimento urbano das nossas vilas e cidades.

O enfoque da investigação desenvolvida nesta dissertação assenta sobre as propostas elaboradas para cinco núcleos murahados portugueses cuja cerca defensiva constitui uma marca territorial indelével, tanto pela sua presença física quanto pelo valor patrimonial que lhes é atribuído. Face ao quadro desagregado que caracteriza a generalidade das cidades portuguesas, a análise das propostas de planeamento nos casos em que estes elementos patrimoniais fazem parte da paisagem urbana tem o objetivo de clarificar a abordagem dos urbanistas à questão patrimonial, sob uma perspectiva territorial ampla, assim como avaliar a sua interferência em questões como a fragmentação ou desunião urbana.

Sendo Portugal um país com uma rica cultura urbana, a cidade portuguesa é um

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

campo de estudo onde muito ainda pode ser explorado. Nas últimas décadas, diversos estudos ocuparam-se da sua fundação e desenvolvimento desde o período medieval até ao século XIX, com diferentes abordagens disciplinares e enfoques temáticos (Gaspar, 1985; Mattoso, 1992; Rossa, 2002; Trindade, 2009, entre outros). Existe uma considerável lacuna no estudo do urbanismo dos séculos XIX e XX, especialmente no caso de vilas de pequena e média dimensão, e é com o objetivo de contribuir para e estimular a produção científica neste âmbito que se enquadra esta dissertação.

Este estudo estrutura-se em três capítulos. No primeiro é feita uma contextualização da prática urbanística em Portugal com ênfase nas décadas entre 1930 e 1970, que é o período em que esteve vigente a figura do Plano Geral de Urbanização, idealizada por Duarte Pacheco em 1934. São também mencionados os principais urbanistas nacionais e estrangeiros que atuaram neste período em Portugal, assim como as ideologias urbanísticas que estavam a ser praticadas noutros países europeus e que influenciaram o planeamento de vilas e cidades portuguesas naquela altura.

No segundo capítulo são abordadas as questões do património e planeamento da salvaguarda. Uma vez que naquela altura no continente europeu o conceito de património urbano começava a ser formado, o período analisado é marcado por uma significativa variedade de propostas para a evolução e/ou salvaguarda das áreas antigas, que inevitavelmente ecoaram nas práticas de planeamento em Portugal. Neste capítulo são estudadas algumas destas propostas, assim como a evolução do pensamento teórico no sentido de um planeamento integrado, ou seja, de uma integração das áreas urbanas antigas no conceito global de cidade e, conseqüentemente, nas estratégias de desenvolvimento urbano em diversas escalas.

O terceiro capítulo dedica-se à análise dos casos de estudo selecionados. Tratam-se de cinco vilas muralhadas para as quais foram elaborados, no total, oito anteplos de urbanização. Para responder à questão '*O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?*', foi elaborada para cada plano uma ficha-síntese das propostas e da análise crítica realizada, que inclui uma planta da vila antes do plano, quando disponível, assim como uma imagem aérea da vila atual, para efeitos de comparação.

O potencial universo de casos de estudo para este tema era extenso. Assim, entre as vilas fortificadas de pequena e média dimensão, foram selecionadas aquelas nas quais a maior parte ou totalidade do circuito defensivo perdura até os nossos

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

dias, distinguindo efetivamente duas zonas, uma intra e outra extramuros. Feito o levantamento dos possíveis casos de estudo, foram analisados os planos e/ou estudos de urbanização elaborados para estas vilas e disponíveis no arquivo da Direção-Geral do Território (DGT), com o objetivo de identificar os casos mais significativos para o desenvolvimento do tema. Em seguida procedeu-se ao levantamento de outras informações acerca destes planos e dos seus autores em livros, monografias e peças disponíveis apenas para consulta presencial na sede da DGT em Lisboa, as quais auxiliaram na fundamentação das análises e conclusões críticas.

A última parte da dissertação ocupa-se das conclusões extraídas do processo de investigação, e reconhece a importância da sua continuidade para uma reorientação positiva das políticas de ordenamento do território e do urbanismo contemporâneas, no sentido de um desenvolvimento urbano integrado e que promova o reforço da coesão urbana.

I. Planeamento urbano em Portugal

Dos Planos Gerais de Melhoramentos aos Planos Gerais de Urbanização

No contexto europeu, o século XIX corresponde a um período de grandes avanços industriais que deram origem a um intenso processo de urbanização. Os efeitos destas transformações aceleradas nos tecidos urbanos oitocentistas são amplamente reconhecidos entre os estudiosos do tema: más condições sanitárias e degradação das áreas urbanas, excessivas densidades populacionais, carência de habitações, precariedade do edificado existente, entre outros.

A industrialização portuguesa foi tardia, e os seus efeitos fizeram-se sentir com mais intensidade a partir da segunda metade do século XIX em Lisboa e no Porto, de tal maneira que em 1864, data do I Recenseamento Geral da População de Portugal, estas duas cidades absorviam mais da metade da população urbana do país (Moreira, Rodrigues & Henriques, 2009; Teixeira, 1993). No entanto, a vasta maioria da população continuava a habitar zonas rurais ou pequenos aglomerados, fazendo de Portugal “...mais um país de vilas e aldeias, do que de verdadeiras cidades” (*idem*, 2009:89).

Neste contexto assenta a justificativa para a criação do Plano Geral de Melhoramentos em 1864 (Decreto-lei n.º 10 de 13 de Janeiro), o qual dá prioridade às

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



01. Plano Geral de Melhoramentos da Capital | Ressano Garcia | 1903.



02. Plano Geral de Melhoramentos da Capital - Planta parcial da cidade de Lisboa entre a Praça do Comércio e o Campo Grande | Ressano Garcia | 1903.

intervenções nos dois polos mais afetados pelo crescimento urbano das décadas anteriores. À semelhança das ideias dominantes na reestruturação de outras cidades europeias, tal como Barcelona e Paris, as disposições refletem a corrente higienista, prevendo “...a decoração das cidades, o livre trânsito, a comodidade e segurança dos habitantes, a salubridade pública e a conveniência de evitar a aglomeração da população” (*in* Lôbo, 1995:254).

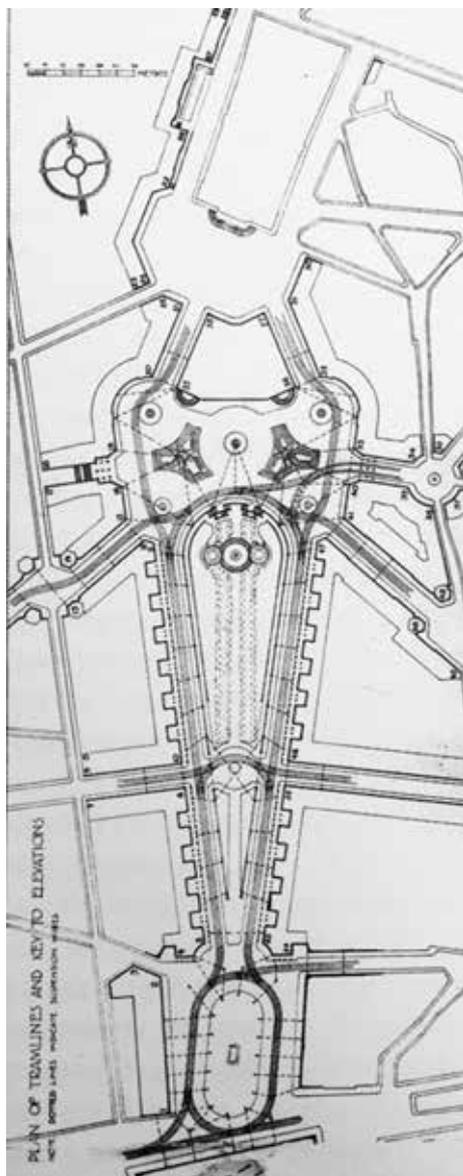
Os primeiros planos de melhoramentos foram concluídos apenas no século seguinte. Em 1903, o Plano Geral de Melhoramentos da Capital (Figs.1-2), com autoria do engenheiro Ressano Garcia, previa a expansão de Lisboa para Norte, grandes eixos viários, um vasto parque central e uma ampla circular externa. O Plano de Melhoramentos para o Porto (Fig.3), elaborado pelo arquiteto urbanista inglês Barry Parker em 1915, concentrou-se no centro cívico da cidade e pode ser caracterizado mais como um arranjo do território existente do que a proposta de uma nova cidade, tal como aponta Margarida Lôbo (1995).

Nesta legislação, apesar de a obrigatoriedade da elaboração de planos de melhoramentos aplicar-se apenas aos dois principais centros urbanos do país, eram incentivados o levantamento cartográfico e produção urbanística em outros aglomerados, o que resultou na mobilização de diversas câmaras municipais no sentido do planeamento dos seus territórios. De facto, foi a partir de então que “...começamos a encontrar maior número de povoações portuguesas possuidoras de cartografia que visava a cidade na sua totalidade, sendo o objeto o aglomerado urbano e o objetivo o seu ordenamento e transformação” (Fernandes, 2011:01).

O decreto de 1864 vigorou até os finais da década de 1920, quando a produção urbanística ganhou novo fôlego com a implantação do Estado Novo. De acordo com Ferreira (2003), a carência de equipamentos públicos, habitações, áreas verdes, saneamento e infraestruturas diversas era uma realidade na maioria dos centros urbanos do país. Ao mesmo tempo, ambicionava-se uma imagem urbana que fosse representativa do regime vigente e da sua política de transformação.

É neste contexto que o engenheiro e Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, promove em 1934 a publicação de uma legislação urbanística em atenção às novas exigências “...a que os velhos Planos Gerais de Melhoramentos já não respondiam” (Lôbo, 1995:36). O Plano Geral de Urbanização (PGU) visava a definição dos princípios

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



03. Porto: Avenida da Cidade | Barry Parker | 1915.

gerais para orientação das câmaras municipais “...na moderna arte, que também é ciência, da urbanização” na sequência do “...impulso renovador que hoje atinge todos os recantos do País” (Dec. Lei n.º 24.802/1934, preâmbulo).

A nova legislação introduziu ao menos duas importantes inovações na prática do urbanismo do século XX. Primeiramente, a determinação de que “...nenhuma obra de urbanização se realizará que não seja parte integrante de um plano geral de urbanização” (Dec. Lei n.º 24.802/1934, preâmbulo), introduz a noção de conjunto, refletindo uma visão mais integrada do planeamento e não mais como resposta pontual a uma necessidade específica. A segunda refere-se à obrigatoriedade de que “...todas as câmaras municipais possuam plantas topográficas [...] das zonas urbanas de maior interesse público” (*idem*), dando origem a um novo período de produção de cartografia urbana em Portugal, desta vez de forma mais intensa e abrangente, como refere Mário Fernandes (2011).

Segundo Margarida Lôbo (1995), a inspiração para o diploma foi a lei Cornudet, legislação urbanística francesa publicada em 1919. A legislação portuguesa era, no entanto, mais ambiciosa, uma vez que decretava obrigatório os esforços de planeamento em todos os municípios com no mínimo 2.500 habitantes que tivessem registrado um crescimento populacional maior do que 10% entre dois recenseamentos consecutivos^[1], enquanto em França tais esforços não foram aplicados em aglomerados com menos de 10.000 habitantes. Esta situação fez com que o país passasse “...de uma situação de quase total inexistência de planeamento para uma exigência de mais de quatro centenas de planos” (Lôbo, 1995:39), os quais deveriam ser submetidos para aprovação pelo Governo, no máximo, três anos após a conclusão dos levantamentos topográficos.

As dificuldades inerentes a projetos tão abrangentes, somadas ao afastamento de Duarte Pacheco do Ministério durante dois anos (1936-38) e a escassez de urbanistas no país^[2], fizeram com que os primeiros PGU's começassem a ser elaborados apenas

1. Além destes, poderiam ser contemplados outros centros urbanos ou zonas de interesse particular caso o Governo julgasse conveniente.

2. Lôbo (1995) menciona que, nesta altura, havia apenas dois portugueses com formação específica na área do urbanismo (David Moreira da Silva e João Faria da Costa). Os urbanistas franceses Donat-Alfred Agache e Etienne de Gröer são importantes e experientes coadjuvantes do planeamento em Portugal neste período.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

em 1941. Apesar dos obstáculos, a legislação teve um início promissor. Segundo Margarida Lôbo (1995), em 1943 um conjunto significativo de territórios urbanos possuía dados cartográficos atualizados, e o impacto estava também no número de profissionais em urbanismo contratados que, em 1948, somavam mais de setenta.

No entanto, o processo iniciado pela publicação do diploma, tal como idealizado por Duarte Pacheco, não se concretizaria integralmente. Com a morte súbita do ministro em 1943, perderam-se as suas intenções iniciais e os planos submetidos a aprovação passaram a ser sistematicamente rejeitados e classificados como estudos prévios dos planos definitivos, ou seja, como *anteplanos*. Tal como afirma Margarida Lôbo (1995), as propostas com esta designação não tinham qualquer suporte legal, uma vez que o recurso à expropriação, essencial para uma política de solos eficaz, estava restrito a aglomerados que possuíam planos aprovados.

Três anos mais tarde, o Decreto-Lei n.º 35.931 de 1946 estabelece a obrigatoriedade de desenhos e estudos pormenorizados no processo de aprovação dos planos definitivos, criando maiores dificuldades aos urbanistas. Margarida Lôbo (1995) menciona que as propostas tinham de submeter-se a um número cada vez maior de revisões, ainda que no fim fossem sistematicamente categorizadas como *anteplanos revistos*, ao invés de planos diretores. Segundo a autora, ao mesmo tempo os profissionais testemunhavam uma redução significativa dos seus honorários, conjuntura que acarretou na escassez de urbanistas qualificados e, conseqüentemente, na baixa qualidade dos *anteplanos* produzidos nas décadas seguintes.

Ambos estes decretos seriam revogados em 1971, quando uma nova legislação^[3] foi publicada, revigorando a produção urbanística no país. Estipulava a reavaliação dos planos já produzidos ou a elaboração de novos estudos, dentro dos critérios correntes que definem uma hierarquia dos planos urbanísticos, e atribuía mais poderes às câmaras para aprovação e concretização das propostas. Surge aqui a figura do Plano de Pormenor como instrumento de planeamento, sublinhando o início de uma nova fase no ordenamento do território português, que marca o fim do intervalo temporal ao qual se dirige esta dissertação.

3. Decreto-Lei n.º 560 de 17 de Dezembro de 1971.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



04. Rio de Janeiro, Brasil: Plano de remodelação, extensão e embelezamento da cidade - Perspectiva aérea | Donat-Alfred Agache | 1930.



05. Plano de Urbanização da Cidade de Luanda - Planta da região e aglomerações satélites | Etienne de Gröer | 1946.

Influências estrangeiras e percussores

As primeiras experiências urbanísticas na década de 40 ficaram a cargo de três experientes urbanistas estrangeiros: o francês Donat-Alfred Agache, fundador e vice-presidente da Sociedade Francesa de Urbanistas; o russo naturalizado francês Etienne de Gröer e o italiano Giovanni Muzio. De acordo com M. Lôbo (1995), as atividades destes personagens marcaram profundamente o urbanismo português, de forma que as suas contribuições influenciaram em larga escala as produções urbanísticas no decorrer da década.

Agache e De Gröer atuaram em diferentes alturas em Portugal, e embora tenham sido colaboradores no estrangeiro em outras ocasiões, representam tendências distintas do urbanismo europeu da época. Agache, contratado por Duarte Pacheco em 1933, advoga a composição do desenho urbano, uma tendência que Lamas (1993) chamou de *urbanística formal* e que teve, segundo o autor, a escola francesa como a maior influência nas práticas urbanistas europeias até o fim da II Grande Guerra. Um traçado rígido, quadriculado, articulando praças e parques e valorizando perspectivas (Fig.4), são as características desta corrente que, entre nós, coincidiu com a necessidade de afirmação de uma imagem urbana condicente com o regime do Estado Novo.

De Gröer destaca-se como um apologista do conceito *howardiano* de cidade-jardim e é, segundo M. Lôbo (1995), quem o dissemina em Portugal. Esta conceção urbana, desenvolvida na Inglaterra no final do século XIX, apoia-se num modelo de cidade policêntrica que conciliaria os benefícios dos ambientes citadinos e campestres, e influenciou o plano de Abercrombie para Londres de 1944, considerado “...o paradigma do novo urbanismo alternativo ao que pressupunha a Carta de Atenas, publicada na mesma altura” (Lôbo, 1995:52). No entanto, a autora menciona que em Portugal a influência deste modelo urbano dá-se de forma inconsistente, frequentemente adotando-se uma visão redutora que mais se aproxima da versão francesa de subúrbio-jardim, um ambiente de baixa densidade formado por moradias periféricas com jardins privativos.

Entre os profissionais portugueses responsáveis por alguns dos primeiros PGU's destacam-se David Moreira da Silva, urbanista formado em França, e Carlos Ramos, figura indissociável da Escola de Belas-Artes do Porto. Apesar de não possuir

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

Fig. A. Uma fibota de casebres.



Fig. B. Reutilização da propriedade fundiária.

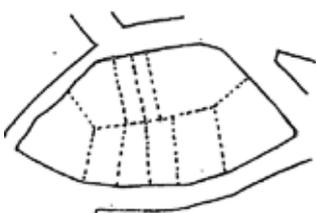


Fig. C. Novo dispositivo construído, feito de imóveis que dão para rua e para grandes pátios.

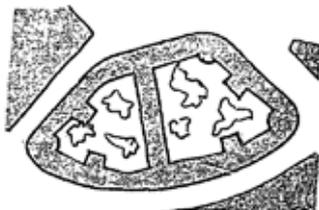


Fig. D. 06. Ilustrações da evolução do urbanismo | Le Corbusier | 1946.

formação específica em urbanismo, Ramos é autor de numerosos planos e estudos urbanísticos no decorrer de quase quarenta anos, num rico percurso marcado pela experimentação e investigação, tal como afirmam Lôbo (1995) e Coutinho (2001). Moreira da Silva e Ramos elaboraram alguns dos antepianos presentes no capítulo III desta dissertação, nomeadamente o de Elvas (1949) e Valença (1958; 1966), pelo que serão mencionados novamente adiante.

O ano de 1948 assinala a introdução de um novo modelo urbano em Portugal, marca do urbanismo europeu das décadas de 50 e 60 – o da cidade radiosa, tal como proposta na Carta de Atenas. O I Congresso Nacional de Arquitetura, realizado em Lisboa, representou um “...momento de viragem na reconquista da liberdade de expressão dos arquitetos e simultaneamente do espaço para afirmar a inevitabilidade da arquitetura moderna” (Ordem dos Arquitetos, 2008:12), considerada a solução para os problemas de urbanismo e, principalmente, de habitação.

A cidade moderna se opõe à cidade tradicional no que se refere à sua morfologia e estrutura, e propõe uma metodologia de desenho urbano que se desenvolve a partir do edifício de habitação. As vias não mais definem quarteirões que limitam as construções em questões de insolação, arejamento e acessos; os edifícios autonomizam-se, e o espaço urbano deixa de ser determinante da forma urbana e passa a ter um caráter residual. A ruptura introduzida pela urbanística moderna no território é profunda, tanto em termos conceptuais quanto nos efeitos morfológicos (Fig.6).

As principais questões discutidas no Congresso relacionavam-se com o papel da arquitetura na transformação da vida e da sociedade, e a sua responsabilidade cívica de atender a toda a população. Como Keil do Amaral anos mais tarde refletiu, “[naquela altura] acreditávamos que havia um mundo novo em gestão, mais belo e equitativo e que tínhamos um papel importante a desempenhar nele: uma função social” (in Ordem dos Arquitetos, 2008:19). Entre os muitos oradores do Congresso estavam Celestino de Castro e Viana de Lima, autores dos planos para Trancoso (1951) e Valença (1966), respectivamente, que serão analisados adiante.

Em Portugal, a produção urbanística ao longo de quatro décadas de planeamento é caracterizada por uma grande diversidade conceptual que, por sua vez, conduziu a variações na forma e estrutura dos núcleos urbanos planeados. Mas também os

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

próprios instrumentos de planeamento modificaram-se no decorrer do tempo, tal como afirma Lôbo (1995). A tipologia do plano-imagem, uma proposta rígida de composição urbana, corresponde à maioria dos planos e estudos de urbanização elaborados nas décadas de 30 e 40 até ser gradualmente substituído pelo plano-de-gestão, que utiliza recursos mais flexíveis como o zonamento e o regulamento. É nesta categoria que se enquadram os anteplos analisados no capítulo III desta dissertação, ainda que, em alguns casos, a proposta esteja associada a uma forte imagem urbana, como se verá futuramente.

II. A cidade como património

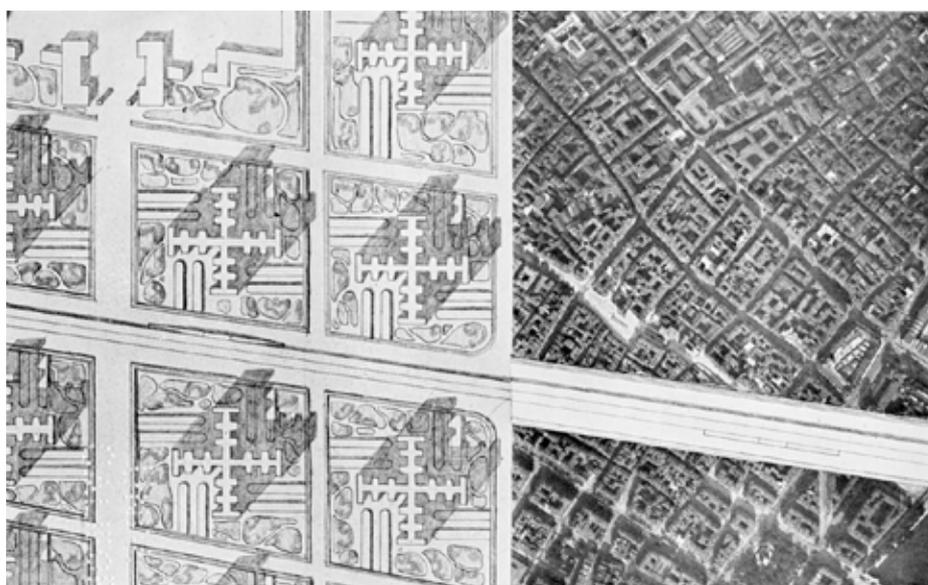
O património urbano e a conservação integrada

Uma questão indissociável do urbanismo praticado na Europa nos séculos XIX e XX é o diálogo – ou, frequentemente, a falta dele – entre a cidade nova e a antiga. É na transição entre estes séculos que se começa a cunhar a noção de *património urbano* em referência aos tecidos antigos, até então reduzidos “...à soma das suas partes” (Choay, 1992:157) no âmbito dos esforços de preservação.

O urbanismo europeu oitocentista é marcado por grandes intervenções urbanas em nome da higiene e da ordem, das quais a reforma promovida por Haussmann em Paris entre as décadas de 1850 e 70 é a mais representativa. O arrasamento do tecido antigo da capital francesa, uma ação impensável nos nossos dias e que Bandarin & Oers (2012) compararam à destruição de Lisboa após o terramoto de 1755, é coerente com o momento no qual o reconhecimento do valor patrimonial de uma cidade apoiava-se não no conjunto urbano, mas nos seus monumentos isolados.

De acordo com Françoise Choay (1992), na reorientação desta leitura fragmentada dos ambientes urbanos destacam-se três personagens: o inglês John Ruskin e o austríaco Camillo Sitte, no século XIX, e o italiano Gustavo Giovannoni, na

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



07. Paris: Plano *Voisin*. À direita, tecido urbano existente que seria demolido para construção de um complexo de torres cruciformes. | Le Corbusier | 1925.

década de 1930. Ainda que as contribuições teóricas de Ruskin e Sitte tenham em muito auxiliado no reconhecimento do valor patrimonial das cidades antigas e da responsabilidade coletiva de preservá-las, os tecidos herdados eram considerados por estes autores objetos estáticos, pertencentes ao passado e incapazes de corresponder às imposições da modernidade, pelo que eram privados de qualquer utilidade futura além de modelos estéticos e formais.

Por sua vez, foi Giovannoni quem associou pela primeira vez uma componente funcional aos tecidos antigos, resgatando a cidade histórica do papel de museu que havia desempenhado com frequência nas décadas anteriores. Sua abordagem adaptava os usos das áreas urbanas antigas sem com isso interferir nos valores históricos e culturais que justificam a sua preservação: “...if the time of the compact, dense city was over, the historic city could still play an important role, not linked to production and communication, but rather to living and social exchange” (Bandarin & Oers, 2012:14). Assim, além de ser o primeiro a referir-se à cidade antiga sob o termo *património urbano* (Choay, 1992:169), Giovannoni definiu os meios e princípios para um processo efetivamente *integrado* de desenvolvimento urbano, aquele que considera a cidade na sua totalidade e é essencial para a uma relação de interdependência entre as diferentes áreas urbanas.

Ao pensamento progressista de Giovannoni opunha-se, na mesma altura, uma outra ideologia que José Lamas (1993:308) classificou como *anti-histórica*. O Movimento Moderno, através dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e das publicações de Le Corbusier^[4], fazia-se conhecer internacionalmente e propagava a já mencionada resistência à morfologia da cidade tradicional e à insalubridade (física e moral) a ela associada. As diretrizes modernistas conduziam a um modelo de cidade funcionalista^[5], colocando em segundo plano o interesse num desenvolvimento urbano equilibrado, como o referem Bandarin & Oers (2012).

No início da década de 1940, as disposições da Carta de Atenas restringem o valor patrimonial aos objetos arquitetónicos e à sua envolvente, admitindo a salvaguarda

4. Entre elas, os livros *Vers une architecture* e *Urbanisme*, publicados em 1923 e 1924, respetivamente; o *Plan Voisin para Paris* (1925) e a própria Carta de Atenas publicada por ele em 1941, oito anos após ser redigida no IV CIAM (1933).

5. A lógica do funcionalismo contraria a cidade tradicional ao estruturar o espaço urbano em áreas funcionais – habitação, trabalho, recreio e circulação – independentes e em setores exclusivos.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

dos conjuntos urbanos se a sua conservação não implicasse no sacrifício de populações mantidas em condições insalubres (Le Corbusier, 1941:105). Estaria, assim, legitimada a destruição de bairros inteiros e a sua substituição por superfícies verdes e construções modernas. José Lamas sintetiza a ideologia *corbusiana* em relação aos tecidos antigos ao observar que:

A cidade histórica ou antiga, na sua forma, na poética dos seus espaços, na complexidade [...] dos usos, não tem lugar na Carta de Atenas, que acreditava que a beleza e a alta qualidade estética e ambiental da arquitetura moderna igualariam e superariam os conjuntos históricos degradados ou insalubres. (Lamas, 1993:347)

Em Portugal, as comunicações realizadas no I Congresso Nacional de Arquitetura demonstram que este princípio de rejeição à tradição estava já assimilado por alguns arquitetos e urbanistas portugueses, como reflete a tese de Herculano Neves e Celestino Castro^[6]:

Na vida, só fica, aquilo que se impõe ficar, e se impõe ficar porque é base de novos conhecimentos e de novas audácias. O que vem de novo mata o que era tradicional antes. E o que vem de novo é o que convém, pela fatalidade dos acontecimentos, sempre. [...] A vida progride e triunfa sempre. Por toda a parte, dentro ou fora da arquitetura, surgem novas técnicas e novos materiais, a servir melhor. O tradicional que morra onde tiver que morrer. E de pouco servirá erguer-se-lhe uma cruz no campo em que ele tombar. (Neves & Castro, 1948:58-59)

No contexto europeu do pós-guerra, embora as intervenções em áreas urbanas tenham sido fortemente influenciadas pela ideologia modernista, as iniciativas internacionais de conservação e reabilitação das áreas antigas começavam a dar pequenos passos. A criação da UNESCO em 1945 e a publicação da Carta de Veneza^[7] em 1964 atestam este facto, embora uma doutrina internacional diretamente voltada à preservação da cidade histórica tenha surgido apenas em 1975 com a Carta Europeia do Património Arquitetónico.

6. C. Castro é autor do Antepiano de Trancoso (1951), analisado no capítulo III desta dissertação.

7. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, elaborada na sequência do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza em 1964. Apesar de focar-se na conservação dos monumentos históricos e da sua envolvente, sem referências à cidade integral, este documento marca o desenvolvimento de um movimento preservacionista internacional sob a égide da UNESCO (Bandarin & Oers, 2012).

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

Neste documento consta a explícita consideração de que “...a conservação do património arquitetónico depende largamente da sua integração no quadro de vida dos cidadãos e da sua consideração nos planos de ordenamento do território e de urbanismo” (Conselho da Europa, 1975:02). Com isso, estabelece a ligação definitiva entre conservação e o planeamento urbano, e lança a base para o que ainda hoje nos referimos como *conservação integrada*, um processo multidisciplinar que combina o planeamento em múltiplas escalas e a gestão urbanística em prol de um desenvolvimento urbano coeso e equilibrado.

A realidade portuguesa

Concluída a síntese das ideologias e doutrinas que melhor representam a evolução dos conceitos de *património urbano* e *planeamento integrado* no decorrer do século passado, cabe-nos agora focar na realidade portuguesa no âmbito dos Planos e Anteplanos Gerais de Urbanização.

Dois anos antes da legislação que criou a figura dos PGU's, dois decretos^[8] anunciavam a necessidade de preservação da envolvente dos monumentos, ao determinar a servidão administrativa dos terrenos 50 metros à volta dos monumentos nacionais e permitir a definição de *zonas de proteção*. Estas correspondiam a áreas de proteção mais alargadas e que poderiam incluir zonas vedadas à construção, posteriormente denominadas *non aedificandi* (ZNA). Já o decreto de 1934 demonstra uma consciência patrimonial mais abrangente, ao estabelecer que fossem adotados métodos para “...salvaguarda da estética, do carácter arquitetónico, pitoresco e histórico das urbes” (Dec. Lei n.º 24.802/1934, art. 14º).

Alguns dos primeiros planos elaborados para cidades históricas portuguesas foram coordenados pelo urbanista franco-russo Etienne de Gröer, como foi o caso do Plano de Ordenamento, de Extensão e Embelezamento da Cidade de Coimbra (1940) e os Anteplanos de Urbanização (AU) de Braga (1944) e Évora (1945). Sua abordagem, que considera tanto a proteção das zonas antigas quanto a demolição do edificado não classificado, se destaca por simultaneamente procurar um equilíbrio

8. Decretos-Lei n.º 20985 de 7 de Março de 1932 e n.º 21875 de 18 de Novembro de 1932.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



08. Anteplano de Urbanização de Braga - Planta de Arranjo parcial. Demolição dos anexos no interior do quarteirão e desenho de um pequeno parque linear | Etienne de Gröer | 1944.

entre estas duas fórmulas, apoiando-se em operações pontuais e criteriosas (Fig.8).

Como exemplo, nos densos quarteirões de Évora típicos dos tecidos antigos, de Gröer rejeita grandes demolições que, além de economicamente inviáveis, ocasionariam "...a perda do carácter local" (in Lôbo, 1995:86), e opta por demolir uma ou outra habitação para assim garantir a ventilação transversal aos demais edifícios. Como observou Gonçalves (2012), esta abordagem aproxima-o sobremaneira de Giovannoni e do processo de demolições parciais e estratégicas a que o arquiteto italiano chamou de *diradamento*, embora esta associação nunca tenha sido referida nos textos do urbanista russo.

No que se refere às novas edificações, de Gröer admite tanto construções recentes nos tecidos antigos que reproduzam o estilo do edificado existente, quanto "...construções com carácter inteiramente novo (...) nas ruas onde a arquitetura existente é má. Neste caso, os edifícios antigos deverão, a pouco e pouco, ser modificados no sentido das novas construções" (in Lôbo, 1995:84).

Já na proposta para a Baixa Pombalina que elaborou alguns anos mais tarde, em 1948, de Gröer considera transformações mais expressivas no edificado existente, que resultariam num espaço desafogado para o tráfego de peões e automóveis. A eliminação do estacionamento ao longo das ruas seria neutralizada pelas demolições no interior dos quarteirões, aproveitando-se este espaço para instalar um estacionamento em dois níveis. Enquanto Lôbo classificou esta proposta como um caso no qual "...a resolução dos problemas de tráfego da cidade histórica sobrepõe-se à sua preservação" (1995:99), Gonçalves considerou que esta abordagem, na verdade, "...pretendia integrar [a Baixa Pombalina] no desenvolvimento urbano de Lisboa e procurava garantir que não se agravasse a sua segregação" (2012:98).

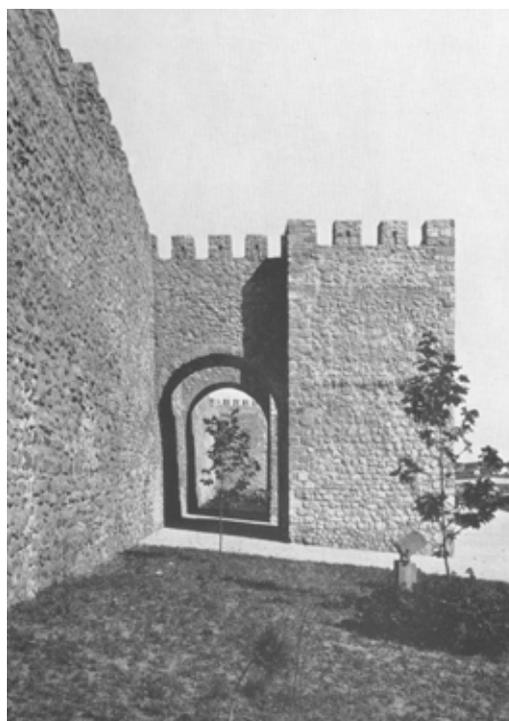
Desta forma, pode-se dizer que as propostas de Gröer para as áreas antigas refletem a complexidade destes territórios, na medida em que suas intenções não são estáticas nem regressivas, mas sim dinâmicas e adaptáveis às diversas situações. É esta sensibilidade em relação à integração destas áreas no desenvolvimento urbano o seu maior legado, especialmente considerando-se a influência que o seu trabalho como urbanista teve nos planos elaborados no decorrer da década de 40 em Portugal.

Se os planos elaborados por de Gröer são exemplo de uma visão mais alargada do conceito de património e dos meios para a sua salvaguarda, outras propostas

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



09. Plano de Urbanização de Mafra - Anteprojecto - Planta de Zonas | Arq. Jacobetty Rosa | 1944.



10. Lagos: Portas de S. Gonçalo antes e depois de concluídos os trabalhos | DGEMN | 1961.

enquadram-se no outro extremo, como é o caso do Plano de Urbanização (PU) de Mafra elaborado por Jacobetty Rosa em 1946 (Fig.09).

Considerado por Lôbo “...o caso mais radical [...] no contexto das propostas de intervenção na envolvente de monumentos nacionais” (1995:166), o plano de Mafra é a epítome da prática de isolamento e desobstrução do *monumento* com recurso a extensivas demolições da sua envolvente. O enquadramento do Convento-Palácio de Mafra, tal como proposto por Miguel Jacobetty, contava com a criação de uma via monumental perpendicular à fachada principal, às custas da ampla destruição do tecido existente.

Relembro aqui que, embora entre os PU's esta proposta destaque-se pela severidade com que impacta os tecidos urbanos consolidados, a maior parte das intervenções realizadas pela DGEMN e relatadas nos *Boletins da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*^[9] adotavam esta mesma prática centrada na desobstrução do monumento, como observou Correia (2011). A disseminação desta conduta é particularmente visível no caso das cinturas de muralhas, cuja valorização e *monumentalização* continuará a sobrepor-se aos tecidos existentes pelo menos até a década de 60^[10] (Figs.10-11).

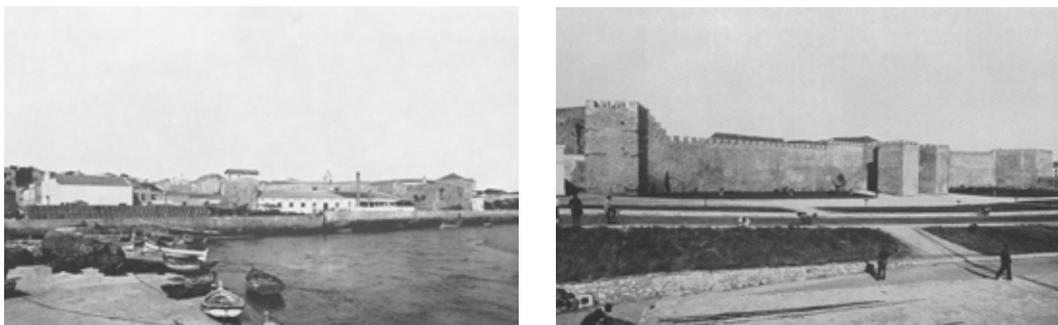
O antagonismo entre as visões de Gröer e Jacobetty ilustra os dois extremos no que se refere ao tratamento das áreas antigas na primeira geração de planos de urbanização. Da mesma forma, estas diferentes conceções urbanas refletem o contraste entre as ideologias e doutrinas patrimoniais disseminadas por Giovannoni e Le Corbusier, como observou Gonçalves (2012).

À medida que a consciência da necessidade de salvaguardar os tecidos antigos foi-se consolidando, outras questões tornaram-se evidentes, sobretudo relacionadas com o binómio preservação vs evolução dos territórios urbanos. Considerando-se que grande parte dos PGU's incluía a definição de uma área de expansão futura da vila/cidade, as práticas encaminharam-se para uma intervenção mais moderada nas

9. DGEMN (1935-1966) – *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 01-126. Lisboa: DGEMN.

10. Os casos de estudos analisados nesta dissertação são testemunhos da generalização desta prática, tanto em intervenções conduzidas pela própria DGEMN (veja-se AU de Valença (1966)) quanto pelas propostas dos autores dos planos (veja-se AU de Trancoso (1951) e AU de Almeida (1964)).

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



11. Lagos: Vista das muralhas antes e depois de concluídos os trabalhos | DGEMN | 1961.



12. Antepiano de Urbanização de Serpa - Planta de Urbanização | Arq. Leonardo Freire | 1947.

zonas antigas, tal como reflete um parecer do Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP) em 1947:

Já a propósito de outros planos sobre os quais (o Conselho) emitiu parecer [...], em que surgem núcleos compactos de casario com algumas condições de aproveitamento, sempre (o Conselho) se tem pronunciado por que tais núcleos se circunscrevam e persistam, atravessando-os apenas por uma ou outra artéria de interesse primordial para o esquema de trânsito previsto, e estudando, caso por caso, cada um dos arruamentos, na intenção de lhes introduzir apenas algumas ligeiras correções de alinhamentos, tendentes a regularizar um pouco o seu defeituoso traçado. (...) As soluções formais, harmónicas com os bons preceitos urbanísticos, deverão reservar-se para as áreas ainda não utilizadas com construção”. (in Lôbo, 1995:118)

Nas linhas gerais, esta orientação seria amplamente seguida por muitos autores de planos para cidades históricas, tal como no AU de Serpa (1947) (Fig.12), no qual Leonardo de Castro Freire distingue três zonas que “...foram orientadas por um estreito critério de conservação na zona dentro de muralhas, um mínimo de demolição e desafio na zona extra muralhas, e um franco e arejado planeamento na zona nova de futura expansão” (Freire, 1947:08).

Desta forma, a cidade histórica foi sendo representada como um somatório de partes sujeitas a preceitos urbanísticos diferentes, sendo que a articulação entre elas poderia constituir uma preocupação particular do urbanista, ou não. É sob esta perspetiva que se prende a análise dos casos de estudo no capítulo seguinte, com o propósito de clarificar as abordagens para alguns núcleos muralhados, já que estes constituem os territórios urbanos mais suscetíveis à fragmentação concetual, como verificou-se no caso de Serpa.

Com isto, não quero dizer que esta fragmentação afeta apenas núcleos fortificados, pois como observou Gonçalves, a própria designação de centro histórico “...ofusca tanto a sua diversidade formal como a diversidade dos valores culturais e sociais que lhes dizem respeito”, além de “...concentrar o valor histórico das cidades numa área restrita, como se pudéssemos pensar que existem áreas urbanas que não tem nem nunca terão história” (2012:51). Independente da sua designação, é inegável que as áreas antigas representam espaços de ligação direta com o passado, enquanto símbolos de continuidade e tradição, sendo por este motivo consideradas por Walter

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

Rossa verdadeiros centros de identidade urbana (Rossa, 2002:19).

Ainda assim, o planeamento urbano integrado implica na leitura da cidade na sua totalidade, na articulação entre todas as áreas que a compõem e na compreensão de que todos os espaços urbanos estão sujeitos a um dinamismo incessante e inevitável. No caso dos núcleos muralhados, em que o território encontra-se física e visualmente fracionado devido à presença de uma cintura defensiva, e onde a questão patrimonial abrange tanto o objeto – as muralhas – quanto o território que este cerca, cabe a investigação de como estas questões foram abordadas nas propostas de planeamento até a década de 1970, assim como os seus efeitos na configuração funcional e morfológica das urbes.

III. Casos de estudo

Considerações iniciais

No contexto nacional, a produção científica voltada à história recente do urbanismo tem evoluído de forma predominantemente dedicada aos maiores centros urbanos do país. Desta forma, é com o objetivo de contribuir para uma compreensão mais abrangente da realidade urbana portuguesa que, do extenso universo de núcleos muralhados, foi dada ênfase àqueles de média e pequena dimensão.

Destes, foram selecionados os núcleos nos quais a maior parte, senão a totalidade, da cerca defensiva tenha sido preservada, de forma a possibilitar a distinção de uma zona intramuros. É inegável que a longa permanência das muralhas nestes aglomerados constitui uma marca indelével do tecido urbano, uma vez que demarca territórios física, visual, morfológica e dinamicamente distintos. A dissociação entre os espaços inscritos e os circunscritos pelas muralhas exigiu dos planeadores, e ainda hoje exige, um esforço significativo no sentido de relacioná-los, evitando desequilíbrios urbanos lamentavelmente frequentes em muitos aglomerados nacionais.

Satisfeitos os critérios acima descritos, a seleção apoiou-se na eleição dos casos mais

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

significativos para o desenvolvimento do tema proposto, valorizando os planos cujas peças desenhadas e escritas forneciam informações suficientes acerca da fundamentação das propostas e intenções do(s) autor(es).

Esta metodologia resultou na seleção de cinco vilas muralhadas como casos de estudo, totalizando oito anteplanos de urbanização analisados. A estrutura com que foram organizados segue a ordem cronológica, embora nas vilas com mais de um plano tenha-se optado por mantê-los sequenciais, uma vez que as comparações entre eles enriquecem a análise. Julgo não interferir na percepção dos planos como um desenvolvimento sequencial e, com isso, demonstrar a evolução das práticas e teorias urbanísticas entre os anos de 1948 e 1966, datas do primeiro e último anteplano analisados nesta dissertação.

A carência de equipamentos e infraestruturas era uma realidade na maioria dos centros urbanos do país, situação à qual os núcleos muralhados não constituíam exceção. Ademais, nas zonas urbanas antigas registravam-se problemas de insalubridade, alta densidade, circulação deficiente e ausência de espaços verdes e/ou de lazer. As propostas surgiam com o objetivo de dar resposta a estas deficiências, com o desafio acrescido de, na larga maioria dos casos, prever a expansão do aglomerado em concordância com os padrões vigentes de conveniência e conforto. Salienta-se ainda a complexidade do território a ser planeado, num momento no qual o debate acerca de questões como salvaguarda patrimonial e reabilitação urbana começava a dar os primeiros passos.

É neste contexto que se prende a análise dos PGU's, principalmente no que diz respeito a:

- Desafios e intenções principais do plano/estudo de urbanização;
- Abordagem em relação à expansão territorial;
- Interferências no núcleo primitivo intramuros (edificado, espaços públicos, rede viária, etc.);
- Localização dos principais equipamentos/serviços públicos da vila (centro cívico, hospitais, tribunais, etc.);
- Influências de modelos urbanos internacionais.

Com esta investigação, ambiciona-se clarificar a abordagem à questão patrimonial

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

sob uma perspectiva territorial ampla, sobretudo do ponto de vista morfológico e funcional. De maneira mais objetiva, procurou-se determinar a relação entre as ações de salvaguarda do património – as muralhas e o território a elas associado - e seus efeitos na urbe, enquanto potencial agente motivador de fragmentação, ou mesmo coesão, urbana.

Nas páginas finais de cada antepiano consta uma ficha-síntese da análise, que procura responder à questão '*O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização*', tema geral desta e de outras dissertações que seguem a mesma linha de investigação. Nestas fichas as imagens originais foram convertidas em tons de cinza, enquanto outros tons foram usados para sintetizar as principais informações referentes aos núcleos urbanos e às propostas dos urbanistas. Quando disponíveis, foram também incluídas imagens anteriores a cada plano, para efeitos de comparação com a vila atual, facilitando a leitura do processo evolutivo de cada território. As informações gráficas destas fichas complementam a análise escrita, pelo que aconselha-se a leitura simultânea destes elementos.



ELVAS

Portalegre



13. Anteplano de Urbanização da cidade de Elvas - Planta de Trabalho e Urbanização | Arq. Maria M. da Silva & Arq. Urb. David M. da Silva | 1949.

Anteplano de Urbanização da cidade de Elvas

1949

Arq. Maria José M. Moreira da Silva & Arq. Urb. David Moreira da Silva

Na época em que foi elaborado este anteplano para Elvas, a cidade abrigava a quase totalidade dos seus catorze mil habitantes no recinto muralhado, assim como as principais instalações culturais, comerciais, residenciais, administrativas e desportivas. Esta situação havia contribuído para a altíssima densidade nessa zona (335 hab./ha), acentuando a saturação do edificado e a conseqüente escassez de espaços livres no núcleo primitivo.

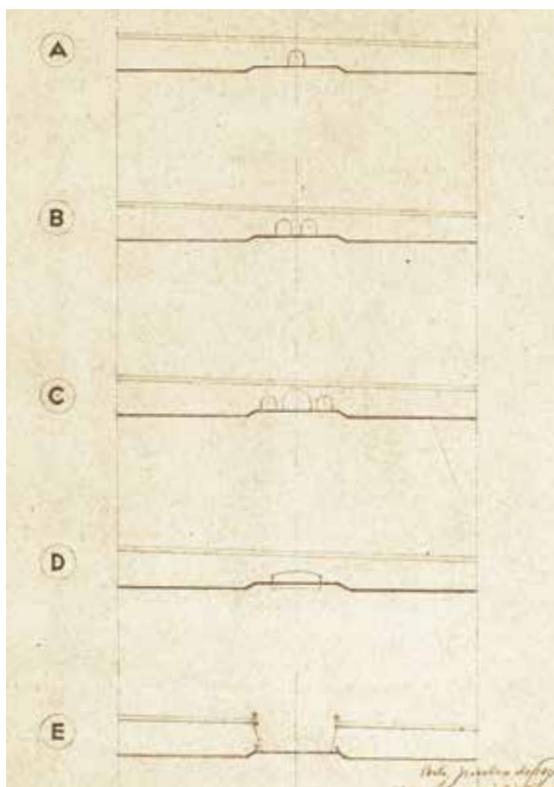
A estes problemas somavam-se as dificuldades de circulação. Os arruamentos, estreitos e sinuosos, assim como as acanhadas portas das muralhas eram incompatíveis com as necessidades correntes de tráfego. O reduzido perfil das vias de circulação, associado a edifícios amontoados, traduzia-se numa sensação de estrangulamento no recinto primitivo, de tal forma que, para os autores, "...Elvas acabou por se tornar, depois de convenientemente protegida, a maior vítima do sistema defensivo que para seu próprio uso criou" (Silva & Silva, 1949:05).

A justificativa para a expansão extramuros apoiava-se, além da compressão excessiva do núcleo primitivo, no extenso programa de melhoramentos pedido

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



14. Antepiano de Urbanização da cidade de Elvas - Vista da zona exterior às muralhas | 1949.



15. Antepiano de Urbanização da cidade de Elvas - Esquema da abertura das muralhas | Arq. Maria M. da Silva & Arq. Urb. David M. da Silva | 1941.

pela Câmara, no qual eram contemplados os setores administrativo, cultural, social, associativo, religioso, além das esferas da saúde e do lazer. Esta ênfase nos equipamentos era comum nos anteplos produzidos até a década de sessenta, uma vez que “[traduziam] o bem-estar social, [representavam] uma promoção e [apareciam] como sinais emblemáticos de progresso” (Lôbo, 1995:179), ainda que muitas vezes não correspondessem às reais necessidades e dimensão da população à qual se destinavam.

Neste anteplo, a zona de expansão organiza-se à volta do núcleo antigo, respeitando os limites da zona *non ædificandi* de proteção às muralhas. A parcela Sul-Sudoeste seria a principal, por já existirem ali alguns equipamentos e um intenso tráfego devido à EN4 que conduz a Lisboa. Uma ampla avenida faria a conexão entre este setor e a cidade antiga, numa continuidade com o principal arruamento existente no intramuros, o qual atravessa a vila e conduz à Praça da República.

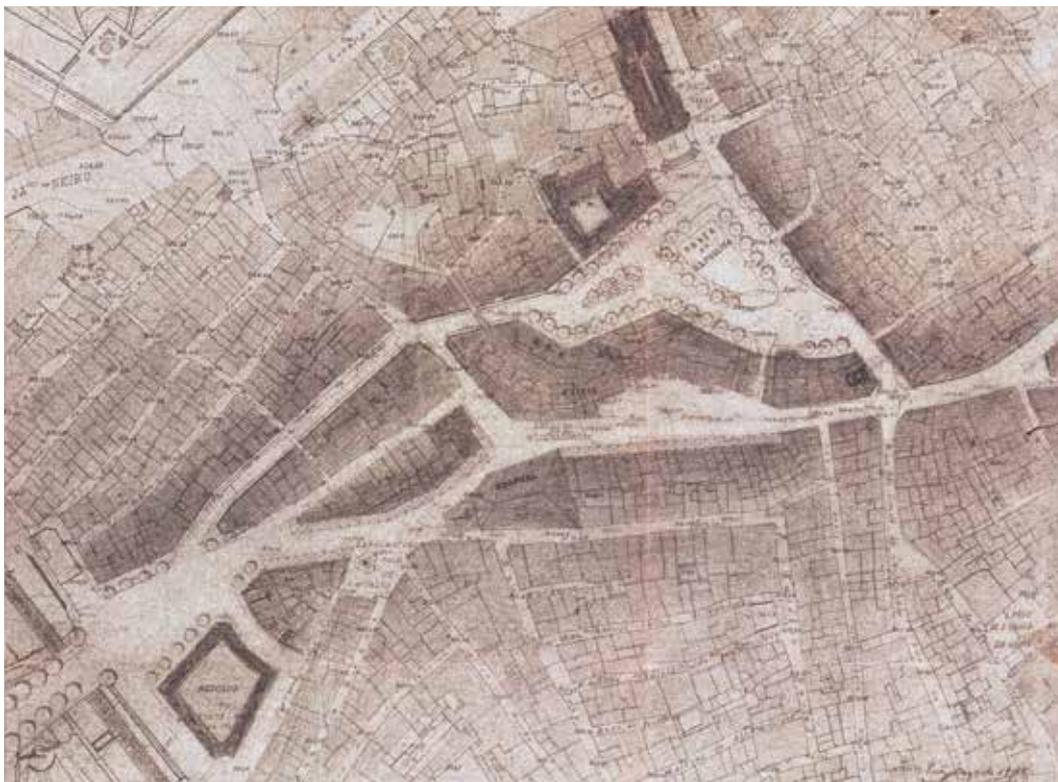
Era a intenção dos autores que esta nova artéria, para a qual teria que ser criada uma nova passagem através das muralhas, destronasse a Porta de Olivença, a Sul, como o principal acesso ao recinto intramuros. Acerca desta articulação entre *o novo* e *o velho*, os autores afirmam que:

Embora incompatíveis, à primeira vista, a conservação, valorização e abertura das muralhas, podem e devem completar-se, desde que a construção da nova e ampla via de acesso à cidade não implique o emprego de quaisquer elementos ou motivos arquitetónicos estranhos [...] à sua composição. (Silva & Silva, 1949:31)

Também ao desenho da nova abertura os autores dedicaram especial atenção. Neste anteplo, consta um projeto de 1941 (Fig.15), aprovado por Duarte Pacheco, no qual foram estudadas cinco variações formais do vão através da análise das vantagens e desvantagens, económicas e estéticas, de cada opção. Concluíram que uma abertura a céu aberto era a mais adequada, por ser a mais económica (não implicava reconstruções e grandes arranjos), permitir uma ampla passagem, não introduzir elementos estéticos incoerentes ao monumento e criar uma perspetiva monumental sobre a praça, que seria criada junto à entrada, na parte antiga.

O núcleo fortificado seria alvo de uma moderada remodelação urbana. Era previsto o alargamento, prolongamento e retificação das ruas com maiores dificuldades de circulação; retoques nas alturas e alinhamentos de poucos edifícios e demolição

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



16. Anteplano de Urbanização da cidade de Elvas - Esboceto de remodelação da parte central da cidade | Arq. Maria M. da Silva & Arq. Urb. David M. da Silva | 1949.

daqueles em condições insalubres ou devolutos. Toda a nova construção edificada na zona antiga ficaria proibida. O restante da urbe ficaria sujeito a restrições estéticas, tais como o estabelecimento de perímetros de proteção a conjuntos edificados de interesse e orientação para que fossem mantidos o desenho e cor originais dos demais edifícios.

A intervenção mais expressiva na cidade antiga tinha lugar na Praça da República (Fig.16), o ponto central do recinto muralhado, cuja função de centro cívico era mantida apesar da expansão extramuros. Era previsto o seu alargamento, com o objetivo de valorizar o edifício do Paços do Concelho e criar um pequeno estacionamento. O acesso desafogado do centro até a nova entrada da cidade e, conseqüentemente, aos diversos equipamentos situados fora da cerca, é também idealizado neste plano de urbanização.

Num claro contraste com o estrangulado recinto primitivo, a vertente higienista é dominante no desenho de toda a zona de expansão. Foi dada prioridade à insolação e ventilação através de edificações mais dispersas, arruamentos mais largos, jardins, parques e quintais, resultando numa densidade populacional prevista de 61,2 hab./ha. A determinação dos locais de trabalho, residência, educação, recreio, saúde e repouso segue critérios assumidamente racionais como facilidade de acesso, melhores condições de ventilação natural, necessidade de estacionamento, etc.

Na linha do subúrbio-jardim francês, o antepiano privilegia as habitações unifamiliares dispersas, ainda que fosse permitida a construção de moradias em banda “...sempre que as boas condições locais de insolação o permitam” (Silva & Silva, 1949:56). Esta preferência demonstra a proximidade entre David Moreira da Silva e o urbanista franco-russo Etienne de Gröer, justificada pela colaboração que firmaram nos Planos de Urbanização de Coimbra (1940) e Luanda (1946), os dois primeiros planos finalizados por de Gröer em Portugal.

A zona destinada a moradias económicas situar-se-ia a Nordeste do recinto muralhado, sensivelmente distante da parcela a Sudoeste e, embora os autores não o refram, devia estar associada às famílias de trabalhadores na zona industrial que lhe fica próxima. Estes habitantes contariam com alguns equipamentos básicos nas proximidades, como escola, mercado, creche e um parque, além de amplas vias que conduziriam ao centro cívico e aos equipamentos da zona de expansão principal. No

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



a



b

17. (a) Plano de Ordenamento, Extensão e Embelezamento da Cidade de Coimbra. - Planta de Urbanização do Calhabé | Etienne de Gröer | 1940. (b) Plano de Urbanização da Cidade de Elvas - Pormenor da Planta de Urbanização | Arq. Maria M. da Silva & Arq. Urb. David M. da Silva | 1949.

entanto, este setor citadino, ainda que minimamente autónomo, ficaria destacado do restante do território, aproximando-se da noção de periferia urbana.

À maneira de Etienne de Gröer, os grandes eixos viários, retilíneos, expõem um fácil contraste com a sinuosidade dos demais arruamentos. Os autores fazem amplo uso dos impasses a meio dos quarteirões, com dimensões suficientes para permitir o giro dos automóveis, um modelo que de Gröer julgava “...muito económico [e que] apresenta numerosas vantagens para os habitantes: sossego, aspeto agradável, ausência de poeiras” (*in* Lôbo, 1995:87).

Foi dada ênfase ao desenho dos espaços públicos, prevendo-se uma arborização abundante nos principais eixos viários, além de espaços de lazer amplos e com acesso desafogado. Também a localização dos equipamentos é criteriosa: nos lados da avenida que conecta a expansão poente ao núcleo primitivo seriam instalados edifícios de grande relevância, como o tribunal, colégio, escola técnica e liceu, e é onde os autores situam a zona mista, a qual abrigaria, além de moradias, espaços de comércio e espetáculos para usufruto das duas áreas citadinas.

As atividades comerciais seriam também permitidas nos muitos edifícios próprios para o efeito, distribuídos em pontos estratégicos da zona de expansão, como à volta de rotundas ou na proximidade a equipamentos de interesse. Os estabelecimentos de ensino, por sua vez, desfrutariam de áreas mais reservadas, normalmente a meio dos quarteirões em zonas predominantemente residenciais. Os equipamentos desportivos, localizados entre as duas parcelas da zona de expansão, beneficiariam da abundante área desocupada a Sudeste, enquanto auxiliariam na estruturação viária que envolve o núcleo primitivo. Por último, a poente, seriam implantadas as novas instalações clínicas, nomeadamente uma maternidade e um hospital civil, que complementariam as existentes intramuros.

As propostas deste antepiano para a expansão da cidade de Elvas baseiam-se, portanto, num plano de expansão urbana, com claras influências do modelo da cidade-jardim e de um dos seus principais percursos em Portugal, Etienne de Gröer. O que se retira desta proposta para a cidade de Elvas é uma diminuição da noção de *centro* e *centralidade urbana*. À exceção do centro cívico e da área industrial, deixa de haver uma polarização dos equipamentos de mesma ordem, optando-se antes pela sua distribuição no território. De forma análoga, o recinto

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

muralhado perde relevância enquanto cerne operacional do município ao ponto de, eventualmente, compelir os seus residentes a deslocamentos extramuros em busca de determinados recursos e serviços.

Ao mesmo tempo, o facto destas duas áreas – intra e extramuros – abrigarem grandes equipamentos de interesse coletivo parece indicar uma intenção de que fossem funcionalmente complementares entre si. Esta interpretação torna especialmente marcante e simbólico o desenho do principal arruamento proposto como ligação entre a cidade antiga e a sua expansão, destacado na Fig.18 na ficha de síntese, que atuaria como ponto nevrálgico de todo o aglomerado e cerne da nova identidade urbana.

Ao compararmos o antepiano de Elvas com a cidade atual, percebemos algumas semelhanças a nível dos traçados e localização de alguns equipamentos. Primeiramente, o território urbano de Elvas extrapolou os limites da cerca defensiva, organizando-se à volta desta, sendo as parcelas à Sudoeste e Nordeste, correspondentes às propostas do antepiano, as maiores e mais desenvolvidas. Também os acessos a estes setores são estruturados de forma análoga à proposta, especialmente através de uma artéria a poente para a qual foi criada uma nova abertura na muralha.

À semelhança do antepiano, os grandes equipamentos desportivos ocupam a zona a nascente do aglomerado, os eixos viários principais são largos e abundantemente arborizados, e alguns arruamentos aproximam-se muito do desenho proposto. Da mesma forma, alguns talhões próximos do Jardim Municipal reproduzem o desenho idealizado pelos urbanistas em 1949. Estas observações respondem à pergunta '*O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização?*', estando este antepiano entre os que tiveram influência, ainda que sutil, no desenvolvimento urbano do núcleo muralhado até os nossos dias.



18. Antepiano de Urbanização da Cidade de Elvas - Planta de Trabalho e Urbanização | Arq. Maria Moreira da Silva & Arq. Urb. David Moreira da Silva | 1949.

Proposta

Equipamentos públicos	Circulação viária intra/extramuros	Áreas de habitação
-----------------------	------------------------------------	--------------------



19. Fotografia aérea | Vila de Elvas | 2016.

Atual: semelhanças com a proposta

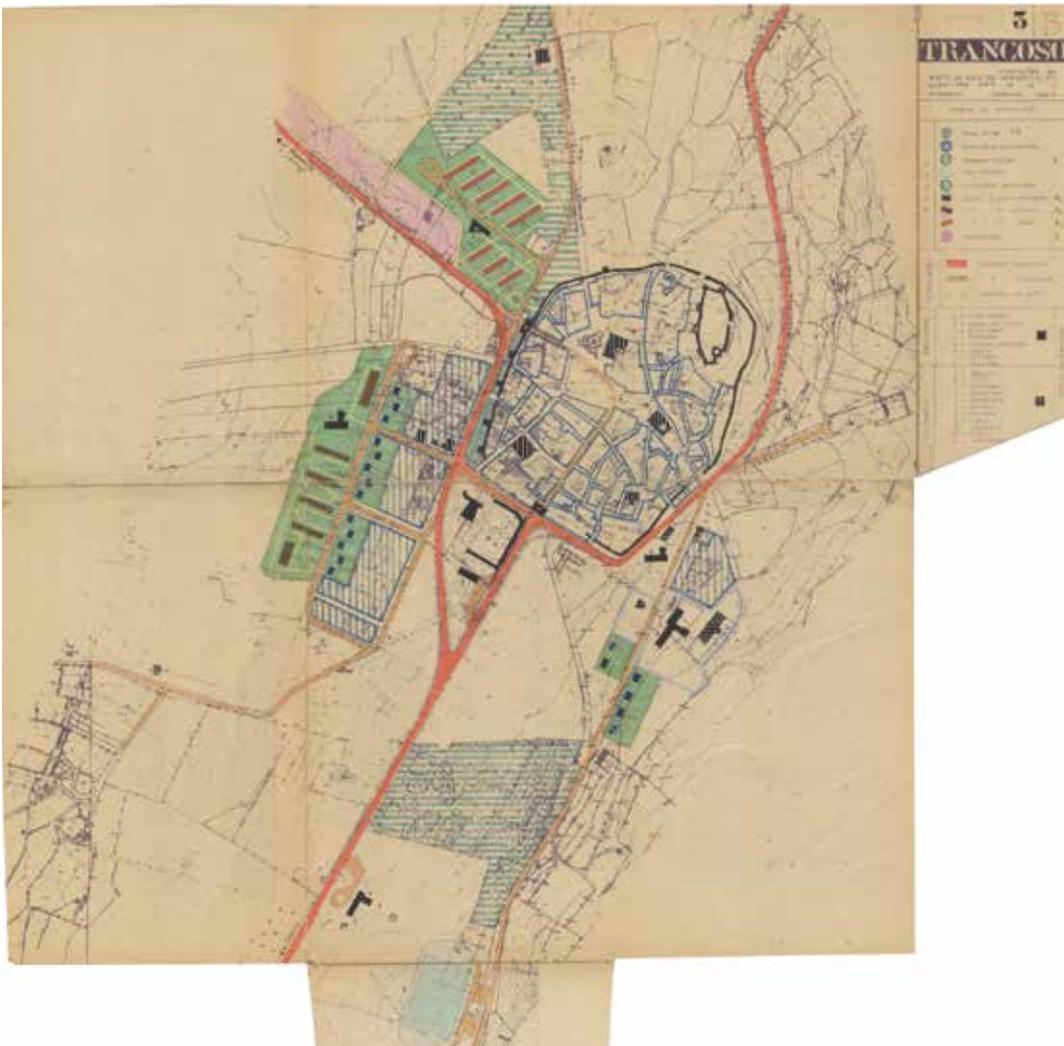
Equipamentos	Vias de circulação	Desenho urbano
--------------	--------------------	----------------





TRANCOSO

Guarda



20. Antepiano de Urbanização de Trancoso - Alterações - Planta de Urbanização | Arq. Celestino Castro | 1951.

Anteplano de Urbanização de Trancoso

1951

Arq. Celestino Castro

A vila de Trancoso constitui um caso particular entre os demais analisados nesta dissertação, uma vez que não são apenas as muralhas (parcialmente demolidas) que distinguem o burgo da expansão recente, mas também a EN226, cujo traçado envolve a cerca primitiva e acentua a separação territorial.

De forma invulgar, o Anteplano de Trancoso obteve aprovação quase imediata nas linhas gerais, possivelmente devido aos conhecimentos adquiridos por Celestino Castro enquanto estagiário no Ministério das Obras Públicas (MOP) entre 1945 e 1947. Após pequenas alterações, o Anteplano foi aprovado por despacho ministerial, última etapa no processo de apreciação. No entanto, à semelhança de muitos outros planos de urbanização produzidos na mesma época, não possui qualquer relação com o desenvolvimento atual da vila de Trancoso.

Com um pequeno aumento populacional previsto para os vinte anos seguintes e considerando a abundância “...daquela habitação primária que na generalidade se funde com as pocilgas” (Castro, 1951a:32) e os graves problemas de salubridade no núcleo primitivo, o autor julgava a questão habitacional o principal problema da

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



21. Anteplano de Urbanização de Trancoso - Planta de Urbanização (proposta inicial) | Arq. Celestino Castro | 1951.



22. Anteplano de Urbanização de Trancoso - Alterações - Planta do Estado Atual. Demolições propostas a amarelo | Arq. Celestino Castro | 1951.

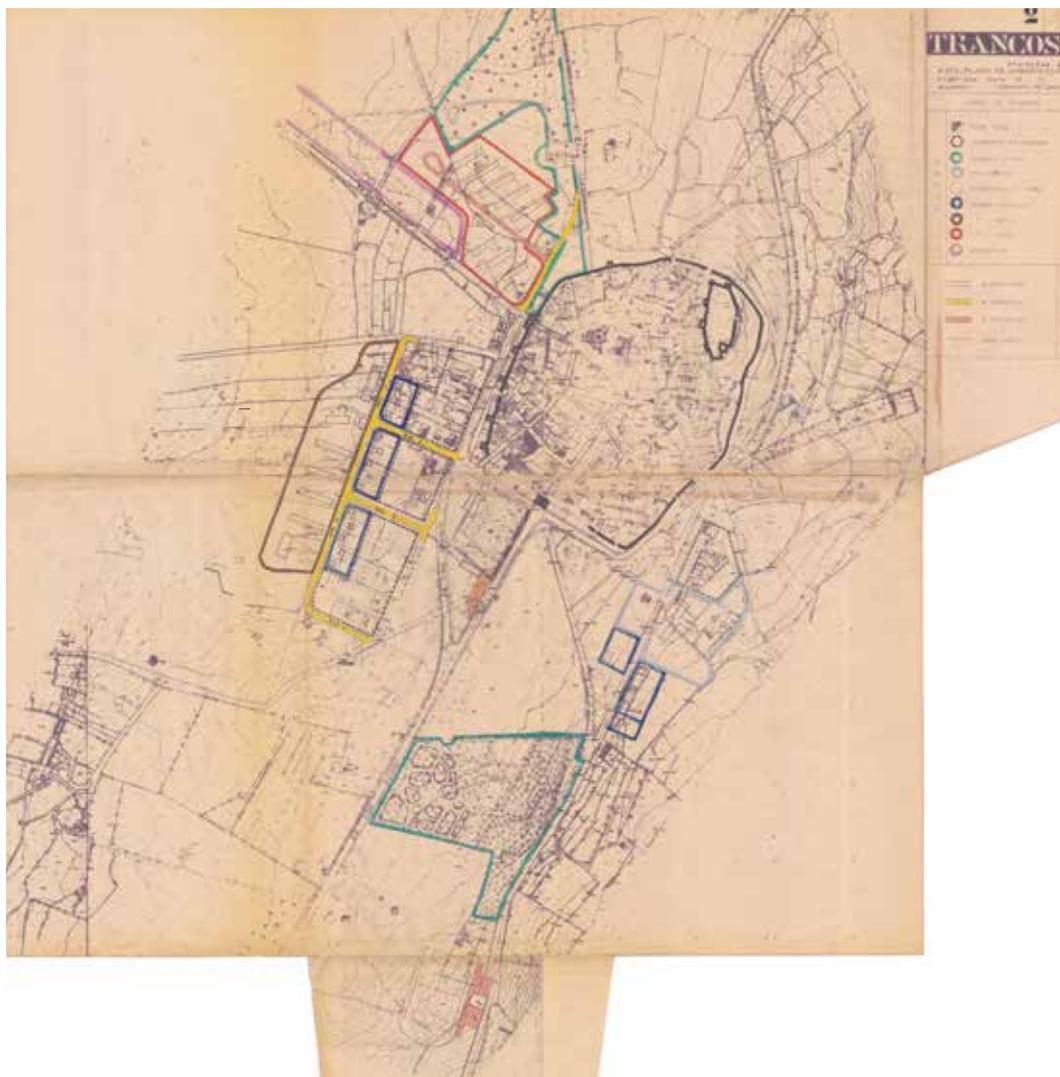
vila. Em concordância com a DGEMN e com a Câmara de Trancoso, eram propostas extensivas demolições sobretudo dos edifícios adossados à cerca que, além do problema estético que se considerava que criavam, não possuíam condições de habitabilidade.

Além das demolições e da requalificação de uma praça onde tinha lugar diariamente o mercado, a proposta não contemplava outras intervenções no aglomerado primitivo. Numa visão ainda muito restritiva acerca das zonas históricas, o autor considerava que “...todo o interesse propriamente estético e arquitetónico de Trancoso reside nos seus monumentos históricos” (Castro, 1951a:20), permitindo quaisquer intervenções nas edificações do burgo que ambicionassem melhorias nas condições de salubridade. Ademais, menciona a intenção de elaborar um regulamento cujo objetivo principal seria “...destruir lentamente e sem violência certos hábitos e costumes que já não se admitem hoje” (*idem*).

Também pouco considerado nesta proposta era o potencial turístico de Trancoso. Apesar de considerar que a vila não tinha “...as suas condições turísticas desenvolvidas”, o autor julgava que “...a construção de uma pousada turística resolveria já, satisfatoriamente, o problema” (Castro, 1951a:21). Contudo, na proposta inicial (Fig. 21), a pousada localizava-se num terreno muito afastado de qualquer zona urbana, junto à EN a sul. Na revisão do antepiano foi proposta uma nova localização, mas a pousada mantinha-se extramuros e numa condição de isolamento, separada do núcleo primitivo por aquela estrada, uma via de fluxo intenso. Fica aqui evidente uma contradição nas convicções de Celestino Castro que, por um lado, considerava os monumentos intramuros os elementos atrativos da vila, mas por outro definia uma localização para a pousada que em nada contribuía para a exploração da sua maior potencialidade.

Apesar do parecer favorável inicial, a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU) recomendou que fossem estudadas soluções para o melhoramento do núcleo antigo, solicitação que o autor julgou ser referente ao plano definitivo, dada a incoerência entre a escala de trabalho dos antepianos (1:2000) e as necessidades de pormenor que tais respostas exigiriam. Tal como mencionado no capítulo I desta dissertação, neste e noutros núcleos urbanos os planos definitivos nunca chegariam a ser elaborados, ou sequer categorizados como mais do que *antepianos revistos*.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



23. Antepiano de Urbanização de Trancoso - Alterações - Planta de Trabalho | Arq. Celestino Castro | 1951.

As propostas para a expansão de Trancoso não se restringiam a acolher os futuros habitantes da vila, mas também era vista como uma oportunidade para corrigir os problemas urbanísticos existentes. Assumiria, portanto, um papel de maior relevância nas dinâmicas urbanas, no que diz respeito à questão da habitação e relações sociais, ao abrigar a classe média e alta da população trancosense e alguns equipamentos de interesse comum, como o centro hospitalar, que tinha a sua localização pré-definida pela Comissão de Construção Hospitalares. Por sua vez, a maioria dos edifícios de uso público, como a Câmara Municipal, Tribunal, CTT e sede da GNR seriam mantidos no intramuros.

A escolha da localização da zona de expansão teve em conta o fácil acesso ao aglomerado primitivo, ao mesmo tempo em que se buscavam boas condições topográficas e climáticas. Por fim, optou-se pelo sentido de expansão naturalmente seguido pela população, a poente do burgo, onde era possível também atender aos interesses económicos do Município através do reaproveitamento das vias de circulação.

A proposta considerava as áreas habitacionais futuras predominantemente monofuncionais, restringindo as construções nas proximidades a escolas, creches ou jardins infantis, e contemplando apenas uma instalação comercial de pequenas dimensões. As habitações unifamiliares isoladas, destinadas à classe alta, eram previstas em pequena quantidade, o que constitui um aspeto coerente com a condição económica dos cidadãos trancosenses e com a preferência modernista de habitação coletiva em altura. A distinção de vias exclusivamente pedonais, entre os blocos de habitação, e a extensa vegetação são também indícios da influência do conceito *corbusiano* de cidade introduzido em Portugal apenas alguns anos antes, durante o I Congresso Nacional de Arquitetura, em 1948.

A fração destinada ao cineteatro e mercado semanal ficaria completamente destacada dos núcleos habitacionais, cercada por vias de fluxo intenso e exigindo o acesso através de passagens subterrâneas ou elevadas. Ciente desta inconveniência, o autor aceitou, após observação da Junta Autónoma das Estradas (JAE), que se transferisse de local o mercado, embora não visse solução possível para o caso do cineteatro.

Por fim, a planta de urbanização do anteplano ilustra uma organização territorial

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

dispersa na área extramuros que desconsidera, aparentemente, os inconvenientes causados pela EN226. Esta efetivamente divide a zona de expansão em cinco polos – habitação social e zona industrial; habitação das classes média e abastada; antigo burgo (centro cívico e comercial); cineteatro e mercado semanal e, por fim, centro hospitalar, parque municipal e zona desportiva.

Num território urbano com esta configuração espacial, é possível deduzirmos que a circulação entre estas parcelas citadinas e, conseqüentemente, entre os diversos equipamentos de uso público dependeria, à maneira modernista, maioritariamente do automóvel. Desta forma, cabe aqui a consideração de que a concretização desta proposta possivelmente transformaria a vila de Trancoso, de um território funcional e fisicamente centralizado e efetivamente homogéneo, numa área urbana dispersa e (des)estruturada em múltiplas unidades operacionais.

Também significativa é a ausência de propostas para o recinto primitivo de Trancoso. Embora a importância funcional e cívica da zona antiga fosse parcialmente mantida devido aos equipamentos, o antepiano pouco contribuiria para o seu gradual melhoramento ou requalificação. Como hoje sabemos, a falta de coesão dos aglomerados consiste numa das causas para a crescente degradação e marginalização das áreas urbanas antigas até os nossos dias.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

TRANCOSO, Guarda

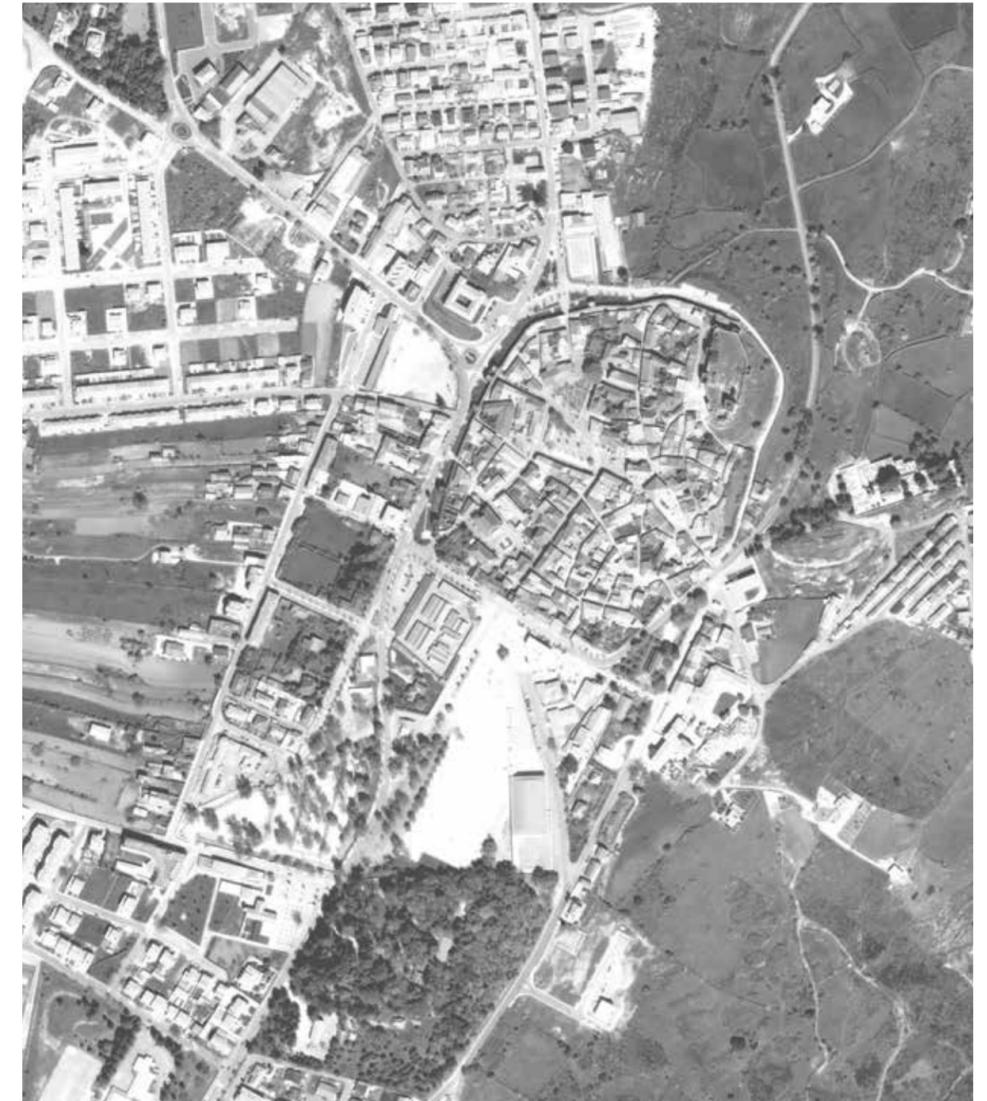
O QUE FOI FEITO DOS PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO?



24. Antepiano de Urbanização de Trancoso - Planta do Estado Atual | Arq. Celestino de Castro | 1951.



25. Antepiano de Urbanização de Trancoso (Alterações) - Planta de Urbanização | Arq. Celestino de Castro | 1951.



26. Fotografia aérea | Vila de Trancoso | 2016.

Existente
Equipamentos públicos

Proposta
Demolições

Proposta
Equipamentos públicos

Circulação viária intra/extramuros

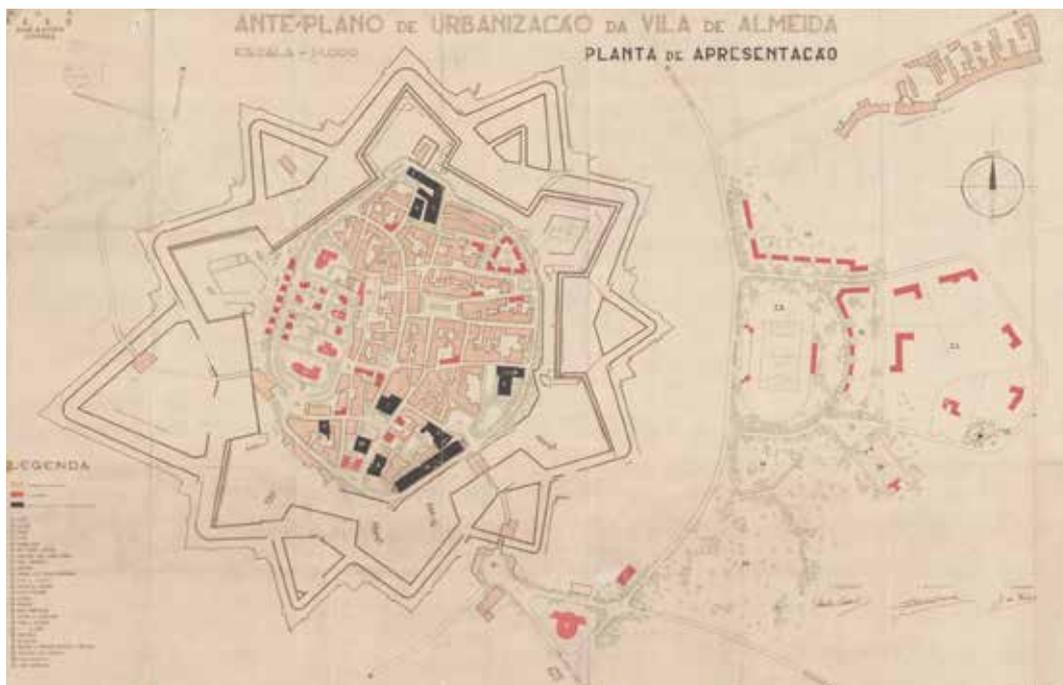
Áreas de habitação





ALMEIDA

Guarda



27. Anteplano de Urbanização da Vila de Almeida - Remodelação - Planta de Apresentação | Arq. Travassos Valdez & Eng. José Cardoso | 1952.

Anteplano de Urbanização da Vila de Almeida Remodelação

1952

MOP | DGSU | Serviços de Urbanização de Coimbra | Arq. Travassos
Valdez & Eng. José M. Cardoso

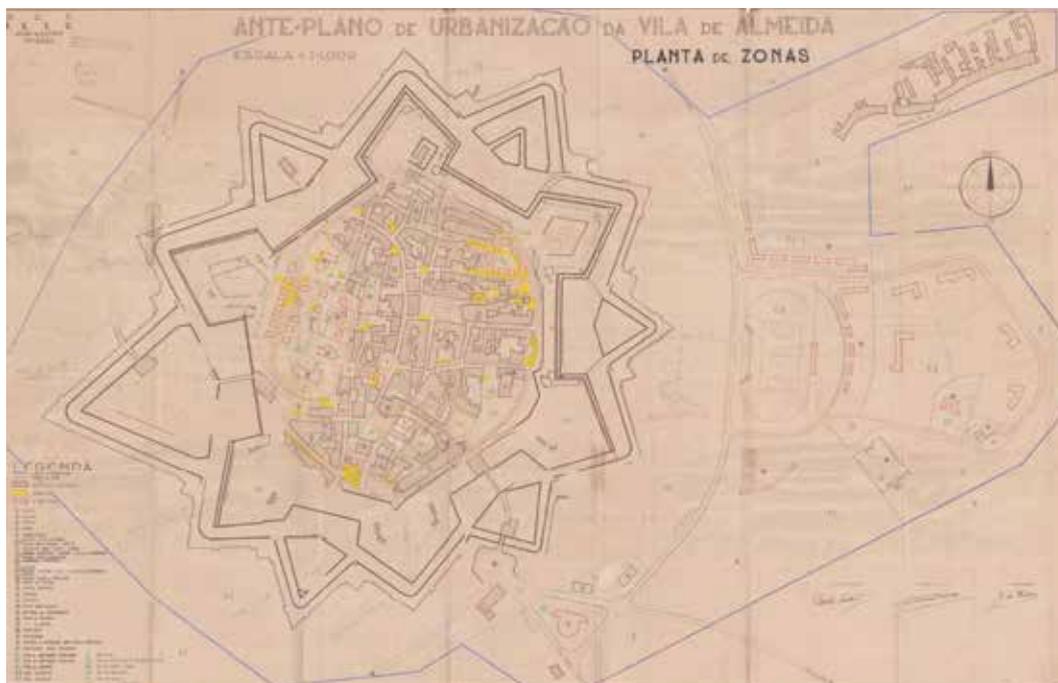
Segundo consta no arquivo histórico da DGT, até 1970 foram elaborados mais de duas dezenas de planos com autoria atribuída ao MOP, dos quais três^[11] serão analisados nesta dissertação. Tais propostas seguiriam o procedimento usual até a aprovação por despacho ministerial, sendo previamente encaminhadas para apreciação da DGSU e, posteriormente, para o CSOP para o parecer final.

Embora este anteplano seja intitulado como uma remodelação, a publicação original de 1950 aparenta ser mais um esboço de estudo do que uma proposta, uma vez que os desenhos das únicas duas peças desenhadas disponíveis foram reproduzidos sem alterações na proposta de 1952.

Nesta altura, a vila de Almeida mantinha-se no território delimitado pelas fortificações, e uma vez que o aumento populacional previsto para os trinta anos seguintes seria modesto, a maior parte das intervenções propostas concentravam-

11. Veja-se também os Anteplanos de Almeida (1964) pp.101-109, e Óbidos (1959) pp.123-131 do presente trabalho.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



28. Anteplano de Urbanização da Vila de Almeida - Remodelação - Planta de Zonas. Demolições propostas a amarelo | Arq. Travassos Valdez & Eng. José Cardoso | 1952.

se no intramuros. Desta forma, atendia-se a uma das frequentes recomendações da DGSU – o aproveitamento máximo dos imóveis e estruturas existentes, uma determinação que certamente tem relação com a autoria institucional deste antepiano.

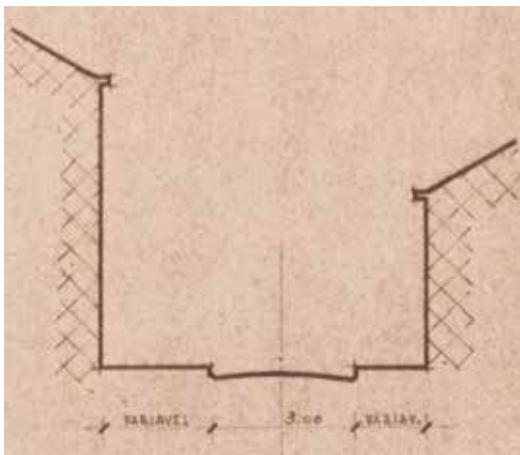
O local escolhido para a expansão extramuros situar-se-ia nas proximidades de um pequeno aglomerado rural (Arrabalde do Poço), marcando-se este local como uma tendência de expansão futura. Acolheria equipamentos mais exigentes em termos de área ocupada, como o campo de feira, o cemitério e o campo de jogos. Este último, uma “...necessidade imperiosa num organizado aglomerado urbano” (MOP, 1952:55) segundo os autores, ocuparia uma posição estratégica como *cortina de separação* entre a vila e a zona industrial. Nesta zona, importa mencionar a marginalização imposta ao conjunto habitacional destinado à população operária, uma vez que não eram previstos quaisquer equipamentos básicos que o servissem, como escolas ou estabelecimentos comerciais, especialmente se considerarmos as grandes distâncias até o núcleo antigo devido à zona *non aedificandi* à volta das fortificações.

A explicação para as dimensões comedidas da área de expansão consiste na determinação de que o acréscimo populacional antevisto seria inteiramente alojado no intramuros. Para tal, as edificações existentes em estado avançado de degradação seriam demolidas e substituídas por habitações modernas, que seriam construídas na forma de moradias unifamiliares isoladas e agrupadas. É nesta determinação que consiste a relevância e singularidade deste antepiano, em relação aos demais analisados nesta dissertação.

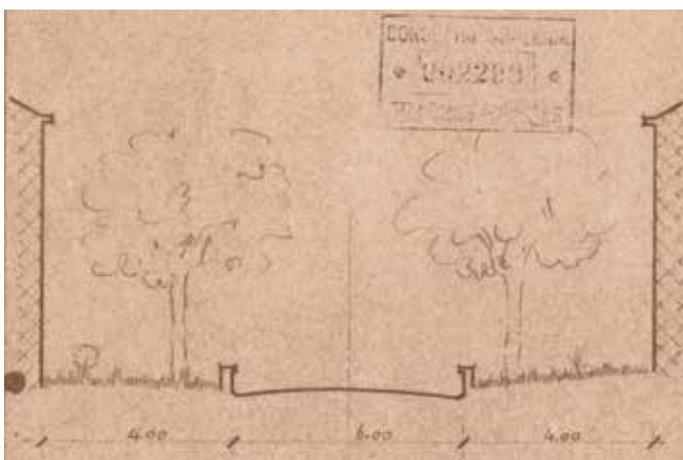
Naquela altura, havia uma porção considerável do território intramuros almeidense ainda não urbanizada, a poente, nas proximidades de onde também existia um cemitério, cuja transferência para o exterior era uma das propostas deste antepiano. Esta parcela citadina, considerada *terreno livre* pelos autores era, na verdade, o local do antigo castelo da vila, destruído numa explosão em 1810. Era pouco provável que os autores desconhecêssem a relevância histórica daquele sítio, já que na década de 1940 haviam sido realizadas sondagens e escavações arqueológicas no local (IHRU/SIPA, 2012), o que parece indicar a opção consciente de ocupar aquele espaço com novas construções.

Propunham que esta área fosse ocupada com habitações unifamiliares isoladas,

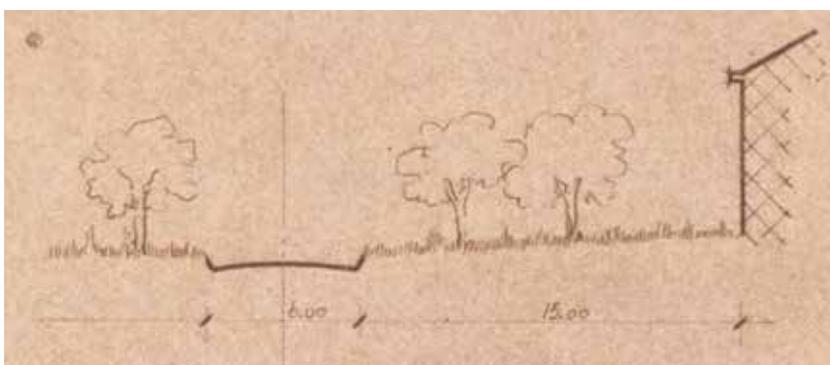
NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



29. Antepiano de Urbanização da Vila de Almeida - Remodelação - Perfil de duas ruas na Z1 (zona existente intramuros) | Arq. Travassos Valdez & Eng. José Cardoso | 1952.



30. Antepiano de Urbanização da Vila de Almeida - Remodelação - Perfil tipo da Z2 (habitações individuais) | Arq. Travassos Valdez & Eng. José Cardoso | 1952.



31. Antepiano de Urbanização da Vila de Almeida - Remodelação - Perfil tipo da Z4 e Zona Industrial | Arq. Travassos Valdez & Eng. José Cardoso | 1952.

com o fim de "...descongestionar um pouco a grande densidade de construção que se verifica na vila" (MOP, 1952:52). Nesta zona seriam também instalados um posto hospitalar, uma escola, uma capela e uma pousada. De forma intencional, toda essa fração desfrutaria de vegetação abundante, amenizando a carência de elementos vegetais no restante aglomerado.

Estas moradias destinar-se-iam à população de classe alta, enquanto a classe média ocuparia os edifícios habitacionais agrupados, construídos também no intramuros num conjunto de forma triangular. Contudo, aos cidadãos almeidenses com poucos recursos, que à altura representavam mais da metade da população, as perspectivas de melhorias nas condições habitacionais eram muito reduzidas. O antepiano previa apenas um conjunto habitacional coletivo destinado à classe pobre, junto à entrada principal da vila, e não contemplava beneficiações significativas na maioria das edificações existentes, além de desautorizar novas construções em toda a parte antiga.

Relativamente aos equipamentos de uso coletivo, em alguns casos foi prevista a transferência para outro local no recinto fortificado, por motivos como a inadequação do edificado ou pela localização inconveniente. O desenho desafogado do conjunto de habitações a poente favorecia a instalação dos equipamentos que beneficiariam da amplitude de espaço e do fácil acesso (viabilizado pelos novos arruamentos para serventia desta zona), como o hospital, a escola e o mercado diário. Embora os autores do plano não o refiram como uma intenção consciente, é notória a aproximação entre as moradias da classe alta e o único estabelecimento de ensino primário da vila, e conseqüentemente o afastamento entre este e as habitações da população operária, situadas fora do perímetro fortificado.

Ao considerar os objetivos e propostas do Antepiano de Almeida, parece-me possível supor que a manutenção da centralidade aparenta ser uma das ambições deste plano. Para além de favorecer a continuidade da função habitacional do núcleo fortificado, ao salvaguardar a totalidade dos equipamentos comerciais e de uso público no intramuros, o plano assegura a sua relevância nas dinâmicas sociais e económicas dos habitantes da vila.

Também a questão da centralidade tem neste caso de estudo uma tradução espacial. Ao prever a futura zona de expansão entre o núcleo fortificado e o aglomerado rural

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



32. Antepiano de Urbanização da Vila de Almeida - Arranjo de conjunto junto da entrada das muralhas | Arq. Travassos Valdez & Eng. José Cardoso | 1950.

existente, os autores restringem o crescimento urbano ao território que circunscribe a vila, expandindo a configuração circular, inicialmente imposta ao burgo pela cintura defensiva, a todo o complexo citadino. No entanto, o mesmo entendimento de centralidade não se aplica ao centro geométrico do território urbano, visto que os equipamentos situam-se junto às entradas da vila, onde podem ser mais facilmente acedidos a partir da via periférica que a envolve.

Por sua vez, a existência de terreno inocupado num espaço urbano fortificado é uma situação incomum, que neste caso se traduziu numa abordagem urbanística original e sem paralelo com os demais planos para núcleos muralhados elaborados na mesma altura. Não está aqui em causa a apologia a algum modelo ou conceito urbano, mas sim a conceção do que o MOP, de forma representativa, acreditava ser a melhor solução para um vazio urbano num tecido histórico.

A opção proposta para este espaço é carregada de contrastes. Entre as vulnerabilidades, podemos destacar o óbvio confronto formal entre os edifícios novos e os existentes, a concentração dos residentes mais abastados num setor da vila enquanto os demais dispersam-se pelo território, e também a utilização de um espaço 'vago' em benefício de uma parcela reduzida da população almeidense.

Ao mesmo tempo, considerando-se as limitações habitacionais na generalidade das zonas históricas e o desejo natural das famílias de disporem de residências maiores, unifamiliares e com jardim, o entendimento de que estas carências poderiam ser corrigidas sem recurso a zonas de expansão é de extrema relevância. O reforço do potencial urbanístico dos territórios antigos não é apenas economicamente racional, mas também se afasta das consequências, naquela altura pouco conhecidas entre nós, da dispersão e fragmentação urbanas, temas abstratos mas frequentemente associados com o abandono de muitas zonas históricas portuguesas.

Neste sentido, resisto ao impulso de qualificar esta proposta de novas construções num terreiro no intramuros como um paradigma de desprezo pelos valores históricos e culturais coletivos, como tantos outros planos de urbanização de facto o são. O que esta proposta destaca é, na realidade, a natureza experimental do planeamento urbano português naquela altura, uma vez que as discordâncias entre

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

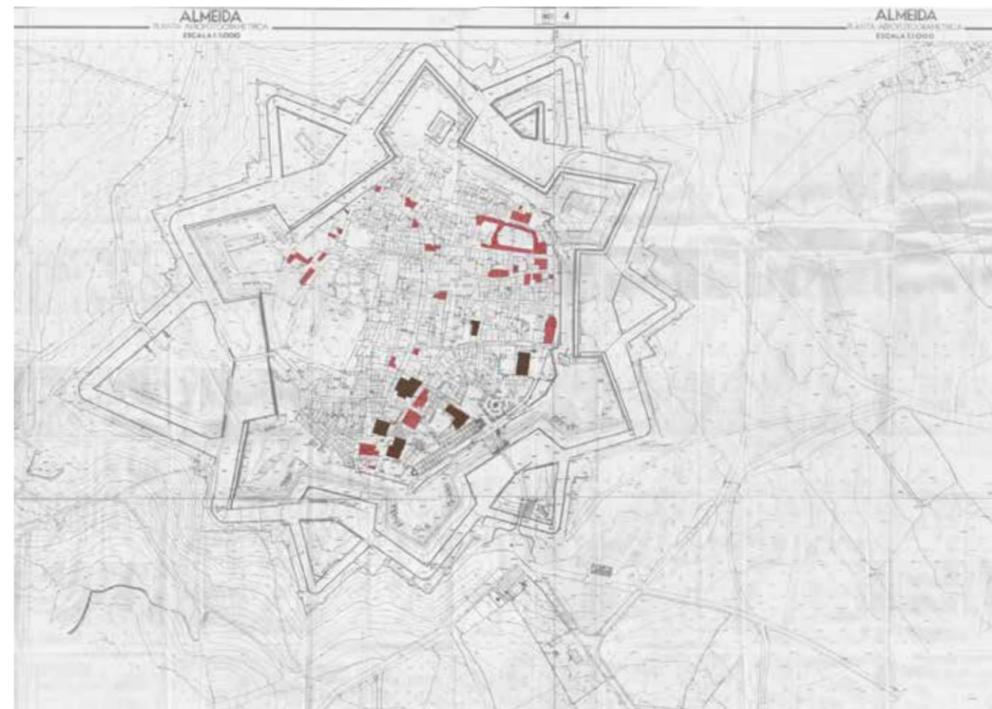
as intenções dos urbanistas e da administração pública eram frequentes^[12]. Desta forma, dada a autoria institucional deste antepiano, o que sobressai é uma grande racionalidade nas decisões de planeamento sendo, para tal, o aproveitamento máximo do existente uma condição básica.

12. De acordo com Lôbo, nos planos elaborados até 1954 “...detecta-se uma clivagem marcada entre os autores do plano, para quem o objeto do urbanismo é o embelezamento da cidade, e os técnicos administrativos, que insistem na racionalidade do processo de ordenamento urbano” (1995:221).

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

ALMEIDA, Guarda

O QUE FOI FEITO DOS PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO?



33. Antepiano de Urbanização da Vila de Almeida - Planta do Estado Atual | Arq. Travassos Valdez & Eng. José M. Cardoso | 1952.

Existente
Equipamentos públicos

Proposta
Demolições



34. Antepiano de Urbanização da Vila de Almeida - Planta de Apresentação | Arq. Travassos Valdez & Eng. José M. Cardoso | 1952.

Proposta
Equipamentos públicos

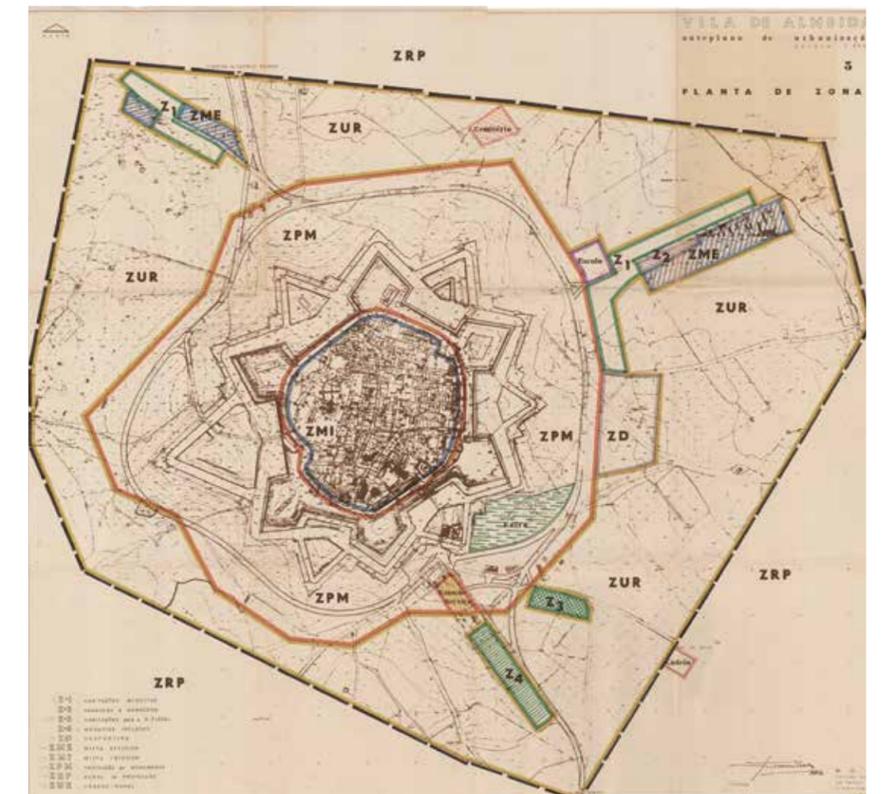
Circulação viária intra/extramuros

Áreas de habitação



35. Fotografia aérea | Vila de Almeida | 2016.





36. Vila de Almeida - Anteplano de Urbanização - Planta de Zonas | Arq. Travassos Valdez | 1964.

Vila de Almeida - Anteplano de Urbanização

1964

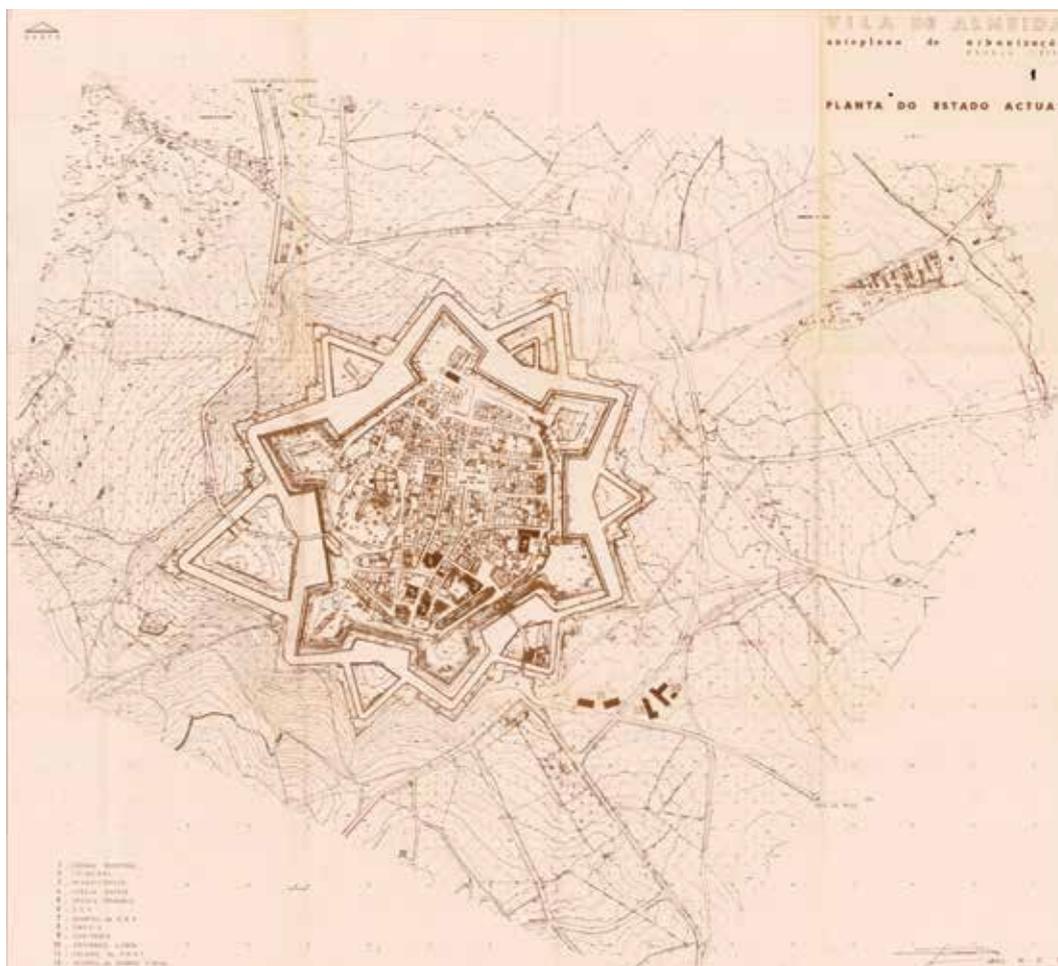
MOP | DGSU | Serviços de Urbanização de Coimbra | Arq. Travassos Valdez

As duas propostas para Almeida estão separadas por mais de uma década. Nesse período, Travassos Valdez menciona que o crescimento da vila teve pouca expressão, devido aos limitados recursos financeiros e do pouco interesse da iniciativa privada. Por outro lado, a área histórica almeidense tinha sido alvo de um estudo de restauro e valorização desenvolvido por uma Comissão criada para o efeito pelo então Ministro das Obras Públicas, Eng.º Eduardo Arantes de Oliveira. A Comissão concluiu em 1963 um relatório com sugestões para a valorização e aproveitamento turístico da antiga praça militar, nas quais Valdez fundamentou-se para rever o anteplano que havia elaborado anteriormente^[13].

Dessa forma, o objetivo principal deste anteplano era propor "...as realizações necessárias para o completo apetrechamento urbano e as que vão sanear e embelezar o núcleo habitacional, e de ordenamento urbanístico e paisagístico dum largo

13. As informações referentes à Comissão e ao estudo que desenvolveu para Almeida foram mencionadas por Travassos Valdez na memória descritiva deste anteplano. Não foi possível obter mais informações sobre os membros da Comissão ou encontrar o referido relatório.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



37. Vila de Almeida - Antepiano de Urbanização - Planta do Estado Atual | Arq. Travassos Valdez | 1964.

espaço em redor das muralhas desta fortificação” (MOP, 1964:24). Das recomendações do referido relatório, o autor menciona as três seguintes que merecem ser relevadas: a definição de uma zona de expansão extramuros; a criação de uma via que circundasse as muralhas, pelo exterior, para permitir “...uma mais completa visita aos vários aspetos do monumento” (MOP, 1964:25); e o apetrechamento da vila sem que isso implicasse novas construções no intramuros.

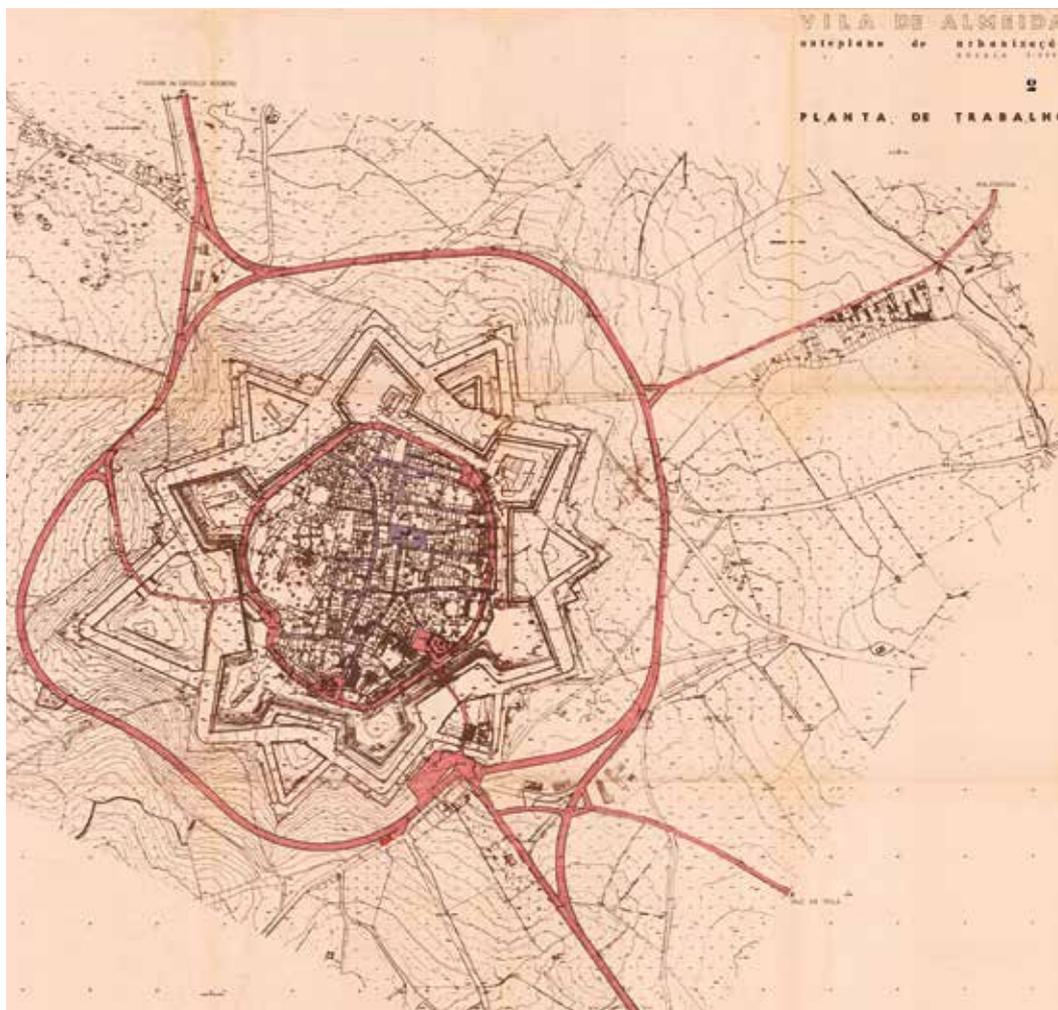
Embora Travassos Valdez refira que o interesse turístico na vila de Almeida traduzir-se-ia na melhoria da situação económica da população, o autor posteriormente menciona que “...as condições de nível de vida das famílias e a importância do comércio e indústria local não serão grandemente aumentados no espaço de tempo considerado para este antepiano” (MOP, 1964:27). Esta contradição sugere que Valdez não acreditava que apenas o desenvolvimento do setor turístico seria capaz de melhorar a condição económica da vila de forma significativa e duradoura, nem seria capaz de reverter o decréscimo populacional verificado nos últimos anos.

De qualquer forma, eram propostos novos núcleos habitacionais no extramuros, porém, a razão não se devia a uma perspectiva de desenvolvimento, mas tão só às demolições previstas no recinto fortificado – em sua maior parte, construções habitadas próximas às muralhas – e à impossibilidade de novas construções na zona antiga. Dos quatro agrupamentos habitacionais previstos, dois seriam de habitações modestas, situados mais a Norte e com fácil acesso ao núcleo primitivo através de caminhos pedonais, outro seria para residência dos elementos da Guarda-Fiscal e, por último, um destinado à classe mais alta, este o mais próximo da entrada principal da vila, a Sudeste.

Entre os equipamentos previstos extramuros destacam-se o campo de jogos, na mesma localização do antepiano anterior (a poente do núcleo primitivo); o cemitério, transferido do intramuros e efetivamente construído, e pequenas instalações comerciais e de serviço (inclusive a única escola exterior) junto do aglomerado Nordeste, o ponto intermédio entre os agrupamentos habitacionais propostos. Por se considerar desnecessário, não era proposta qualquer zona dedicada à atividade industrial futura.

Os núcleos residenciais e os equipamentos que os serviam integravam-se numa zona de carácter urbano-rural que teria “...a função de transição e moldura envolvente,

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



38. Vila de Almeida - Anteplano de Urbanização - Planta de Trabalho | Arq. Travassos Valdez | 1964.

misto de pequenos núcleos urbanos dispersos, e duma singela agricultura e densa arborização, o que virá a contribuir para a valorização do aspeto paisagístico dos arredores da muralha” (MOP, 1964:43). A construção de habitações não era permitida além dos locais predefinidos, assim como aquelas ligadas à agricultura, em toda essa zona.

Já para o núcleo muralhado, além das demolições para abertura de uma via periférica, uma intenção que já estava presente no plano de 1952, não são propostas alterações significativas a não ser nos equipamentos de interesse público, tal como pequenas melhorias no edifício que ocupavam ou a transferência para outro sítio no intramuros. São exceções a cadeia e o cemitério, cuja transferência para o extramuros era considerada mais adequada. Para o apetrechamento da vila pedido pela Comissão, é proposto um edifício para o mercado diário, num terreiro existente no centro da vila, e também um centro recreativo num edifício desocupado, que abrigaria ainda uma biblioteca, o posto de turismo e um museu.

Um aspeto que merece relevo neste antepiano é a circulação viária. A criação de duas vias de circunvalação – uma externa, de acordo com a proposta pela Comissão, e outra interna – que se articulam através das duas portas de entrada da vila, servem não só à facilidade de tráfego mas também como recurso de monumentalização da muralha, ao permitir a visibilidade dos elementos da fortaleza tanto por dentro, quanto por fora. Se no período medieval e moderno o casario adossado à cerca prejudicava a eficácia defensiva e sua destruição era, por isso, justificada (Trindade, 2009), no caso de Almeida as demolições relacionavam-se com a desobstrução do monumento, ecoando as mesmas práticas adotadas pela DGEMN e relatadas em seus Boletins. A imagem aérea atual da vila de Almeida (Fig.41) permite confirmar que estas vias foram, de facto, concretizadas.

Se no plano urbanístico de 1952 para a vila de Almeida destacamos como uma das questões principais a manutenção da centralidade no núcleo primitivo, o invulgar desenho desta nova proposta deixa claro o amadurecimento desta ideia. A composição espacial concêntrica não só favorece a compacidade do território urbano que, como já foi dito, era uma recomendação frequente da DGSU, mas também reforça a caracterização da área histórica como polo funcional, sede das atividades sociais, económicas e culturais, e como ponto focal da memória e identidade coletivas.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

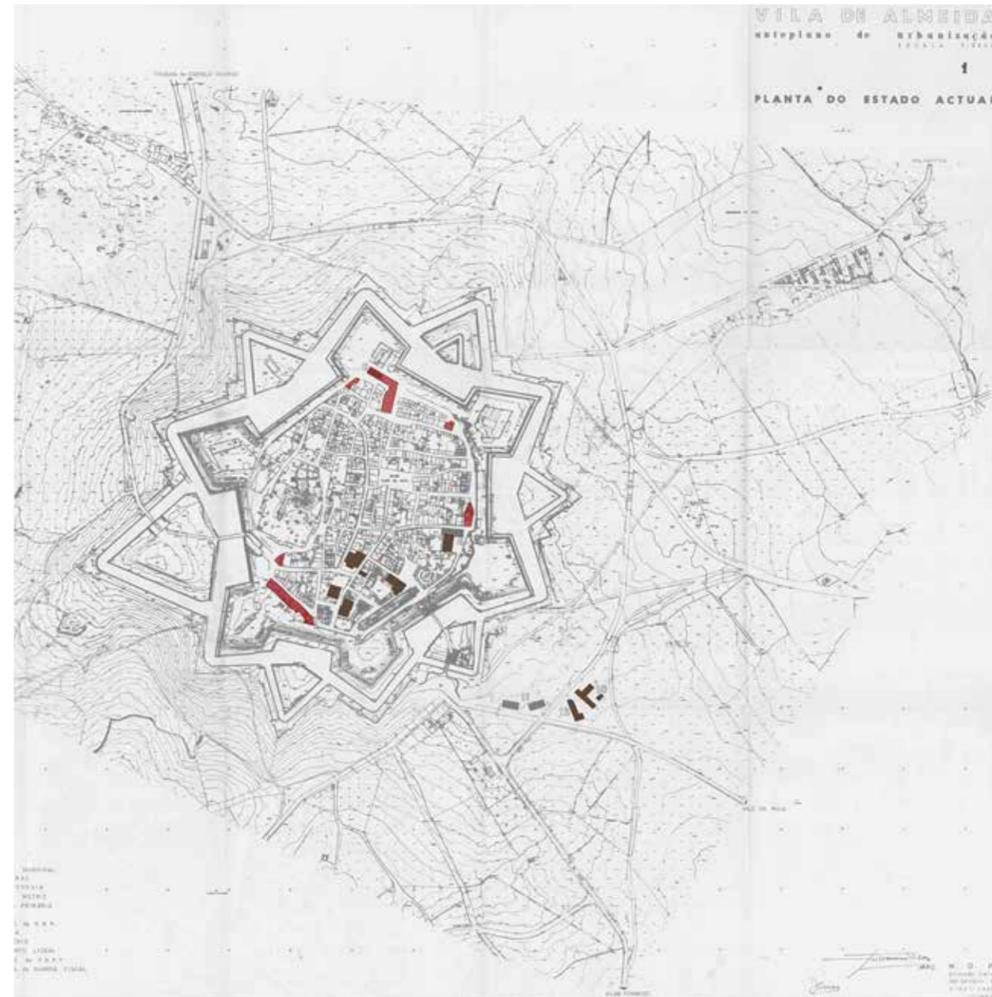
Contribuem também para a polarização urbana as vastas áreas livres de construção no exterior, que simultaneamente servem o propósito de destacar a fortaleza, e a manutenção dos equipamentos de interesse público no intramuros, mantendo este território como o cerne funcional da vila. Por sua vez, a previsão de algumas instalações essenciais de serviço e comércio no extramuros, destinadas a atender as zonas habitacionais exteriores, diminuem o isolamento criado pelas grandes distâncias que as separam e tornam clara uma intenção de complementaridade entre elas.

Por último, é pertinente mencionar que as diretrizes deste antepiano parecem considerar que as áreas de expansão exteriores, apesar de necessárias, teriam um papel secundário nas dinâmicas urbanas da vila. Isto porque a convicção de que a vila não se desenvolveria de forma significativa nas décadas seguintes, tanto na esfera demográfica quanto económica e industrial, associada ao afastamento entre as áreas de expansão, poderia indicar a intenção de que nenhuma delas sobressaísse particularmente, mas sim que fossem sempre complementares entre si e que uma certa dependência em relação ao núcleo primitivo estivesse sempre patente.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

ALMEIDA, Guarda

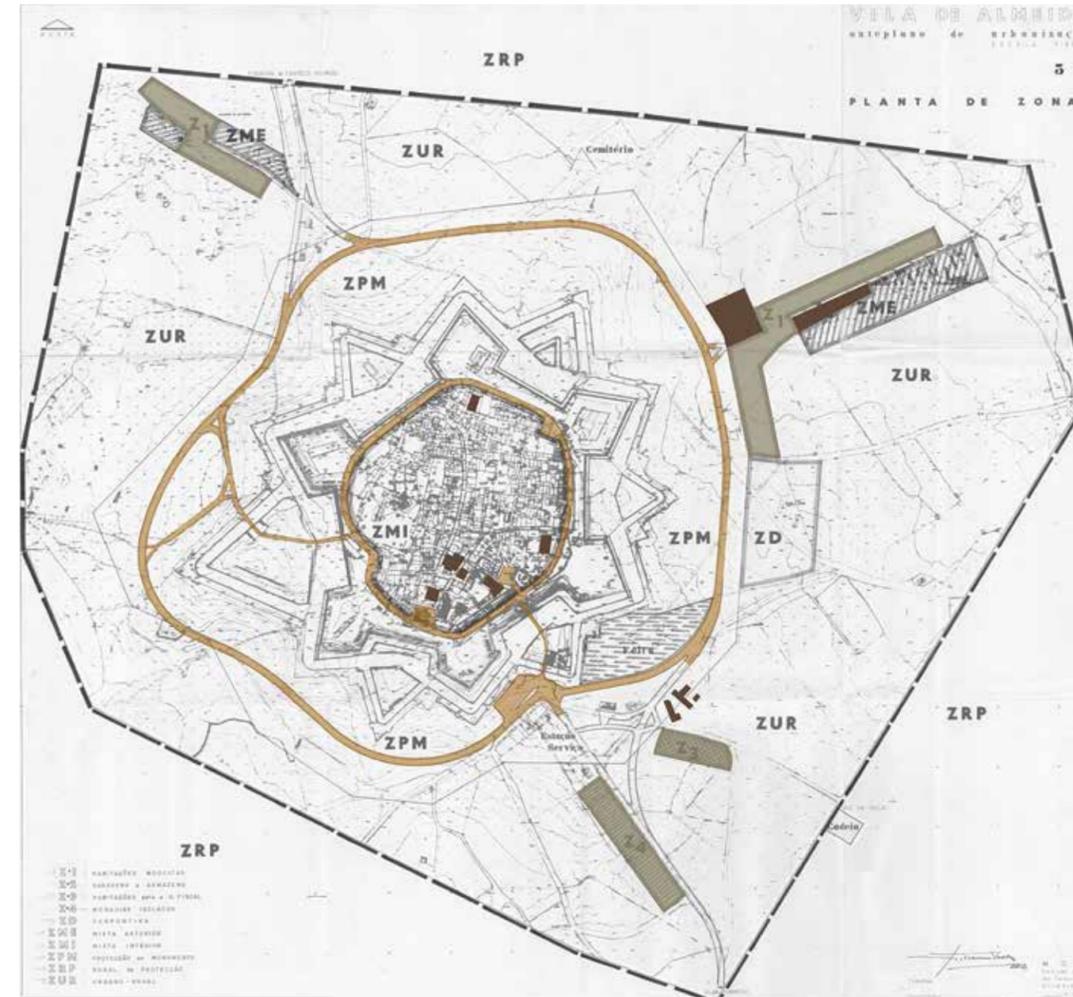
O QUE FOI FEITO DOS PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO?



39. Vila de Almeida - Antepiano de Urbanização - Planta do Estado Actual | Arq. Travassos Valdez | 1964.

Existente
 Equipamentos públicos

Proposta
 Demolições

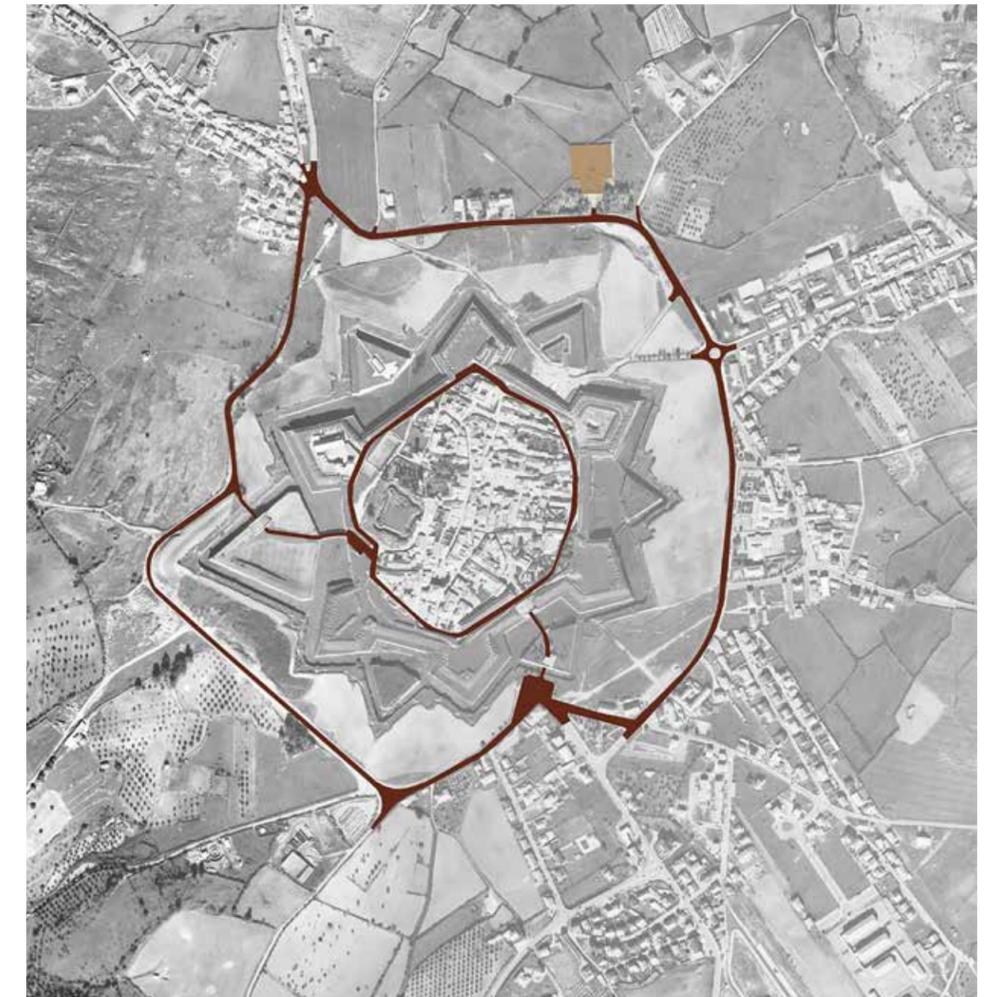


40. Vila de Almeida - Antepiano de Urbanização - Planta de Zonas | Arq. Travassos Valdez | 1964.

Proposta
 Equipamentos públicos

Circulação viária intra/extramuros

Áreas de habitação

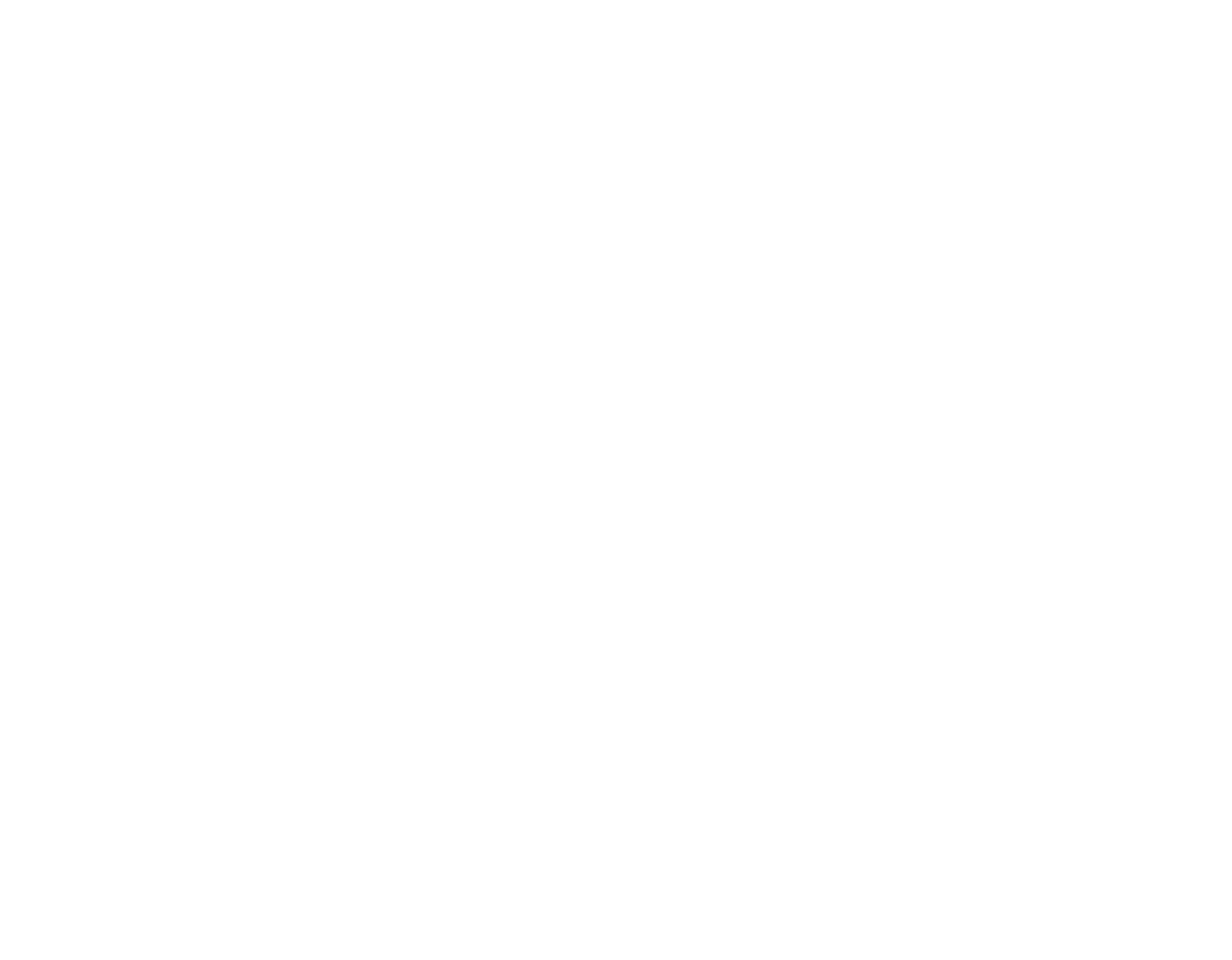


41. Fotografia aérea | Vila de Almeida | 2016.

Atual: semelhanças com a proposta
 Equipamentos

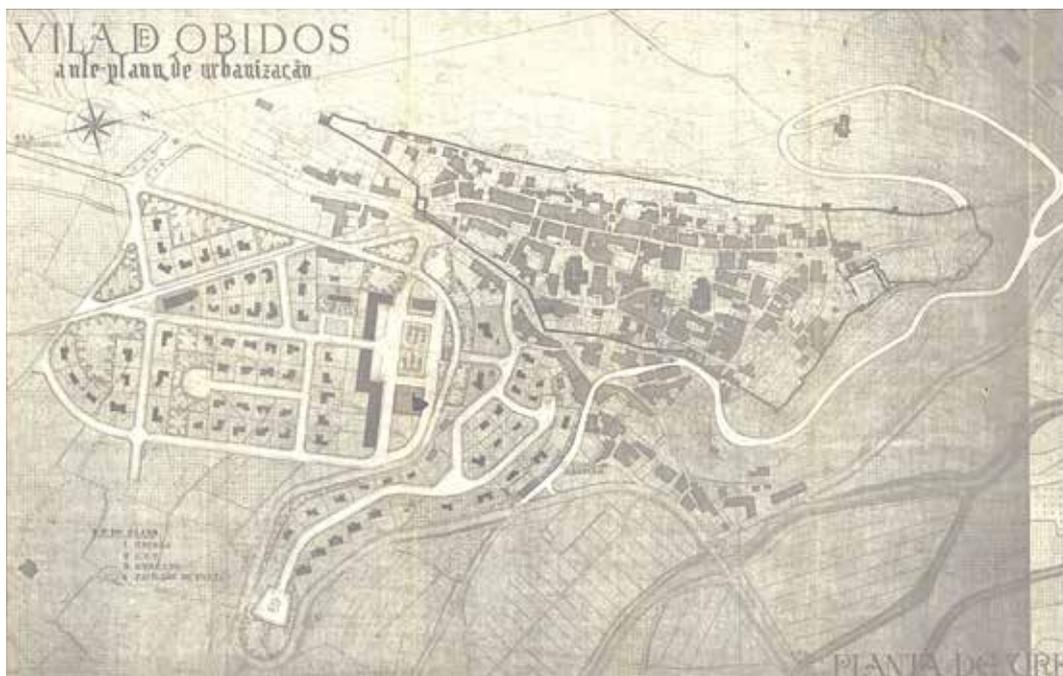
Vias de circulação





ÓBIDOS

Leiria



42. Anteplano de Urbanização da Vila de Óbidos - Planta de Urbanização | Arq. António Varela | 1953.

Anteplano de Urbanização da Vila de Óbidos 1953

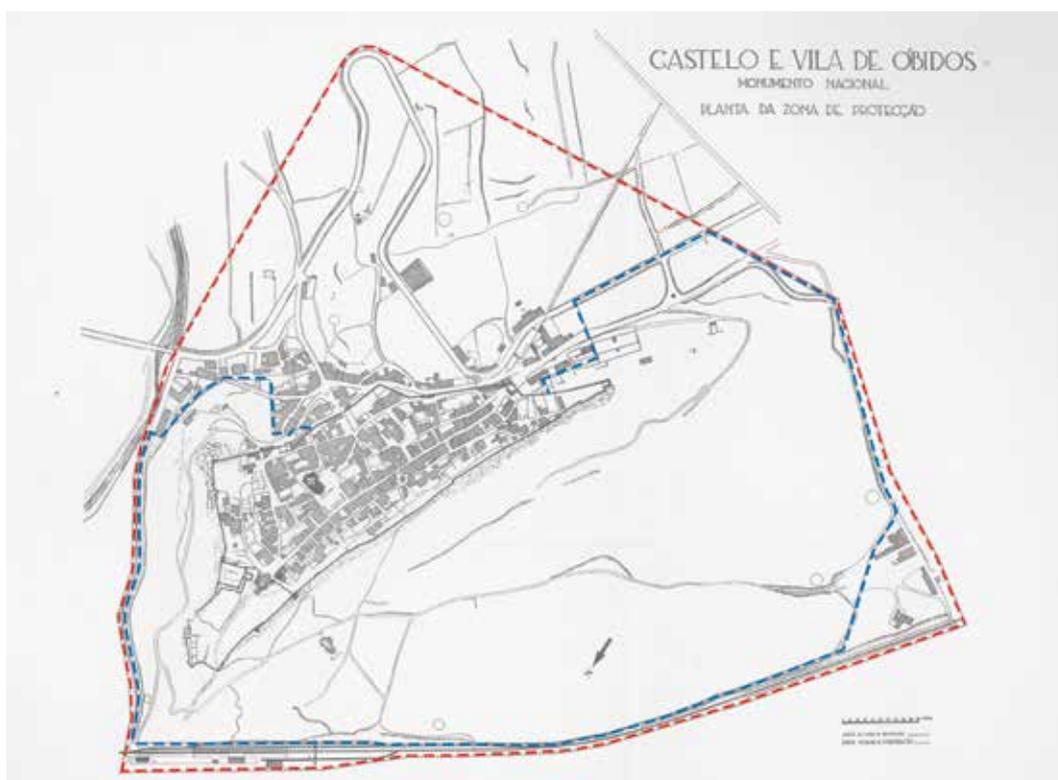
Federação dos Municípios da Estremadura | Serviços Técnicos | Arq.
António Varela

Entre os casos de estudo, a vila de Óbidos tem a particularidade de ter o Castelo e o território intramuros inseridos numa Zona Especial de Proteção (ZEP), estabelecida e aprovada em 1948 e que inclui uma zona *non ædificandi* (Fig.43). A DGEMN ocupou-se do restauro do Castelo, das muralhas e de alguns edifícios importantes, e em 1951 o núcleo muralhado foi classificado, incluindo o Castelo, como Monumento Nacional.

Como resultado, em todo o intramuros estavam vedadas novas construções e intervenções no edificado existente, ao mesmo tempo em que as campanhas conduzidas pela DGEMN e pela autarquia local privilegiavam a “...construção de uma paisagem rural pitoresca e folclórica” (Prista, 2013:372), com o objetivo de desenvolver e explorar o potencial turístico daquela zona. Por esta razão, este anteplano ocupou-se apenas do planeamento do setor extramuros da vila.

Com uma memória descritiva de apenas cinco páginas, este plano consiste num caso de estudo sucinto no qual não ficam claras as intenções e propostas do autor. Ao contrário dos demais planos analisados nesta dissertação, não consta qualquer

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



43. Vila de Óbidos: Limite da ZEP (a vermelho) e da ZNA (a azul) | 1948.

comentário sobre a vila, suas fragilidades e potencialidades, nem um suporte analítico que justifique a opção tomada para a área de expansão extramuros como, por exemplo, as variações populacionais previstas e/ou a situação das edificações existentes. O autor refere apenas que era esperado um crescimento futuro da vila “...até como satélite da Cidade das Caldas da Rainha” (FME, 1953:02) e que o antepiano possuía três ambições principais: criar novos acessos ao Castelo; prever uma área de expansão “...com características de vila-jardim” (*idem*); e localizar alguns novos equipamentos.

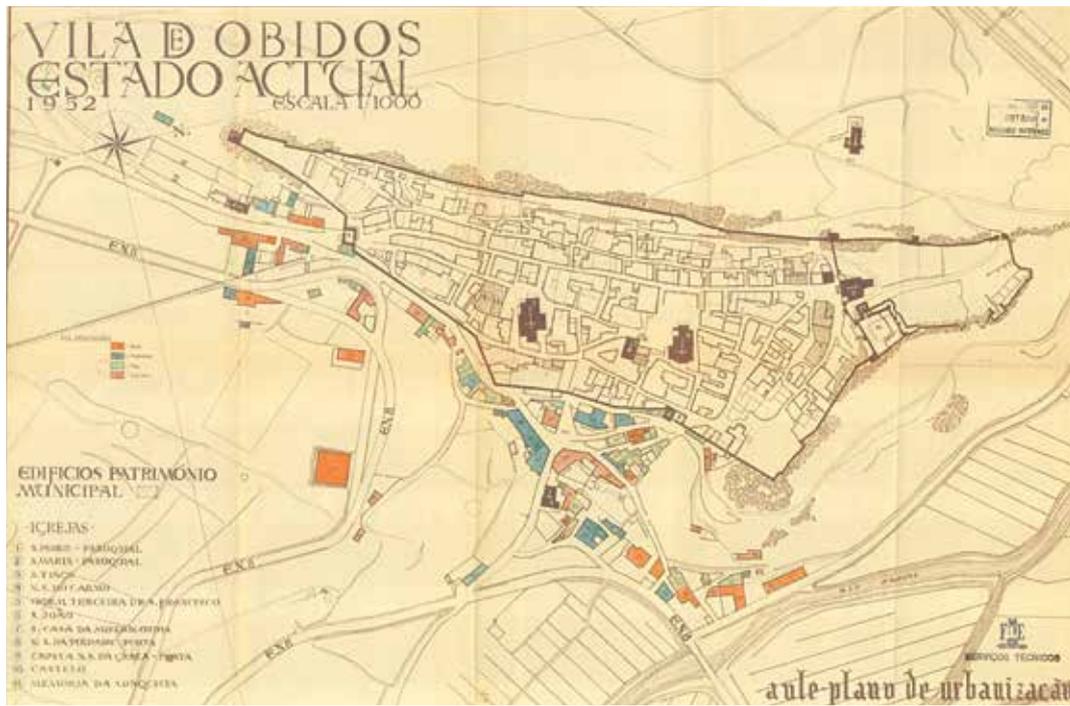
O primeiro objetivo refere-se aos acessos até a Pousada turística, operante desde 1950 após adaptação da antiga Alcáçova. Intencionava-se um novo acesso que não atravessasse o aglomerado, o que até então ocorria, de modo “...quase impraticável ou aborrecidamente incómodo, para os carros de que se servem os visitantes” (FME, 1953:03). Não passa aqui despercebida a aparente despreocupação com a relação, potencialmente conflituosa, entre os residentes da área histórica e o tráfego turístico. De qualquer forma, o novo acesso proposto seria exterior, com origem na EN8 e remate num pequeno estacionamento próximo do Castelo.

Nesta proposta, a área extramuros era designada pelo urbanista como *a nova vila*, o que reflete uma postura de afastamento concetual entre esta área urbana e o recinto muralhado. Os efeitos são facilmente visíveis na planta do antepiano, como o contraste formal entre estes dois territórios e o afastamento entre os novos equipamentos e a entrada principal do burgo. Também o traçado existente da EN8 agrava o distanciamento entre estas áreas urbanas, ao envolver o novo aglomerado e destacá-lo do antigo.

Relativamente ao conceito de vila-jardim, é incerto se o interesse por este modelo surgiu do urbanista ou do próprio Município. Nos anos cinquenta o autor, António Varela, teria uma reputação de “irredutível modernista” (Cerqueira, 2009:227), para a qual teria contribuído a sua proximidade com José Segurado e Carlos Ramos, embora a sua obra “...seja marcada por algumas encomendas onde a *cedência* ao ecletismo [...] também pontuou”^[14]. Também plausível seria que esta fosse uma

14. Cerqueira, 2009:227. De notar que esta afirmação se refere principalmente à produção arquitetónica de António Varela, e não urbanística. Autor de cerca de duas dezenas de obras construídas, Varela elaborou apenas três antepianos e foi colaborador de José Segurado em outros quatro.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



44. Ante-plano de Urbanização da Vila de Óbidos - Planta do Estado Atual | Arq. António Varela | 1952.

preferência da Câmara Municipal de Óbidos, considerando o potencial atrativo da baixa densidade e abundância de terreno preconizada pela cidade-jardim, face à estagnação do quadro físico do setor intramuros.

São poucos os equipamentos propostos para serviço na zona de expansão, o que poderia indicar que esta área teria uma forte dependência funcional em relação à cidade antiga. No entanto, o autor justifica esta opção sem qualquer menção à vila existente, mas sim à proximidade a Caldas da Rainha, o que corrobora a afirmação anterior de que o futuro de Óbidos seria tornar-se uma vila-satélite. De facto, esta estruturação urbana policêntrica, baseada em um conjunto de aglomerados dispersos pelo território, reflete um dos princípios originais do modelo de cidade-jardim, tal como proposto por Ebenezer Howard no final do século XX.

Assim, para esta expansão foram propostos apenas os equipamentos solicitados pela Câmara Municipal de Óbidos: uma escola e um edifício para os CTT, localizados a nascente da EN8 e próximos de algumas habitações existentes extramuros, e uma zona destinada a edifícios térreos para o comércio local, "...dado que toda a atividade comercial [era] absorvida e dependente das Caldas da Rainha" (FME, 1953:03), próxima das novas moradias propostas. Também o desenho destas habitações – unifamiliares e isoladas – e o recurso a impasses são indícios da influência do modelo de subúrbio-jardim, a variante francesa do modelo *howardiano*, tal como visto no plano de Elvas (1949).

Deste conjunto de propostas para o futuro de Óbidos podem extrair-se considerações importantes. Primeiramente, este antepiano constitui, entre os casos de estudo, o que melhor representa o binómio da preservação *vs* desenvolvimento. A paralisação das transformações na parte antiga e a previsão de uma área exterior efetivamente *nova* refletem a disparidade entre as propostas de planeamento urbano na altura e, principalmente, a insensibilidade dos profissionais acerca dos desequilíbrios urbanos e seus efeitos no desenvolvimento futuro dos aglomerados.

Em segundo lugar, a influência duradoura e quase canónica dos modelos urbanos internacionais, neste caso, a cidade-jardim, é também aqui evidente. Certamente significativa é a consideração de Óbidos como uma potencial aldeia satélite de Caldas da Rainha, o que, juntamente com os esforços de turistificação da vila e a reduzida oferta de equipamentos no extramuros, poderia indicar que a sua

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

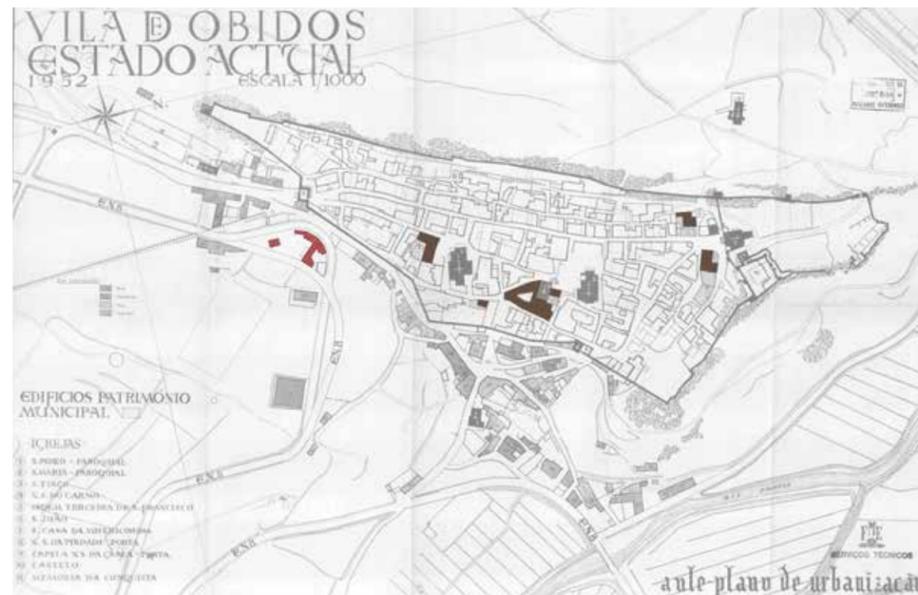
especialização funcional como um reduto turístico era uma das ambições do urbanista. Sob este ponto de vista, as outras atividades não relacionadas com o turismo, como as agrícolas e industriais, teriam lugar noutra núcleo urbano, o que teria forte impacto no quotidiano das populações rurais e daria origem a intensos movimentos pendulares ou, eventualmente, ao despovoamento generalizado da vila.

Por último, o *congelamento* da área muralhada em função das ideologias políticas e dos anseios turísticos constitui o ponto de origem de tensões urbanas cujos efeitos são ainda hoje visíveis. Hoje sabemos que a limitação das transformações nos tecidos herdados como postura de salvaguarda do património tem, no geral, o efeito inverso, ao criar condições desfavoráveis para o seu progressivo desenvolvimento, como referem Gonçalves (2012) e Bandarin & Oers (2012; 2015). No caso da vila intramuros de Óbidos, um estudo realizado por Prista (2013) revelou que, em 2007, quase não havia na vila comércio e serviços não voltados ao turismo^[15] e que a população havia reduzido cerca de 80% entre os anos de 1940 e 2001, provando que o empenho prolongado em transformá-la numa autêntica *Vila Museu* teve graves consequências funcionais e demográficas na cidade.

15. De acordo com Prista (2013), os equipamentos não-turísticos eram, em 2007, apenas uma caixa multibanco, uma agência de seguros e uma mercearia.

ÓBIDOS, Leiria

O QUE FOI FEITO DOS PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO?



45. Antepiano de Urbanização de Óbidos - Planta do Estado Atual | Arq. António Varela | 1952.



46. Antepiano de Urbanização de Óbidos - Planta de Urbanização | Arq. António Varela | 1953.



47. Fotografia aérea | Vila de Óbidos | 2016.

Existente
 Equipamentos públicos
 Demolições

Proposta
 Equipamentos públicos
 Circulação viária intra/extramuros
 Áreas de habitação





48. Antepiano de Urbanização da Vila de Óbidos - Planta de Urbanização | Arq. Travassos Valdez & Eng. José Cardoso | 1959.

Anteplano de Urbanização da Vila de Óbidos 1959

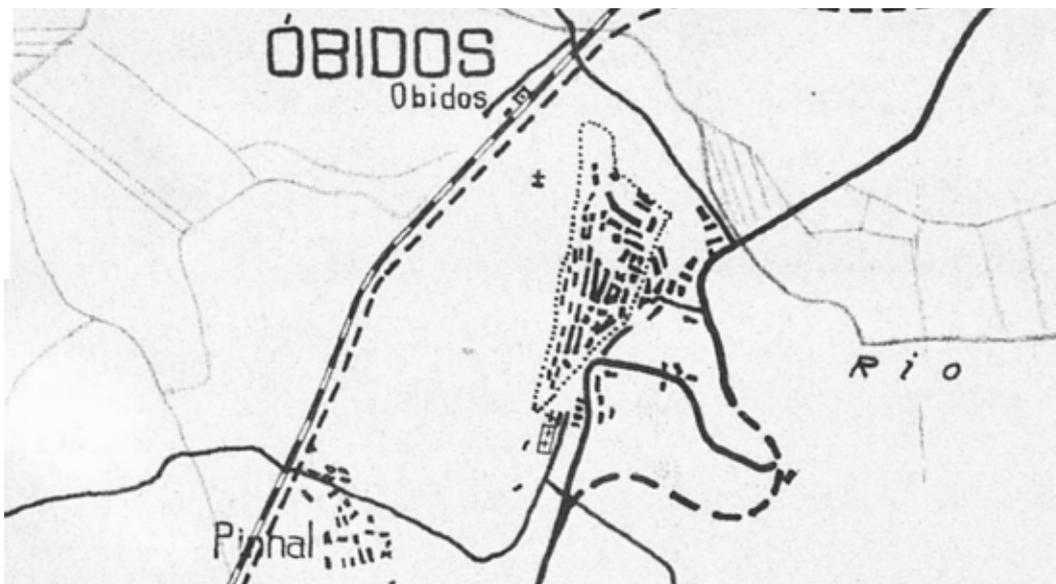
MOP | DGSU | Serviços de Urbanização de Coimbra | Arq. Travassos Valdez & Eng. José M. Cardoso

Em substituição ao Anteplano de 1953 para Óbidos, que não mereceu aprovação superior, é este mais um exemplo no qual o MOP, de forma indireta, se encarregou de planear o desenvolvimento de um território fortificado.

Tal como no anteplano anterior, a impossibilidade de alterações no quadro físico do núcleo muralhado, inserido numa ZEP que incluía uma ZNA e, posteriormente, classificado como Monumento Nacional, obrigou a criação de uma área de expansão extramuros para absorver a totalidade do desenvolvimento da vila. É, no entanto, ao expressar a preocupação que esta nova parcela urbana se integrasse no conjunto total que este anteplano estabelece uma importante distinção com aquele elaborado em 1953.

Igualmente importante e favorável ao esforço de integração da zona extramuros era a proposta da JAE de criar um desvio na EN8, que até então passava junto à Porta da Vila e separava o aglomerado existente da sua expectável expansão, movendo-o para sul (Fig.49). Para a elaboração da proposta, os autores tiveram em consideração este novo traçado que, tal como as determinações deste anteplano, nunca foi executado.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



49. Anteplano de Urbanização da Vila de Óbidos - Pormenor do esboço corográfico com indicação do desvio da EN8 proposto pela JAE | Arq. Travassos Valdez & Eng. José Cardoso | 1959.



50. Anteplano de Urbanização da Vila de Óbidos - Fotografias da área exterior às muralhas | 1959.

Na vila de Óbidos, a expectativa de aumento populacional, as más condições das construções existentes e a demolição das moradias adossadas à face externa das muralhas justificaram a decisão de que as novas áreas urbanas fossem primordialmente destinadas a resolver a questão habitacional, atendendo às exigências vigentes de salubridade e higiene. Mesmo cientes das restrições no intramuros, os autores não se abstêm de salientar a necessidade de remodelação das habitações insalubres ou precárias, para benefício geral do aglomerado.

Toda a área de expansão foi pensada como zona mista, ou seja, “...estruturalmente constituída por edifícios de uma maneira geral com funções múltiplas, indistintamente usados para habitação, comércio, atividades liberais, cultura e recreio” (MOP, 1959:58). Ainda assim, e como seria natural, é prevista uma zona destinada às habitações unifamiliares isoladas e agrupadas, sem a distinção de classes, uma opção atípica naquela altura. Havia também uma preocupação estética, ao limitar a altura das novas edificações até dois andares, para que não se confrontassem com as muralhas.

Também de grande relevância é a distinção de uma zona onde predominariam os escritórios e instalações comerciais e que “...marca o fulcro da nova área de expansão, frente à Porta da Vila” (MOP, 1959:59). A escolha deste local destaca-se por duas grandes questões. Em primeiro lugar, deixa clara a intenção de que estes estabelecimentos deveriam servir às duas áreas citadinas, o que mais uma vez contraria o antepiano anterior, que privilegiava apenas o desenvolvimento das atividades turísticas da vila.

A segunda questão refere-se ao reconhecimento da porta da cintura defensiva como um ponto de articulação entre os territórios intra e extramuros, que tem aqui uma forte conotação simbólica. Como observaram Gaspar (1969) e Trindade (2009), na maior parte das cidades medievais portuguesas os arrabaldes estruturavam-se a partir das portas da cerca, e era no largo exterior junto à entrada que se realizavam as feiras e mercados periódicos. Desta forma, a marcação deste local como o centro da zona de expansão reproduz certas práticas históricas e restitui a sua relevância nas dinâmicas comerciais e sociais dos habitantes da vila.

A estrutura viária visada para a área de expansão decorre da definição de duas vias principais – a EN8, com o novo traçado proposto pela JAE que contorna esta área, e

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



51. Antepiano de Urbanização da Vila de Óbidos - Planta do Estado Atual | Arq. Travassos Valdez & Eng. José Cardoso | 1959.

a Rua da Porta da Vila. Esta, por sua vez, conduz à Rua Direita no intramuros, via de grande importância pela ligação direta à Alcáçova e onde se concentravam as casas mais nobres da vila (Fig.53). Os demais arruamentos da área externa, que se desenvolvem a partir destes dois eixos, foram idealizados de maneira a aproveitar o máximo possível dos preexistentes, o que, como já mencionado anteriormente, constituía uma das frequentes recomendações da DGSU.

Também visível na planta da proposta é a arborização abundante da área extramuros, uma clara tentativa de compensar a falta de elementos vegetais e espaços livres do núcleo primitivo para usufruto da população. Como na questão das habitações insalubres, os autores não se limitam à zona de expansão e sugerem a requalificação de pequenos espaços inutilizados no intramuros (como uma praça, ou os jardins junto ao Castelo) em áreas livres para utilização pública.

No que se refere aos equipamentos, também aqui se verifica uma distinção entre este anteplano e o anterior. Enquanto no plano de 1953 a área extramuros beneficiaria apenas de uma escola, uma pequena zona comercial e uma estação dos CTT, neste plano os autores propõem diversos equipamentos como um campo de jogos, mercado, cineteatro e estabelecimentos escolares. Os equipamentos existentes no intramuros – entre eles, a Câmara Municipal, a estação de correios, o hospital e três escolas primárias – seriam mantidos no mesmo local, com exceção apenas dos bombeiros e do posto da GNR, que beneficiariam de edifícios maiores construídos na zona de expansão.

No extramuros, a localização dos equipamentos foi cuidadosamente definida, como no caso do cineteatro e do hotel, próximos da porta da vila, e do mercado, situado num ponto equidistante das áreas habitacionais existente e futura. Ademais, a planta da proposta na ficha de síntese permite-nos perceber que os equipamentos, em geral, são dispostos nas proximidades da entrada da vila, deixando clara a pretensão de relacionar – funcional e espacialmente – estes dois territórios.

Sendo este um caso de estudo em que o confronto entre o dinamismo das zonas recentes e o congelamento do tecido histórico não poderia ser mais evidente, as propostas deste anteplano demonstram um valioso esforço no sentido de planear uma extensão urbana de forma integrada, tanto quanto possível. Por isso, a autoria institucional desta proposta é ainda mais relevante, pois poderá indicar um

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

amadurecimento da visão urbana por parte da administração pública, rumo a uma compreensão mais abrangente acerca do território urbano.

São indicativos deste esforço as inúmeras referências ao território antigo como parte das justificativas para algumas decisões no planeamento da expansão, desde a limitação da altura das edificações até a localização dos equipamentos. Mesmo nas questões em que o extramuros é visto como uma oportunidade para corrigir algumas fragilidades do intramuros, como a falta de espaços verdes e de lazer ou as más condições das habitações existentes, os autores mencionam a importância de que também se interviesse no núcleo muralhado, reconhecendo que estes territórios poderiam não ser apenas complementares, mas mesmo concorrenciais.

De facto, a partilha das funções habitacional, cívica e comercial entre as áreas intra e extramuros, simplificada pela proximidade espacial entre ambas poderia contribuir para uma maior integração entre estas parcelas citadinas, não fosse a restrição das transformações no núcleo primitivo. No caso de Óbidos, somados o interesse em desenvolver o turismo como atividade principal da vila à natural atração da expansão exterior, cabe aqui pensar se seria de todo evitável o cenário de desertificação e terciarização que hoje se verifica no tecido primitivo obidense.



52. Antepiano de Urbanização da Vila de Óbidos - Planta do Estado Atual | Arq. Travassos Valdez & José de Matos Cardoso | 1959.



53. Antepiano de Urbanização da Vila de Óbidos - Planta de Urbanização | Arq. Travassos Valdez & José de Matos Cardoso | 1959.

Proposta
Equipamentos públicos Circulação viária intra/extramuros Áreas de habitação



54. Fotografia aérea | Vila de Óbidos | 2016.





VALENÇA

Viana do Castelo



55. Anteplano de Urbanização de Valença - Planta de Apresentação | Arq. Carlos Ramos | 1958.

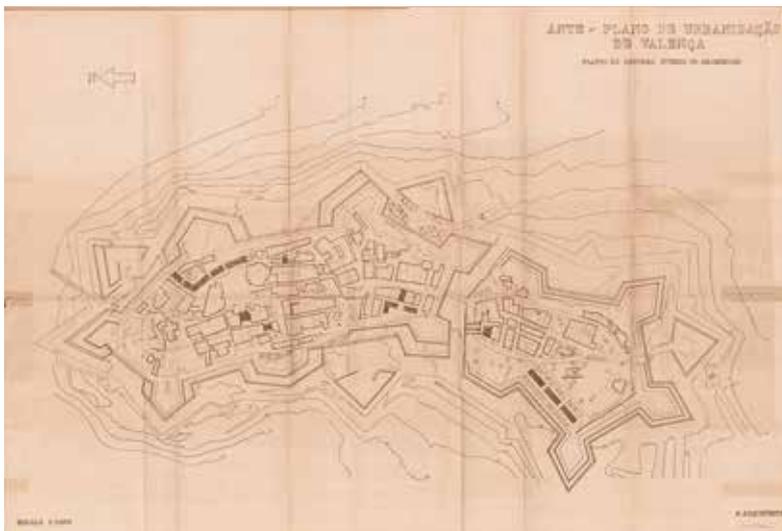
Anteplano de Urbanização de Valença 1958

Arq. Carlos Ramos

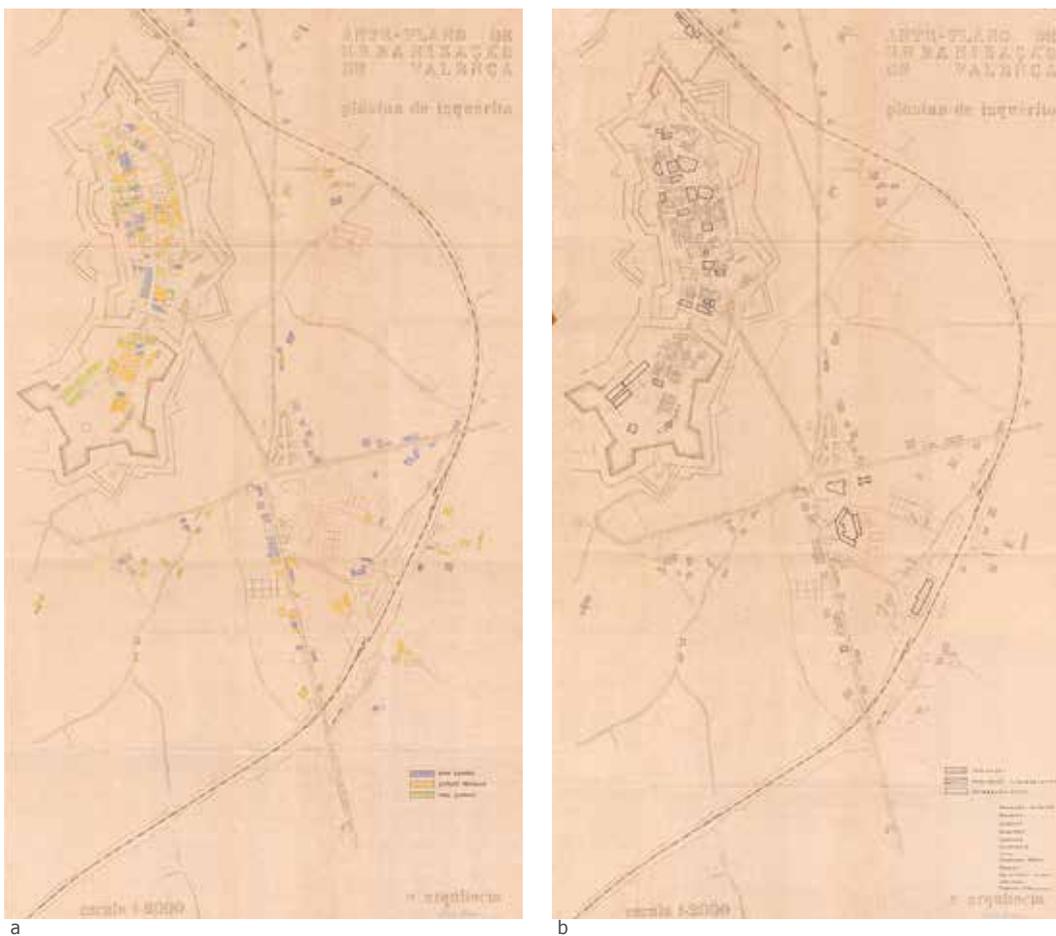
A vila de Valença, a mais importante fortaleza do Alto Minho, tem as suas fortificações abaluartadas classificadas como Monumento Nacional desde 1928. Na década de 1950, a vila era composta por duas zonas – uma delas corresponde ao recinto muralhado, com grande densidade construtiva e onde se situavam os principais edifícios de uso público. A outra zona, o arrabalde, desde então era separada da primeira pela área *non ædificandi* de proteção às muralhas, e seu desenvolvimento espontâneo aproximou-a das vias de comunicação mais importantes (estrada e linha férrea), uma tendência comum no caso de expansões urbanas não planeadas.

De acordo com o autor, enquanto na parte antiga registavam-se problemas de salubridade, alta densidade (250h/Ha.), mau estado de conservação das edificações (apenas 3% tinham sido construídas nos 30 anos anteriores) e ausência de espaços verdes, no extramuros configuravam as principais fragilidades a disseminação das construções, a precariedade das vias públicas e a falta de vegetação, resultando numa paisagem urbana que Ramos julgou “...muito árida e pouco agradável para a população” (Ramos, 1958:15).

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



56. Anteplano de Urbanização de Valença - Planta da Reforma Interna do Aglomerado | Arq. Carlos Ramos | 1958.



57. Anteplano de Urbanização de Valença - Plantas de Inquérito (a) Estado de conservação das construções (b) Utilização das construções | Arq. Carlos Ramos | 1958.

Neste anteplano, os arranjos propostos para o núcleo fortificado (Fig.56) restringiam-se a intervenções mínimas de desafogo das muralhas e melhoria das condições gerais de salubridade, além da demolição dos edifícios em péssimo estado de conservação. Seriam também criadas pequenas áreas verdes no intramuros, junto às principais vias que levam à zona de expansão exterior, com o objetivo geral de valorizar a composição estética das muralhas. O regulamento das zonas limitava-se a estabelecer um limite de altura das novas edificações, ressaltando a importância de que fosse respeitado “...o atual caráter do conjunto” (Ramos, 1958:12).

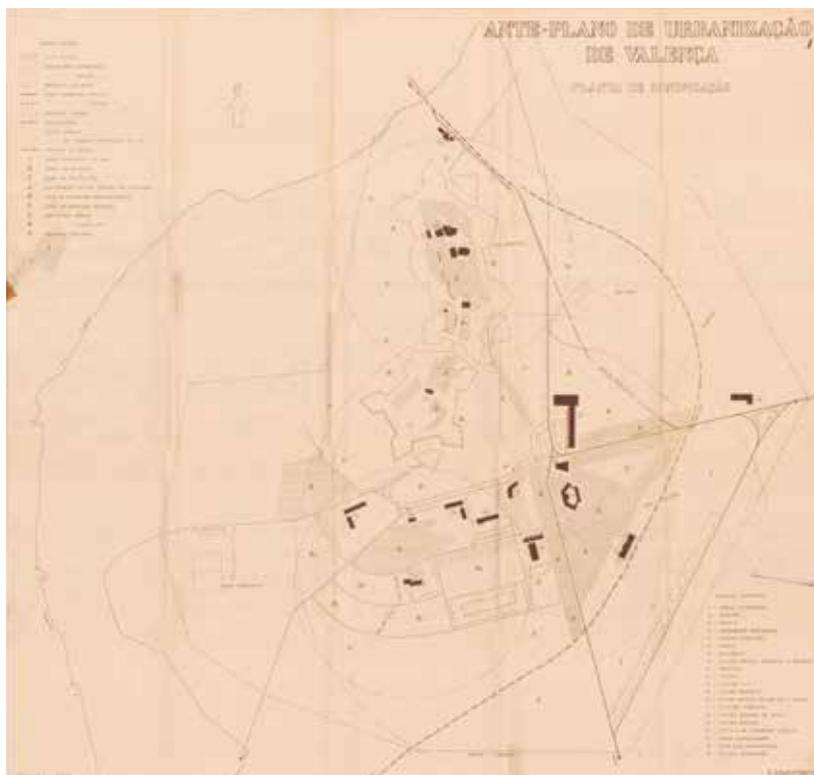
Por sua vez, a área de expansão era considerada a solução para os problemas da zona antiga “...sem necessidade de grandes demolições ou expropriações exageradas” (Ramos, 1958:04). Mais do que a imposição de uma visão urbana, esta postura demonstra a maturidade do autor que, após quase duas décadas de produção urbanística, opta por um maior realismo nas suas propostas, adaptando-as às condições e meios disponíveis. No entanto, ao especificar a transferência da maior parte dos estabelecimentos cívicos e comerciais para a zona de expansão, o urbanista propõe uma inversão da ordem urbana instalada, transformando o território extramuros no efetivo *centro* da vila:

“...os serviços de interesse público, como sejam escolas, estação CTT, grémio, etc., bem como a zona comercial começam a ficar deslocados em relação ao futuro centro da vila, por ocuparem os terrenos limitados pelas muralhas; daí a necessidade de se criarem os novos centros cívicos, comerciais e de utilidade pública no novo núcleo habitacional em potência”. (Ramos, 1958:14)

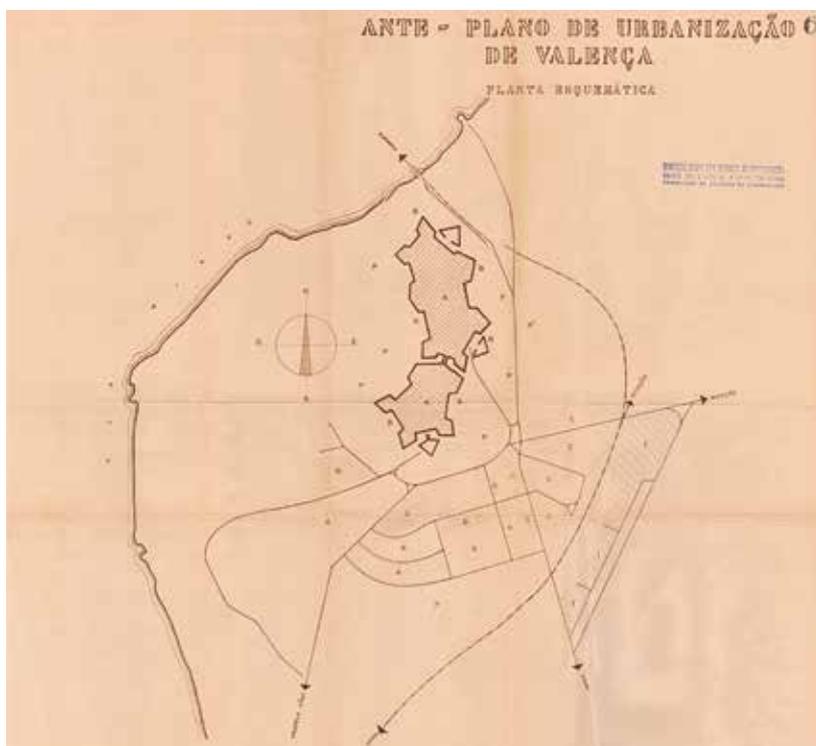
Assim, a expansão extramuros estruturar-se-ia em dois polos: a Sul, uma área destinada às novas habitações; a Nascente, junto às edificações existentes e com boas condições de acesso ao recinto fortificado, o centro comercial. Entre estes polos seriam implantados os edifícios de interesse público, à volta de uma pequena praça. O campo de jogos, previamente intramuros, e demais instalações desportivas ocupariam a parcela poente da área de expansão, consideravelmente afastada do aglomerado em busca de uma topografia mais favorável.

Uma vez que, em Valença, havia-se verificado uma queda populacional nos dois censos anteriores, a proposta de novas habitações no extramuros pretendia solucionar o déficit habitacional corrente, agravado pelas demolições no intramuros.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



58. Anteplano de Urbanização de Valença - Plantas de zonificação | Arq. Carlos Ramos | 1958.



59. Anteplano de Urbanização de Valença - Planta Esquemática | Arq. Carlos Ramos | 1958.

A zona residencial reservada às moradias das classes média e alta beneficiaria de uma densidade média de 180 h/H, além de amplas áreas de vegetação envolvente e da proximidade ao único equipamento escolar que seria construído no extramuros. Por outro lado, a proximidade entre a escola e as habitações de baixo custo parece não ter sido uma prioridade do urbanista, uma vez que estas situam-se fora do raio de influência ideal de 300 metros definido por Carlos Ramos.

A extensão geográfica da área de expansão proposta para Valença era expressiva, principalmente se tivermos em consideração a tendência de redução demográfica verificada naquela altura. A organização espacial, à volta da face Sul do núcleo primitivo, poderia indicar uma intenção de complementaridade entre estas parcelas citadinas, embora as parcas intervenções para melhoramento do setor intramuros enfraqueçam este cenário. Estas são, de facto, essencialmente estéticas e pouco contribuem para o desenvolvimento progressivo da vila.

Neste âmbito, o percurso urbanístico de Carlos Ramos permite-nos refletir sobre o seu posicionamento para o burgo valenciano. Ramos é, segundo Lôbo (1995), autor de uma produção urbanística muito diversificada, sendo que, numa primeira fase, frequentemente as propostas do arquiteto implicavam extensivas demolições das zonas existentes ou a criação de amplas áreas de expansão, medidas estas de grande impacto a nível social e económico. Numa segunda fase seu pensamento urbano progride num sentido mais realista, "...mais ordenador e menos transformador" (Coutinho, 2001:127), e aproxima-se das orientações do CSOP de minimizar as transformações dos tecidos antigos.

Embora este não seja, de todo, um caso de *congelamento* da zona intramuros, tal como Óbidos, esta postura de intervenções moderadas e criteriosas nos tecidos antigos confronta-se com a clara intenção de transformar o extramuros em um território autónomo, agravando os desequilíbrios entre estas duas áreas urbanas. Este contraste entre as propostas para o núcleo patrimonial e para as áreas de expansão prenuncia a aproximação de Carlos Ramos às ideologias urbanas modernistas, o que será ainda mais evidente no segundo plano que elaborou para Valença, que será analisado na sequência deste.

VALENÇA, Viana do Castelo

O QUE FOI FEITO DOS PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO?



60. Anteplano de Urbanização de Valença - Planta de Inquérito | Arq. Carlos Ramos | 1958

Existente
 Equipamentos públicos
 Proposta
 Demolições



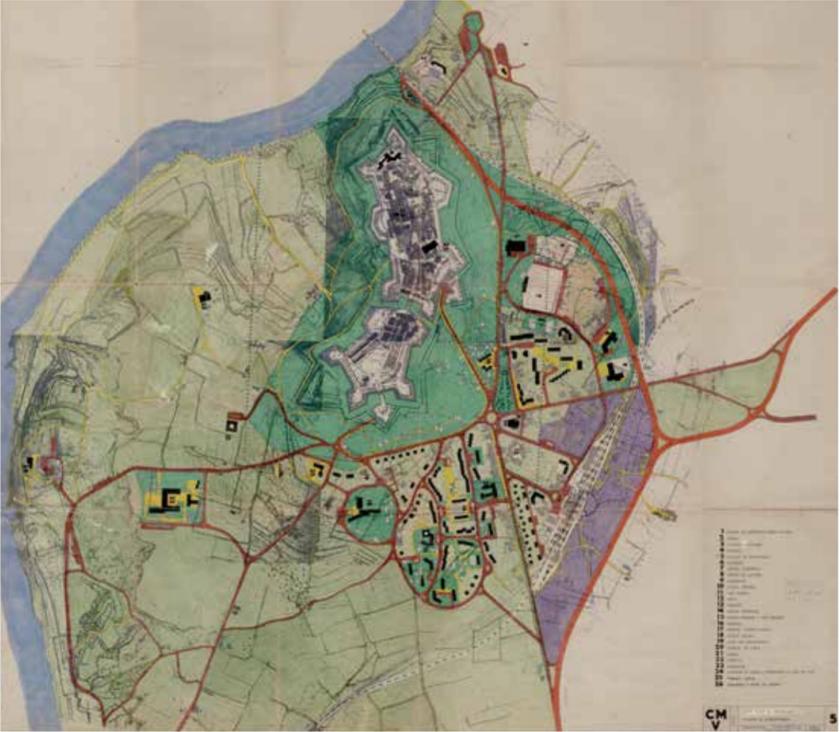
61. Anteplano de Urbanização de Valença - Planta de Apresentação | Arq. Carlos Ramos | 1958

Proposta
 Equipamentos públicos
 Circulação viária intra/extramuros
 Áreas de habitação



62. Fotografia aérea | Vila de Valença | 2016.





63. Antepiano de Valença - 1ª Fase - Planta de Apresentação | Arq. Carlos Ramos & Arq. Viana de Lima | 1966.

Anteplano de Valença - 1ª Fase

1966

Arq. Carlos Ramos & Arq. Viana de Lima

A análise deste caso de estudo implica a consideração de um Plano de Melhoramentos para a área intramuros de Valença, elaborado na sequência de uma visita do Ministro das Obras Públicas à vila no final da década de 1950. Com o objetivo de desenvolver o potencial turístico da vila fortificada, classificada como Monumento Nacional, foi nomeada uma Comissão^[16] com oito membros, sendo um deles o arquiteto Carlos Ramos, que concluiu o Estudo de Valorização Turística e Urbanística da vila de Valença do Minho em 1959.

Ao contrário do Estudo de Melhoramentos elaborado para Almeida na mesma época, que consiste num relatório com sugestões para a valorização e

16. A Comissão era composta pelo engenheiro Fernando Barbosa Perdigão, como Presidente, e os seguintes vogais: Alberto da Silva Bessa (arquiteto da DGEMN), Carlos Ramos (arquiteto urbanista), Ilídio de Araújo (engenheiro e arquiteto paisagista da DGSU), Jorge Santos Costa (arquiteto do SNI), José Manuel de Oliveira Valença (engenheiro da DGSU), Júlio Evangelista (advogado, deputado à Assembleia Nacional) e Luís António de Matos Lima (médico, representante da Câmara Municipal de Valença).

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



64. Vila de Valença: Limite da ZEP (a vermelho) e da ZNA (a azul) | 1958.



65. Estudo de Valorização Turística e Urbanística da Vila de Valença do Minho - Planta da Zona Intra-Muralhas. Demolições propostas numa primeira fase a amarelo, edificações em ruínas a verde, arruamentos de interesse a azul | 1959.

aproveitamento turístico da área antiga, este Estudo se assemelha a um plano de urbanização, no sentido em que apresenta propostas para a reabilitação geral do território intramuros. A efetiva implementação das propostas deste Estudo levou a que o antepiano de 1966 se ocupasse apenas da parcela extramuros da vila.

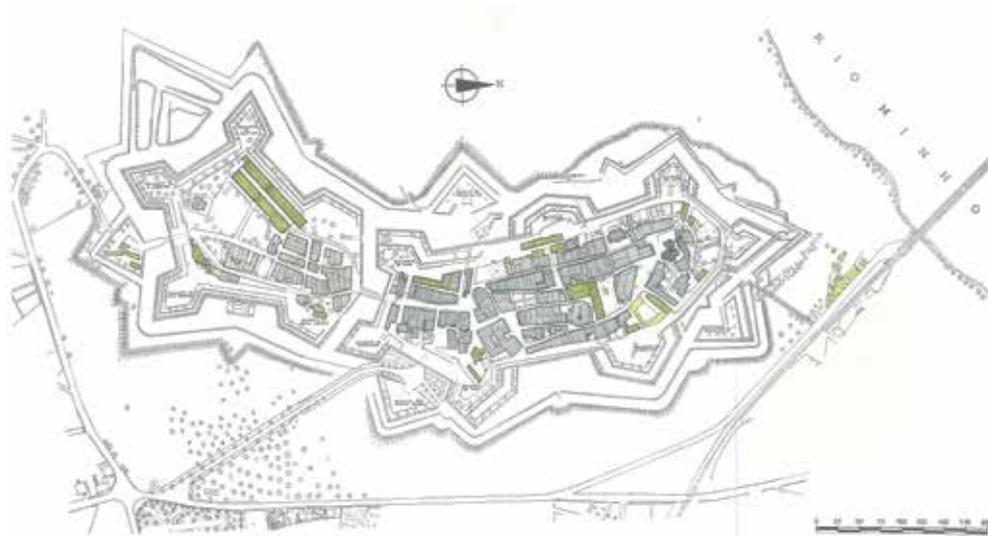
Inicialmente, a Comissão identificou as principais deficiências da vila primitiva, que incluíam as dificuldades de circulação viária, questões de insalubridade, edificações devolutas e apropriação imprópria dos elementos da fortaleza, como a utilização do paiol como estábulo. Além destes aspetos, também foram feitas muitas considerações de natureza estética, relativos à rede elétrica aparente e de mau aspeto, aos estendais de roupa nas vias públicas, à iluminação pública insuficiente e com diferentes modelos de candeeiros, aos jardins com arranjos considerados de mau gosto e às desarmonias arquitetónicas entre as construções novas e antigas.

As propostas do Estudo de Valorização (Fig.65) incluíam a demolição total ou parcial de pelo menos 45 edificações no intramuros, por motivos que iam desde as condições irregulares (interferência em arruamentos novos ou existentes, ou mau estado de conservação), às questões estéticas (incoerência com o conjunto arquitetónico onde se enquadravam ou por simplesmente prejudicarem a vista a panoramas de interesse). Qualquer intervenção no edificado existente ficaria sujeita a uma aprovação prévia, uma restrição comum às áreas classificadas como Monumento Nacional.

Relativamente à questão viária, a Comissão propôs três grandes alterações. A primeira refere-se ao desdobramento do tráfego em dois sentidos na entrada do aglomerado; a segunda, na criação de uma via circular que acompanhasse o contorno das muralhas, uma "...via de circunvalação do aglomerado de interesse turístico incontestável [...] de onde se podem apreciar panoramas cheios de beleza" (Perdigão *et al.*, 1959:08). A terceira relaciona-se com a construção de uma via ao longo do fosso da muralha para permitir o acesso das viaturas pesadas ao extremo Norte do aglomerado, onde estava prevista a construção de uma Pousada, entretanto construída e ainda hoje operacional.

A componente paisagística tem neste Estudo de Valorização um destaque considerável, embora esta preocupação também se fizesse sentir noutros antepianos analisados nesta dissertação, como no de Óbidos (1949) e Almeida (1964). No entanto,

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



66. Planta da Praça-Forte de Valença antes das obras de melhoramentos, com indicação a amarelo dos prédios demolidos | DGEMN | 1964.



67. Planta da Praça-Forte de Valença depois das obras de melhoramentos | DGEMN | 1964.

neste caso é desenvolvido um exercício de composição estética da paisagem que se pretendia para a vila, ao contrário das preocupações higienistas que frequentemente caracterizam as propostas nesta vertente.

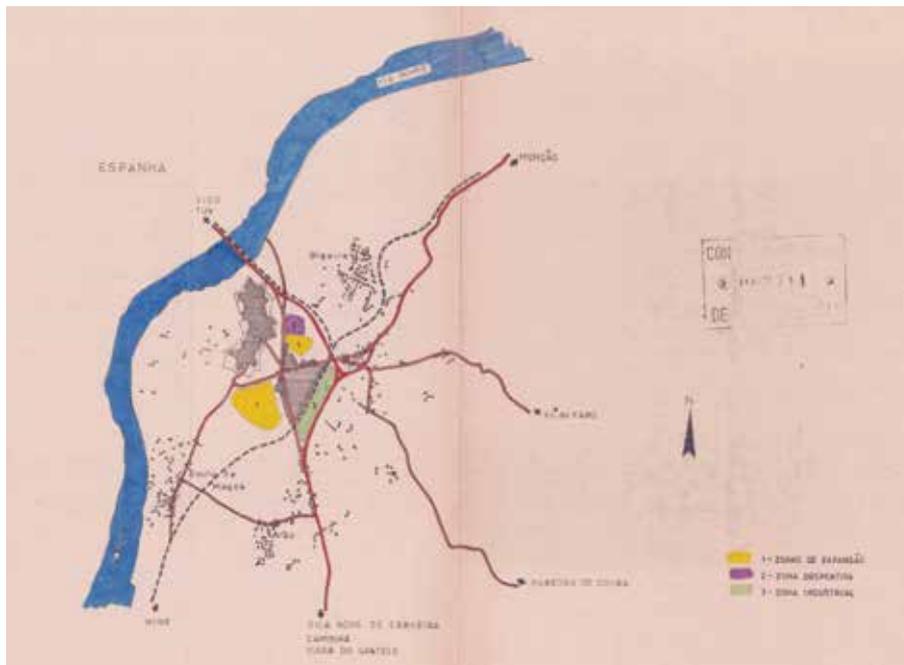
Embora a Comissão referisse a necessidade de que fosse realizado um estudo de valorização paisagística amplo e pormenorizado, as orientações feitas neste Estudo são de carácter geral e relativas à arborização do intramuros e da envolvente da fortaleza. Para o recinto muralhado, era sugerida "...a plantação de arvoredos de porte e espécies adequadas em pontos criteriosamente escolhidos [...] sem que, de qualquer forma, possa vir a ser perturbada a nitidez do recorte do amuralhado" (Perdigão *et al.*, 1959:14-15). Os fossos exteriores deveriam ser mantidos permanentemente com relva; era também recomendada atenção aos locais onde os elementos vegetais pudessem, de alguma forma, contribuir para a valorização do carácter pitoresco do burgo.

Na área de protecção exterior da fortaleza seriam plantadas árvores, carvalhos ou castanheiros, para "...comunicar à composição panorâmica aspetos agradáveis" (Perdigão *et al.*, 1959:15). Igualmente importante era a continuidade visual: a florestação deveria estender-se até a parte moderna da vila, para que esta se integrasse "...harmoniosamente no conjunto, sem competir com o Monumento" (*idem*, 1959:14). A disposição criteriosa do arvoredos era também indicada para "...encobrir alguns aspetos tidos como elementos de perturbação, como seja o bairro para pobres [...] para o lado de Poente" (*idem*).

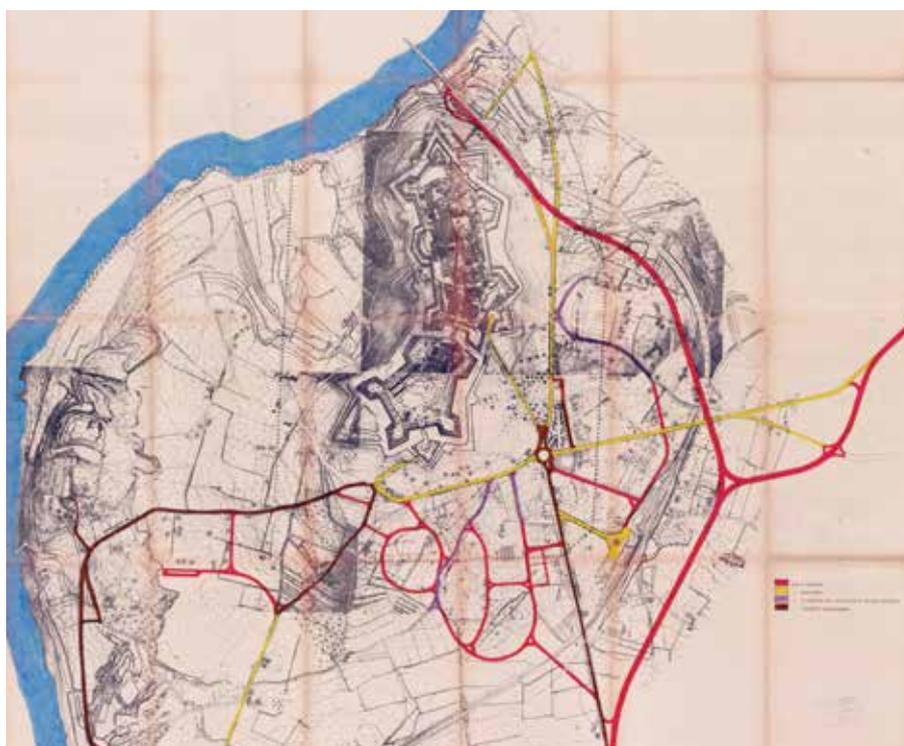
Numa publicação de 1962, o MOP dá conta da execução da maior parte das recomendações do Estudo de Valorização, que "...no curto espaço de três anos [...] transfiguraram a fisionomia do velho burgo, de modo a fazerem de Valença um importante centro de atracção turística" (MOP, 1962:14). Esta importante fonte documental, combinada com o Boletim da DGEMN de 1964 (DGEMN, 1964) (Figs. 66-67) e a análise da vila atual permite a verificação de que a larga maioria das propostas, com destaque para a reorganização viária, demolições^[17] e alguns aspetos

17. Consta nessa publicação de 1962 que das quarenta e cinco demolições propostas no Estudo já haviam sido realizadas dezanove, e previa-se a demolição, em breve, de outros quatro edifícios. Considerou-se que "...as demolições efetuadas contribuíram sensivelmente para a valorização do monumento e melhoria do aspecto geral da vila" (MOP, 1962:14).

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



68. Anteplano de Valença - 1ª Fase - Planta Esquemática de Zonamento e Acessos | Arq. Carlos Ramos & Arq. Viana de Lima | 1966.



69. Anteplano de Valença - 1ª Fase - Planta de Vias. Indicação das vias existentes (a amarelo), a construir (a vermelho) e a construir com aproveitamento das existentes (a lilás) | Arq. Carlos Ramos & Arq. Viana de Lima | 1966.

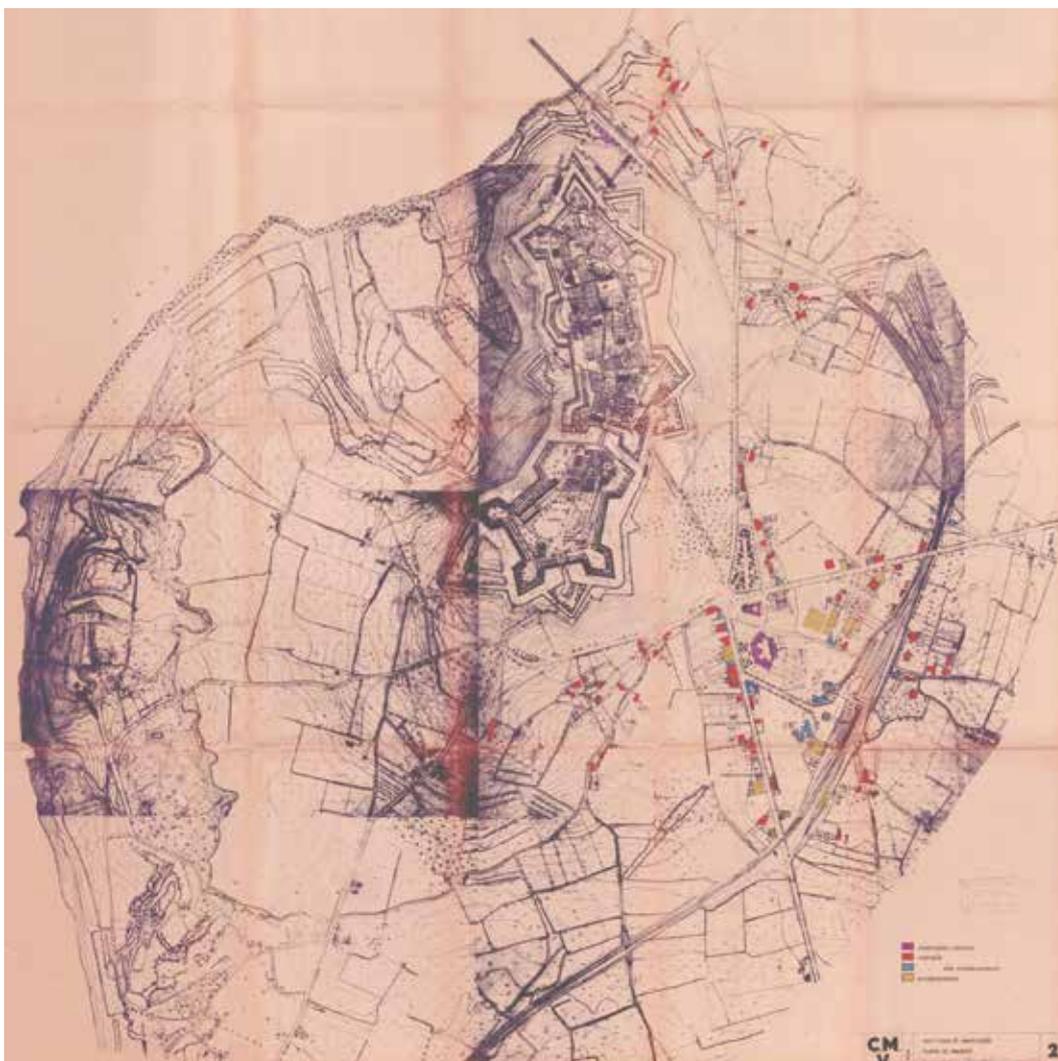
paisagísticos foram, de facto, implementadas. Estando o planeamento do antigo burgo concluído e em implementação no final da década de 1950, o antepiano de 1966 ocupou-se então da área citadina fora das muralhas, como mencionado anteriormente.

Na altura da elaboração do antepiano, a vila de Valença possuía uma porção significativa do seu território no extramuros, a Sudeste do núcleo primitivo, atraído pela proximidade às redes rodoviárias e ferroviárias que comunicavam com o resto do país e Espanha. A zona de expansão prevista no antepiano reforçava esta tendência, ocupando toda a superfície "...que se estende sobre a colina orientada ao quadrante Sul-Nascente, devidamente afastada da zona de proteção que envolve o aglomerado intra-muralhas [ZNA], bem arejada e protegida dos ventos dominantes" (Ramos & Lima, 1966:24).

Apesar do decréscimo populacional verificado nos censos anteriores, a Câmara Municipal havia apontado um défice habitacional, situação que seria agravada pelas demolições previstas no intramuros. Por sua vez, eram convicções dos urbanistas que "...as futuras facilidades consequentes da aprovação dum plano de urbanização" (Ramos & Lima, 1966:22), associadas às novas atividades que surgiriam com o desenvolvimento turístico, contribuiriam para que esta situação fosse revertida, justificando-se assim a construção de quase três centenas de novas habitações na zona de expansão.

As habitações previstas seriam de tipologias diversas – em bloco ou isoladas, entre 2 e 4 andares – e teriam nas proximidades diversos equipamentos de interesse coletivo, como um cineteatro, um mercado, uma escola técnica e um hospital, entre outros. De facto, tal como no plano de 1958 para Valença, há neste antepiano a explícita consideração da zona de expansão como o novo *centro* da vila, um atributo que até então estava vinculado ao núcleo fortificado:

As zonas de habitação, da expansão recente do aglomerado, estão bem localizadas, mas os serviços de interesse público, como sejam escolas, estação CTT, grémio, etc., bem como a zona comercial começam a ficar deslocadas em relação ao futuro centro da Vila, por ocuparem os terrenos limitados pelas muralhas; daí a necessidade de se criarem os novos centros cívicos, comerciais e de utilidade pública, no novo núcleo habitacional em potência. (Ramos & Lima, 1966:13)



70. Antepiano de Valença - 1ª Fase - Planta de Inquérito - Tipologias das construções | Arq. Carlos Ramos & Arq. Viana de Lima | 1966.

De notar que esta declaração é idêntica àquela feita por Carlos Ramos no plano de 1958, o que indica uma continuidade concetual importante, ainda que as questões espaciais e morfológicas do plano de 1966 divirjam daquelas do plano anterior.

Igualmente relevante é o conhecimento dos urbanistas que, já naquela altura, havia-se identificado uma tendência de deslocação das práticas sociais e comerciais para a área extramuros, apesar das (ou até, possivelmente e até certo ponto, devido às) intervenções para reabilitação e requalificação do setor intramuros. Ao invés de contrariar este movimento, os autores escolheram reforçá-lo, ao ponto de sugerir a “...repovoação [da vila fortificada] por classes sociais suscetíveis de conservar não só o bom estado do aglomerado, mas também uma certa vida social” (Ramos & Lima, 1966:02), enquadrando nesta categoria os funcionários públicos e os artistas.

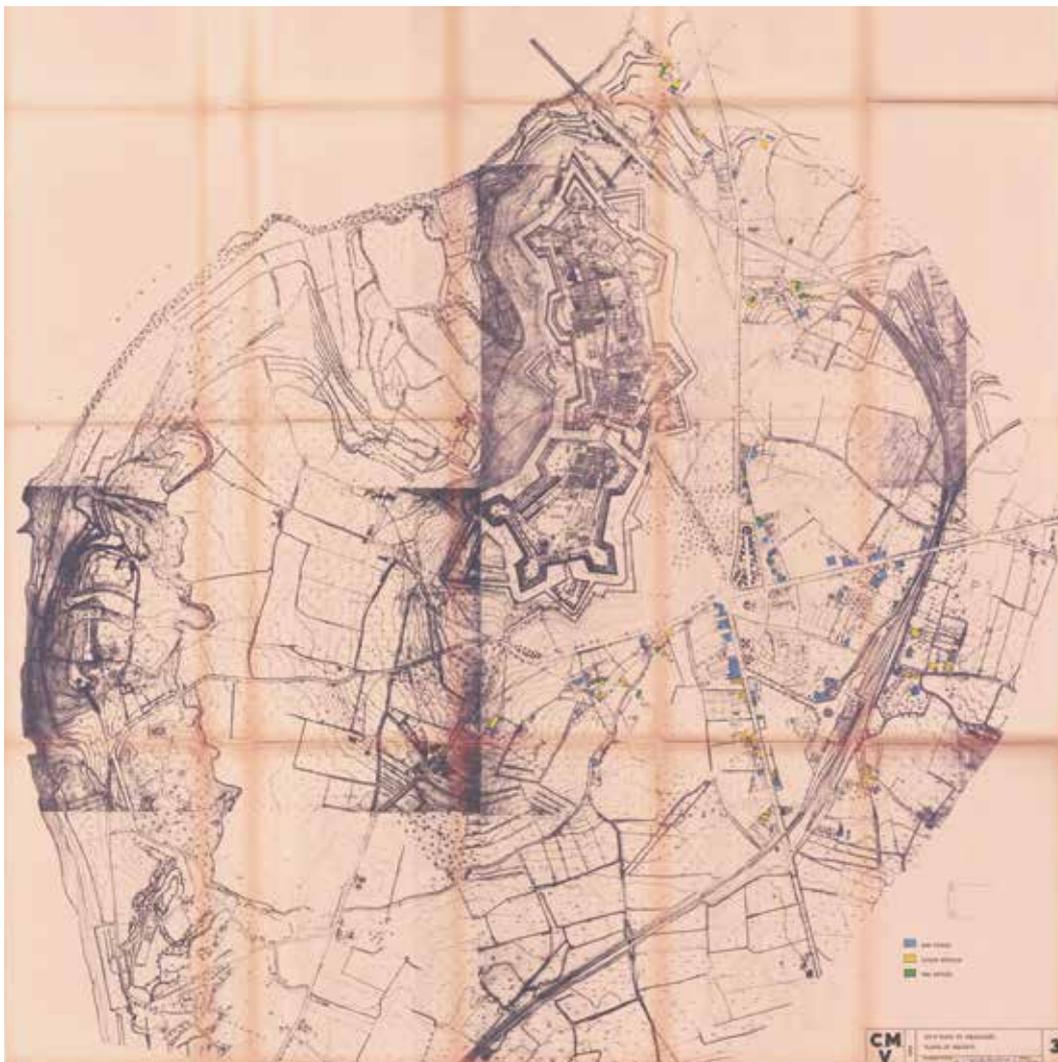
Uma particularidade deste antepiano, que coincide com a visão do território valenciano como *mais* do que apenas o núcleo fortificado, é a previsão de equipamentos turísticos fora da área antiga, em reconhecimento ao potencial atrativo do rio Minho e da sua envolvente vegetal natural. Assim, previa-se também uma piscina, “...donde se disfruta um belo panorama englobando o rio” (Ramos & Lima, 1966:25), um parque de campismo, uma praia fluvial e um restaurante/casa de chá, “...dominando as duas margens do rio Minho e ligados ao velho aglomerado intramuros através dum sistema de caminhos para peões que, bordejando o rio, possibilitará um percurso de alto valor paisagístico” (*idem*).

Das poucas páginas dedicadas ao esclarecimento das propostas, na memória descritiva do antepiano, o que se destaca é um claro racionalismo na ordenação do espaço urbano e na disposição consciente dos equipamentos, localizados da forma mais conveniente para a sua função. A Planta de Apresentação do plano, por sua vez, é ainda mais relevante ao comunicar de maneira inequívoca os conceitos teóricos que influenciaram a visão urbana de Carlos Ramos e Viana de Lima.

Como visto no capítulo I desta dissertação, a aproximação com os princípios modernistas é evidente no percurso profissional destes dois arquitetos urbanistas. A representação gráfica deste antepiano concorda e reforça esta afirmação, ainda que seja preciso ter em conta as adaptações à realidade portuguesa e às mais de duas décadas desde a publicação da Carta de Atenas, em 1941.

A estrutura da área de expansão é nitidamente irregular, onde domina o traçado

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)



71. Antepiano de Valença - 1ª Fase - Planta de Inquérito - Estado das construções | Arq. Carlos Ramos & Arq. Viana de Lima | 1966.

orgânico das vias de circulação, resultando em quarteirões de forma variável. Estes, por sua vez, comportam edifícios formalmente autónomos, ao encontro da conceção *corbusiana* de fazer da construção “...senhora dos espaços livres circundantes” (Le Corbusier, 1946:40). No limite, rejeita-se a rua-corredor, provocando uma rutura nas relações tradicionais entre o domínio público e o privado e também do edifício com o tecido urbano envolvente.

Ademais, ao considerarmos os amplos espaços livres à volta do edificado, os jardins das habitações e a convicção de Carlos Ramos e Viana de Lima de que seria “...do máximo interesse paisagístico a utilização o mais intensa possível de vedações vegetais [nos muros das propriedades]” (Ramos & Lima, 1966:28), o que se propunha era a formação de uma mancha verde contínua, ao mesmo tempo que se criava uma unidade visual em todo o aglomerado. Mais do que apenas uma preocupação estética e paisagística, esta conceção urbana é coerente com alguns dos pressupostos urbanísticos da Carta de Atenas, apropriadamente caracterizados por Lôbo como a *reconciliação entre o homem e a natureza* (1995:2012).

Também a hierarquização da circulação, facilmente legível no anteplano devido ao traçado dominante das vias de tráfego automóvel sobre as vias pedonais, e a previsão de algumas construções em altura (com 3 e 4 pisos) refletem a influência do conceito urbano *corbusiano* na prática de Carlos Ramos e Viana de Lima. Mas talvez o mais significativo indício de afinidade com os preceitos modernistas consista na visão restritiva das áreas históricas como incompatíveis com as necessidades urbanas das gerações atuais e futuras.

Tal como havia notado Pedro Almeida, neste anteplano “...é perceptível o isolamento a que é remetido o perímetro urbano pré-existente, sem articulação funcional significativa com a nova extensão urbana” (Almeida, 1996:89). Somadas a concentração de atividades ligadas ao turismo e a tolerância com a desertificação do recinto fortificado, o que resulta é uma perspetiva de degradação crescente do intramuros, à semelhança do caso de Óbidos. A propósito, importante referir que, em Óbidos, a marginalização da vila fortificada era o resultado de uma imposição superior, que impedia a transformação do quadro físico antigo; por sua vez, o similar isolamento imposto ao burgo neste anteplano era, com efeito, voluntário.

A existência de um Plano de Melhoramentos parece ter influenciado os urbanistas

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

a considerar a zona intramuros suficientemente planeada, ainda que as melhorias previstas no referido plano fossem apenas superficiais e focadas na *valorização* da área fortificada, como indica o título do estudo. Ao se ocuparem da extensão urbana da vila, os autores desconsideram a importância de relacionar estes dois territórios, já fisicamente afastados devido à zona de proteção às muralhas e estruturalmente distintos, principalmente se considerarmos o desenho proposto para a expansão.

Assim, este caso de estudo assinala, mais uma vez, o desconhecimento ou indiferença relativamente às questões de coesão ou fragmentação urbanas, mas também a influência duradoura dos conceitos modernistas na teoria e prática dos urbanistas portugueses e, conseqüentemente, no território de forma geral.

VALENÇA, Viana do Castelo

O QUE FOI FEITO DOS PLANOS GERAIS DE URBANIZAÇÃO?



72. Antepiano de Valença - 1ª Fase - Planta de Inquérito | Arq. Carlos Ramos & Arq. Viana de Lima | 1966.

Existente
Equipamentos públicos

Proposta
Demolições

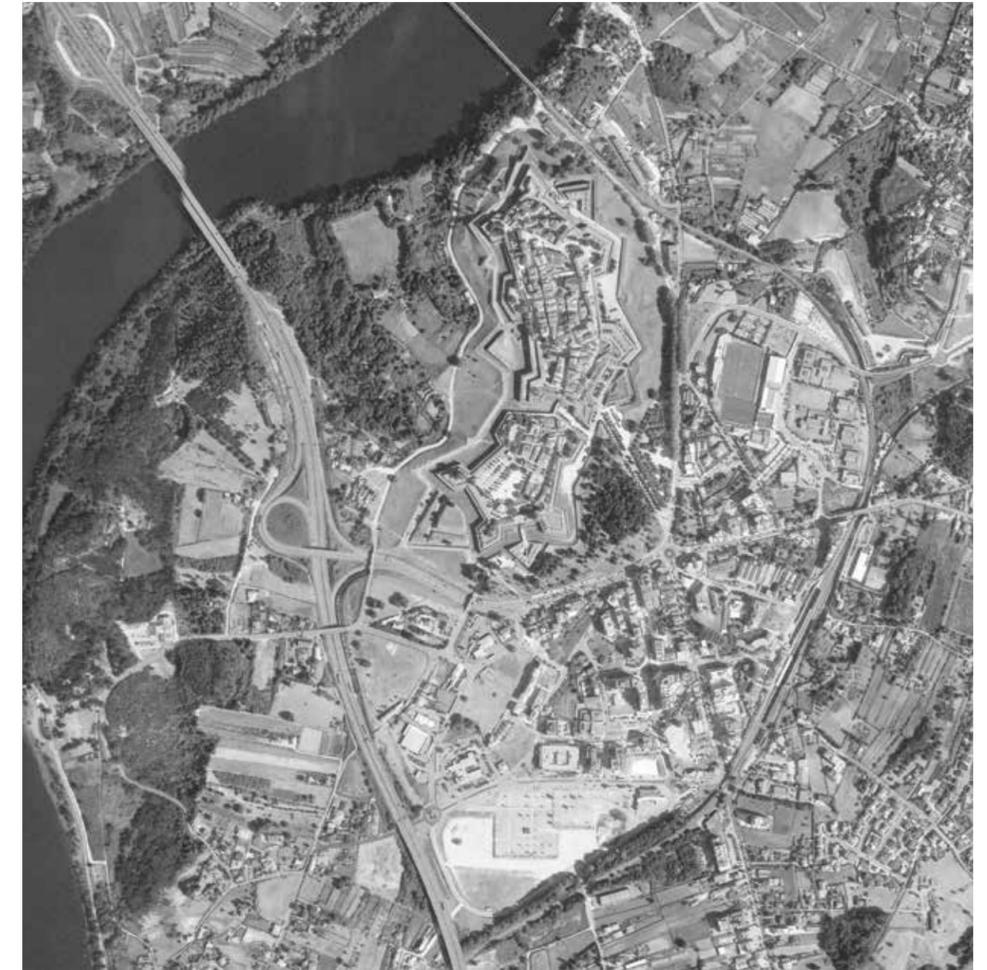


73. Antepiano de Valença - 1ª Fase - Planta de Apresentação | Arq. Carlos Ramos & Arq. Viana de Lima | 1966.

Proposta
Equipamentos públicos

Circulação viária intra/extramuros

Áreas de habitação



74. Fotografia aérea | Vila de Valença | 2016.



Considerações finais

As questões abordadas e as propostas analisadas nesta dissertação correspondem a um momento específico na história portuguesa, quando tanto as práticas de planeamento quanto os temas da salvaguarda do património urbano começavam a consolidar-se, quer no campo teórico, quer no normativo. Não se trata, portanto, de concluir esta investigação apontando a conduta ideal para intervenções em áreas semelhantes, mas sim de identificar os aspetos mais representativos dos casos analisados, assim como as questões concetuais e morfológicas que mais se destacaram.

Como foi possível observar ao longo desta dissertação, as características específicas de cada núcleo urbano, assim como o contexto da elaboração dos planos e a formação do urbanista são algumas das justificativas para a diversidade de soluções apresentadas.

Inicialmente, importa mencionar que a maioria dos planos na altura contava com a criação de uma área de expansão, como ocorreu nos casos de estudo que investigamos. No entanto, a razão não restringia-se apenas a um aumento

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

demográfico previsto para as décadas seguintes, mas podia também responder a uma necessidade específica, como amenizar a densidade excessiva do intramuros ou prever uma zona industrial. Assim, o tamanho da área de expansão e os usos a ela atribuídos são alguns dos aspetos que mais facilmente distinguem as propostas, como se tentou demonstrar nas fichas de síntese.

Neste âmbito, além da função habitacional comum, as áreas de expansão poderiam abrigar apenas os equipamentos mais importantes para a vida diária dos moradores ali instalados – caso de Almeida (1964) – ou mesmo a quase totalidade dos estabelecimentos cívicos e comerciais da vila, como em Valença (1958). Em outros casos, como o de Elvas (1949), tanto a área antiga, intramuros, quanto a expansão recente extramuros alojavam equipamentos comerciais, recreativos e culturais e podem, neste sentido, ser consideradas funcionalmente complementares.

Também sobre a morfologia destes novos territórios podem-se tecer algumas considerações. Ainda que, como já mencionado, a totalidade dos planos analisados representem planos-de-gestão, um modelo muito mais flexível e adaptável do que o do plano-imagem, de acordo com a classificação feita por Lôbo (1995), em alguns casos é inegável a associação das propostas a uma forte imagem urbana. São exemplos disto os planos para Óbidos (1953) e Valença (1966), que correspondem a duas conceções urbanas diferentes – a *cidade-jardim* e a *cidade radiosa*.

Estes planos são os que melhor reproduzem, tanto visualmente quanto conceitualmente, dois modelos que marcaram o urbanismo europeu do século XX e são mostra da longa e quase canónica influência que tiveram em Portugal. Outros planos, como o de Elvas (1949) e o de Valença (1958) são também indicativos da influência destes mesmos modelos na produção urbanística nacional, ainda que de uma forma muito menos paradigmática e mais superficial.

De forma geral, diante dos muitos problemas associados às áreas antigas – alta densidade, má conservação do edificado, dificuldades de circulação, etc. – as áreas de expansão eram pensadas como uma alternativa que beneficiaria de melhores condições de insolação, ventilação e circulação viária, além de espaços verdes e de lazer maiores e mais desenvolvidos. Por esta razão, a localização da expansão frequentemente seguia critérios objetivos, como a topografia favorável ou a proximidade a algum recurso atrativo, por exemplo, uma linha de transporte. A

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

proximidade ao núcleo antigo era, ainda assim, um objetivo comum aos planos analisados, embora a justificativa assentasse tanto no vínculo com a urbe primitiva quanto na necessidade de contenção territorial.

Enquanto isso, a cidade existente intramuros era alvo de pequenas intervenções e melhorias pontuais, tais como alargamento, prolongamento e retificação de vias, retoques na altura e alinhamento dos edifícios existentes, demolição das construções adossadas às muralhas e daquelas em pior estado de conservação.

À exceção de Trancoso (1951), em todos os casos analisados estas áreas urbanas eram afligidas por restrições às transformações futuras no seu quadro físico, em intensidades variadas, sendo a vila de Óbidos o caso mais dramático. Estas medidas derivavam da necessidade de salvaguardar o caráter próprio das áreas antigas, o que demonstra uma crescente e abrangente consciência do valor patrimonial de todo um território urbano, mas também o desconhecimento sobre a importância de interromper a deterioração do património em questão.

Ao mesmo tempo, outras medidas destinavam-se a proteger os elementos patrimoniais, como as Zonas de Proteção que acompanhavam o perímetro exterior das cercas defensivas em todos os núcleos analisados. Também estas diretrizes variavam conforme os casos, especialmente no que se refere à sua dimensão e à possível inclusão de uma área *non ædificandi*. Com efeito, o que importa observar é que estas medidas, além de visar a proteção destes elementos, simultaneamente serviam para enaltecê-los, o que acabou por tornar a demolição das construções adossadas às muralhas certamente mais tolerável.

Uma das questões de maior acuidade respeita a alguns dos valores atribuídos às áreas urbanas antigas. As medidas descritas acima demonstram que o valor patrimonial estava claramente presente em todos os planos analisados, consagrando estes locais como centros de identidade e memória coletivas. Contudo, esta consciência deu origem a interpretações muito distintas, especialmente no que se refere aos equipamentos que lá seriam instalados.

Se o plano para Elvas (1949), por exemplo, previa que a cidade mantivesse no intramuros as instalações culturais, comerciais e recreativas existentes, além da quase totalidade dos serviços municipais, o plano de Trancoso (1951) atribui o interesse no núcleo muralhado apenas aos equipamentos cívicos e monumentos.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

Por outro lado, os dois planos para Valença (1958; 1966) transferem para o exterior a maior parte dos estabelecimentos públicos e comerciais da vila, reduzindo a parte antiga a um reduto turístico, um alheamento semelhante ao imposto à vila de Óbidos.

No que se refere aos aspetos morfológicos, é possível afirmar que aos núcleos fortificados, além do valor patrimonial, foram associados valores de centralidade urbana. O caso de Almeida (1964) é, certamente, o mais paradigmático, mas também o plano de Elvas (1949) e mesmo o de Valença (1958) demonstram a atração territorial exercida pelo recinto antigo sobre as expansões previstas, que privilegiam os terrenos livres à volta das fortificações, embora outros aspetos, mais objetivos, tenham sido também considerados pelos urbanistas.

Embora esta investigação se ocupe de um modesto conjunto de oito casos de estudo, o que se extrai da análise é algo que o quadro genericamente desagregado da maioria das cidades portuguesas confirma. Desde o século passado, o planeamento urbano em áreas antigas ocupou-se de pequenas e pontuais intervenções que pouco contribuíram para a sua requalificação generalizada. Ainda que o valor memorial, identitário e cultural dos tecidos históricos fosse reconhecido e valorizado, por indiferença ou impotência dos agentes intervenientes, pouco foi feito para tornar estes espaços apetecíveis e concorrenciais em relação às restantes áreas urbanas.

Ainda que consideremos que os anteplos de urbanização elaborados nesta altura tinham a função de apenas orientar o crescimento dos núcleos urbanos, já que não possuíam força legal, estas mesmas orientações apenas perpetuaram o estado geral de degradação e obsolescência das áreas urbanas antigas. De facto, uma vez que estes instrumentos tiveram pouca influência no desenho urbano das cidades portuguesas, como foi o caso das cinco vilas analisadas, cabe aqui a consideração se o seu maior legado deu-se justamente no campo concetual, ou seja, na consideração das áreas antigas como um território demasiadamente particular para ser integrado nas políticas de planeamento e administração urbana.

A discussão que hoje se coloca acerca dos temas do património urbano e do planeamento da salvaguarda passa por, primeiramente, considerar as áreas urbanas como parte de um território mais amplo, uma visão que tenta ultrapassar esta barreira concetual ao unir a conservação e o desenvolvimento e, assim, criar mecanismos operacionais de gestão urbana que sejam flexíveis e passíveis de

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

evolução. É apenas desta forma, com a compreensão de que os organismos urbanos são naturalmente ecléticos, polivalentes e, com efeito, dinâmicos, associada às experiências e práticas do passado que nós, enquanto arquitetos e intervenientes no espaço urbano, podemos ambicionar contribuir para a melhoria das vilas e cidades onde vivemos.

Novas linhas de investigação

Por se tratar de um tema tão amplo e complexo quanto a história da cidade em Portugal, este não é um estudo que se encontre encerrado, uma vez que, apesar dos desenvolvimentos recentes, ainda há muito o que explorar acerca desta temática.

Importa ressaltar que o tema geral – ‘O que foi feito dos Planos Gerais de Urbanização’ – é comum a outras três dissertações de alunos que frequentaram a cadeira de Seminário de Investigação em Arquitetura no ano letivo de 2014-2015. Isto prova que esta análise comparativa entre as propostas do passado e as cidades do presente constitui um rico campo de estudo, especialmente se inscritas em diferentes períodos temporais e/ou sob uma perspetiva multidisciplinar.

Também significativo é o manancial documental ainda inédito presente na sede da DGT em Lisboa, até agora disponível apenas para consulta presencial. Constam nos arquivos deste organismo público nacional diversas peças escritas e desenhadas no âmbito dos planos e anteplos de urbanização, assim como os inúmeros pareceres emitidos pela DGSU ou pelo CSOP com comentários sobre as propostas. A compilação destes e de outros dados, dispersos em inúmeras bibliotecas e arquivos nacionais e municipais pelo país seria, certamente, uma mais-valia de qualquer investigação que se ocupasse deste campo temático.

A análise destes pareceres poderia, também, constituir uma linha de investigação de suma importância para a compreensão da visão urbana por parte da administração pública, principalmente se considerarmos que foram os planos e anteplos de urbanização as primeiras experiências urbanísticas na maioria das vilas e cidades portuguesas. Embora a implementação destes instrumentos se tenha caracterizado por uma significativa ineficácia, os conceitos e ideais urbanos do passado ajudam a explicar muitas das questões das nossas cidades hoje, como ficou evidente no desenvolvimento desta dissertação.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

Referências bibliográficas

- Almeida, P.V. (1996). Viana de Lima. In Fundação Calouse Gulbenkian & Árvore (Eds.), *Viana de Lima: arquitecto (1913-1991)* (pp. 51-96). Porto: Cadeia da Relação.
- Bandarin, F. & Oers, R. van (2012). *The historic urban landscape: managing heritage in an urban century*. Sussex: Wiley-Blackwell.
- Bandarin, F. & Oers, R. van (Eds.) (2015). *Reconnecting the city: the historic urban landscape approach and the future of urban heritage*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, Ltd.
- Castro, C. (1951a). *Anteplano de Urbanização de Trancoso*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 13 Junho 2016.
- Castro, C. (1951b). *Anteplano de Urbanização de Trancoso - Alterações*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 13 Junho 2016.
- Cerqueira, H.P.H.N.F. (2009). *António Varela e o legado do invisível: composição, traçado e simbólica de um arquitecto à sombra de gigantes (1930-1940)*. Dissertação de doutoramento em Urbanismo. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Disponível em <http://urbanismo-portugal.net/projectos-de-investigacao/teses-doutoramento-3o-ciclo>, consultado a 25 Março 2016.
- Choay, F. (1992). *A alegoria do património* (T. Castro, Trad.). Lisboa: Edições 70, 2006.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

- Conselho da Europa (1975). *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf>, consultado a 15 Maio 2016.
- Correia, L.M. (2011). A construção da identidade do território a partir dos monumentos: o lugar do contemporâneo. *Revista Estudos do Século XX*, 11, 167-199. http://dx.doi.org/10.14195/1647-8622_11_11.
- Coutinho, B.S. (2001). *Carlos Ramos (1897-1969): obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o modernismo e a tradição*. Dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Decreto-Lei n.º 24.802/1934 de 21 de Dezembro. Diário do Governo n.º 299 – I Série (pp. 2137-2141). Lisboa: Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Disponível em <https://dre.tretas.org/dre/294722>, consultado a 18 Janeiro 2016.
- Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN] (1964). Praça-Forte de Valença. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 115. Lisboa: DGEMN.
- Federação dos Municípios da Estremadura [FME] (1953). *Anteplano de Urbanização da Vila de Óbidos*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 13 Junho 2016.
- Fernandes, M.G. (2011). *Plantas do planeamento urbano e do urbanismo em Portugal (1864-1926)*. Disponível em <https://www.academia.edu/2242019>, consultado a 08 Janeiro 2016.
- Ferreira, S.A.S. (2003). *Aveiro no Estado Novo: a cidade idealizada versus a cidade operacionalizada*. Dissertação de mestrado em planeamento urbano e regional. Porto: Universidade do Porto. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/19316>, consultado a 13 Março 2016.
- Freire, L.R.C.C. (1947). *Anteplano de Urbanização de Serpa*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 13 Junho 2016.
- Gaspar, J. (1969). A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, 4 (8), 198-215.
- Gaspar, J. (1985). A cidade portuguesa na Idade Média: aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional. *En la España Medieval*, 6, 133-147.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

- Gonçalves, A. (2012). *Património urban(ístic)o e planeamento da salvaguarda: os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habilitar a patrimoniização da cidade na sua (re)feitura*. Dissertação de doutoramento em Arquitetura. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/18582>, consultado a 26 Março 2016.
- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana / Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [IHRU/SIPA] (2012). *Inventário do património arquitectónico: muralhas da praça de Almeida / castelo e fortaleza de Almeida*. Disponível em <http://www.monumentos.pt>, número IPA 00001382, consultado a 22 Março 2016.
- Lamas, J.M.R.G. (1993). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Le Corbusier (1941). *Princípios de urbanismo: la carta de Atenas* (J. Capella, Trad.). Barcelona: Ediciones Ariel, 1971.
- Le Corbusier (1946). *Maneira de pensar o urbanismo* (J. Borrego, Trad.) (3ª ed.). Mem Martins: Publicações Europa-América, Lda, 1995.
- Lôbo, M.S. (1995). *Planos de urbanização: a época de Duarte Pacheco* (2ª ed.). Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Mattoso, J. (1992). *Introdução à história urbana portuguesa: a cidade e o poder*. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.26/4376>, consultado a 04 Janeiro 2016.
- Ministério das Obras Públicas [MOP] (1950). *Anteplano de Urbanização da Vila de Almeida*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 13 Junho 2016.
- Ministério das Obras Públicas [MOP] (1952). *Anteplano de Urbanização da Vila de Almeida - Remodelação*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 13 Junho 2016.
- Ministério das Obras Públicas [MOP] (1954). *Ante-plano de Urbanização de Almeida*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 13 Junho 2016.
- Ministério das Obras Públicas [MOP] (1959). *Anteplano de Urbanização da Vila de Óbidos*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 13 Junho 2016.
- Ministério das Obras Públicas [MOP] (1962). *Valença do Minho: plano de melhoramentos de 1959*. Lisboa: Bertrand.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

- Ministério das Obras Públicas [MOP] (1964). *Vila de Almeida: Anteplano de Urbanização*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 13 Junho 2016.
- Moreira, M.J.G; Rodrigues, T.F. & Henriques, F.C. (2009). O sistema urbano português: dinâmicas contemporâneas e diversidade regional, evolução demográfica e bem-estar social. *Revista de Demografia Histórica*, 27 (1), 83-114. Disponível em <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/437>, consultado a 12 Dezembro 2016.
- Neves, H. & Castro, C. (1948). Em que se fala de uma pretendida feição nacional a dar à obra arquitectónica e tantas vezes invocada. Comunicação apresentada no I Congresso Nacional de Arquitectura. In *Ordem dos Arquitectos (2008) (Ed.), 1º Congresso nacional de arquitectura*, pp.54-60.
- Ordem dos Arquitectos (2008) (Ed.). *1º Congresso nacional de arquitectura* (edição fac-similada). Lisboa: Ordem dos arquitectos.
- Perdigão, F.B. et al. (1959). *Estudo de valorização turística e urbanística da vila de Valença do Minho*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 07 Abril 2016.
- Prista, M.L. (2013). Turismo e sentido de lugar em Óbidos: uma pousada como metáfora. *Etnografia* [Online], 17 (2). Disponível em <http://etnografica.revues.org/3160>, consultado a 26 Março 2016.
- Ramos, C. (1958). *Anteplano de Urbanização de Valença*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 13 Junho 2016.
- Ramos, C. & Lima, V. de (1966). *Anteplano de Valença: 1ª fase*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 13 Junho 2016.
- Rossa, W. (2002). *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina.
- Silva, M.J.M.M. & Silva, D.M. (1949). *Anteplano de Urbanização da cidade de Elvas*. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultado a 12 Junho 2016.
- Teixeira, M.C. (1993). A história urbana em Portugal: desenvolvimentos recentes. *Análise social*, 28 (121), 371-390.
- Trindade, L. (2009). *Urbanismo na composição de Portugal*. Dissertação de doutoramento em História da Arte. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/13529>, consultado a 10 Maio 2015.

Créditos Fotográficos

01. Lôbo, M.S. (1995). *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco* (2ª ed.). Porto: FAUP, p.21.
02. *Idem*, p.20.
03. *Idem*, p.24.
04. Prefeitura do Distrito Federal; Agache, A. (1930). *Cidade do Rio de Janeiro: extensão, remodelação e embelezamento*. Paris: Foyer Brésilien, p.165. Disponível em <http://planourbano.rio.rj.gov.br>, consultada a 12 Junho 2016.
05. Lôbo, M.S. (1995). *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco* (2ª ed.). Porto: FAUP, p.78
06. Le Corbusier (1946). *Maneira de pensar o urbanismo* (J. Borrego, Trad.) (3ª ed.). Mem Martins: Publicações Europa América, DL, 1995, pp.85-88.
07. Le Corbusier (1933). *The radiant city* (3ª ed.). New York: The Orion Press, 1967, p.206.
08. Gröer, E. de (1944). *Anteplano de Urbanização de Braga*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.
09. Rosa, M.J. (1944). *Plano de Urbanização de Maфра: ante-projecto*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.
10. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN] (1961). Muralhas de Lagos. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 104. Lisboa:

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

DGEMN.

11. *Idem.*

12. Freire, L.R.C.C. (1947). *Anteplano de Urbanização de Serpa*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

Separador (Elvas). Câmara Municipal de Elvas.

13. Silva, M.J.M.M. & Silva, D.M. (1949). *Anteplano de Urbanização da cidade de Elvas*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

14. *Idem.* Peças escritas, p.22.

15. *Idem.* Peças escritas.

16. *Idem.* Peças escritas.

17a. Gröer, E. de (1940). *Plano de ordenamento, extensão e embelezamento da cidade de Coimbra*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

17b. Silva, M.J.M.M. & Silva, D.M. (1949). *Anteplano de Urbanização da cidade de Elvas*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

18. Desenho da autora, realizado a partir da imagem retirada de Silva, M.J.M.M. & Silva, D.M. (1949). *Anteplano de Urbanização da cidade de Elvas*. Peças desenhadas.

19. Desenho da autora, realizado a partir da imagem retirada do Google Earth.

Separador (Trancoso). Fotografia cedida por Duarte Fernandes Pinto. Disponível em <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt>, consultada a 12 Junho 2016.

20. Castro, C. (1951b). *Anteplano de Urbanização de Trancoso - Alterações*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

21. Castro, C. (1951a). *Anteplano de Urbanização de Trancoso*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

22. Castro, C. (1951b). *Anteplano de Urbanização de Trancoso - Alterações*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

23. *Idem.*

24. Desenho da autora, realizado a partir da imagem retirada de Castro, C. (1951b). *Anteplano de Urbanização de Trancoso - Alterações*. Peças desenhadas.

25. *Idem.*

26. Google Earth.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

Separador (Almeida). Fotografia de Helder Afonso.

27. Ministério das Obras Públicas [MOP] (1952). *Anteplano de Urbanização da vila de Almeida - Remodelação*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

28. *Idem*.

29. *Idem*.

30. *Idem*.

31. *Idem*.

32. Ministério das Obras Públicas [MOP] (1950). *Anteplano de Urbanização da vila de Almeida*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

33. Desenho da autora, realizado a partir da imagem retirada de Ministério das Obras Públicas [MOP] (1952). *Anteplano de Urbanização da vila de Almeida - Remodelação*. Peças desenhadas.

34. *Idem*.

35. Google Earth.

36. Ministério das Obras Públicas [MOP] (1964). *Vila de Almeida - Anteplano de Urbanização*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

37. *Idem*.

38. *Idem*.

39. Desenho da autora, realizado a partir da imagem retirada de Ministério das Obras Públicas [MOP] (1964). *Vila de Almeida - Anteplano de Urbanização*. Peças desenhadas.

40. *Idem*.

41. Desenho da autora, realizado a partir da imagem retirada do Google Earth.

Separador (Óbidos). Fotografia cedida por Duarte Fernandes Pinto. Disponível em <http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt>, consultada a 12 Junho 2016.

42. Federação dos Municípios da Estremadura [FME] (1953). *Anteplano de Urbanização da Vila de Óbidos*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

43. Desenho da autora, realizado a partir da imagem retirada de Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN] (1952). Castelo de Óbidos. *Boletim da*

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 68-69. Lisboa: DGEMN.

44. Federação dos Municípios da Estremadura [FME] (1953). *Anteplano de Urbanização da Vila de Óbidos*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

45. Desenho da autora, realizado a partir da imagem retirada de Federação dos Municípios da Estremadura [FME] (1953). *Anteplano de Urbanização da Vila de Óbidos*. Peças desenhadas.

46. *Idem*.

47. Google Earth.

48. Ministério das Obras Públicas [MOP] (1959). *Anteplano de Urbanização da vila de Óbidos*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

49. *Idem*. Peças escritas.

50. *Idem*. Peças escritas, p.19, 22.

51. Ministério das Obras Públicas [MOP] (1959). *Anteplano de Urbanização da vila de Óbidos*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

52. Desenho da autora, realizado a partir da imagem retirada de Ministério das Obras Públicas [MOP] (1959). *Anteplano de Urbanização da vila de Óbidos*. Peças desenhadas.

53. *Idem*.

54. Google Earth.

Separador (Valença). Fotografia de Duarte Fernandes Pinto.

55. Ramos, C. (1958). *Anteplano de Urbanização de Valença*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.

56. *Idem*.

57. *Idem*.

58. *Idem*.

59. *Idem*.

60. Desenho da autora, realizado a partir da imagem retirada de Ramos, C. (1958). *Anteplano de Urbanização de Valença*. Peças desenhadas.

61. *Idem*.

NÚCLEOS MURALHADOS: PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (1930 - 1970)

62. Google Earth.
63. Ramos, C. & Lima, V. de (1966). *Anteplano de Valença - 1ª Fase*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.
64. Desenho da autora, realizado a partir da imagem retirada de Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN] (1964). Praça-Forte de Valença. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 115. Lisboa: DGEMN.
65. Perdigão, F.B., *et al.* (1959). *Estudo de valorização turística e urbanística da vila de Valença do Minho*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.
66. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [DGEMN] (1964). Praça-Forte de Valença. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 115. Lisboa: DGEMN.
67. *Idem.*
68. Ramos, C. & Lima, V. de (1966). *Anteplano de Valença - 1ª Fase*. Peças desenhadas. Disponível no Arquivo Histórico da DGT, consultada a 12 Junho 2016.
69. *Idem.*
70. *Idem.*
71. *Idem.*
72. Desenho da autora, realizado a partir da imagem retirada de Ramos, C. & Lima, V. de (1966). *Anteplano de Valença - 1ª Fase*. Peças desenhadas.
73. *Idem.*
74. Google Earth.